

# ANUÁRIO

## ESTATÍSTICO 2019



Visite-nos em: [www.ine.cv](http://www.ine.cv)



# ANUÁRIO

## ESTATÍSTICO 2019



ANO DE 2021



Visite-nos em: [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

<b>Instituição</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>Presidente</b>	Osvaldo Rui Monteiro dos Reis Borges
<b>Vice-Presidente</b>	Celso Hermínio Soares Ribeiro
<b>Diretora Administrativa</b>	Maria Goreth de Carvalho
<b>Edição</b>	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
<b>Design e Composição</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>Coordenação Técnica</b>	José Carlos Borges
<b>Equipa Técnica</b>	Carlos Craveiro Miranda Cátia Costa Ivaldino Gonçalves Joseph Brites Janecas Marcos Fortes
<b>Revisão</b>	
<b>Data Publicação</b>	<b>Setembro 2021</b>
<b>Apoio ao utilizador</b>	Divisão de Comunicação, Difusão e Relação Institucionais difusao.ine@ine.gov.cv

## ENTIDADES PARCEIRAS

Ministério da Administração Interna (MAI)  
Ministério da Educação (ME)  
Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)  
Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)  
Banco de Cabo Verde (BCV)  
Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)  
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)  
Estradas de Cabo Verde (ECV)  
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)  
Direção Nacional do Ambiente (DNA)  
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)  
Direção-Geral do Trabalho (DGT)  
Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)  
Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)  
Agência de Aviação Civil (AAC)

## SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Dado não disponível
E	Estimativa
P	Dado Provisório
n/a	Não se aplica
n.e	Não especificado

## UNIDADES DE MEDIDA

ECV	Escudo de Cabo Verde
GWh	Gigawatt hora
ha	Hectare
Hab./km <sup>2</sup>	Habitante por quilómetro quadrado
Km	Quilómetro
Km <sup>2</sup>	Quilómetro quadrado
Kw	Quilowatt
KWh	Quilowatt hora
L	Litros
m	Metro
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TM	Toneladas Métricas
Ton.	Toneladas

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas

## SIINAIS CONVENCIONAIS E UNIDADES DE MEDIDA

AAC	Agência de Aviação Civil
AD	Aeródromo
AIAC	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
AIAP	Aeroporto Internacional Aristides Pereira
AICE	Aeroporto Internacional Cesária Évora
AIPNM	Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
ASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
BCV	Banco de Cabo Verde
CAE CV-Rev.1	Classificação das Atividades Económicas - Rev.1
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CSMJ	Conselho Superior de Magistratura Judicial
D.A.	Delegação Aduaneira
DGVSR	Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNICE	Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia
DR	Distrito de Recenseamento
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENI	Empresas em Nome Individual
FAO	Food and Agriculture Organization
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MSSS	Ministério da Saúde e da Segurança Social
PIB	Produto Interno Bruto
RNDB	Rendimento Nacional Disponível Bruto
SARL	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SPQ	Sociedade por Quota
VAB	Valor Acrescentado Bruto



**OSVALDO M. BORGES, Ph.D**  
Presidente do INE

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta o Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2019, correspondente à 5ª edição (pós-independência), constituindo, assim, a sua principal publicação de referência, cujo escopo fundamental é o de disponibilizar a informação estatística sobre vários aspetos da realidade cabo-verdiana, à escala nacional e municipal, a todos quantos se interessem pela matéria em apreço.

O INE, enquanto órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional (SEN), Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro, é a instituição responsável pelo AECV. Não obstante, o AECV-2019 resulta de um trabalho metuculoso, conjunto e articulado que envolve o INE, os demais órgãos produtores de estatísticas oficiais e outras instituições públicas.

Esta publicação, que basicamente resume a produção estatística nacional, contém dados e indicadores estatísticos globais e também específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativos a 2019, uma série estatística dos últimos 5 anos e, em alguns casos, uma desagregação por sexo, grupo etário e ilha/município. Neste sentido, o AECV-2019 fornece, de forma quantitativa, uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com as agendas para o Desenvolvimento Sustentável, permitindo, desta forma, apoiar com maior regularidade os processos de seguimento e avaliação dos objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, 2017-2021 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico, 2017-2021), regional (Agenda 2063) e mundial (Agenda 2030).

A referida publicação inclui as melhorias prometidas nos anuários anteriores, sobretudo nos conteúdos e na configuração, de molde a responder cada vez mais e melhor às necessidades dos utilizadores. No âmbito do projeto de Literacia Estatística, o AECV 2019 é apresentado às instituições de ensino e investigação, públicas e privadas. Assim, com esta presente publicação, o INE prossegue a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, a informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana e, conseqüentemente, a esforços não se poupará no sentido de ajudar os governos, os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil a tomarem as melhores decisões possíveis.

O AECV 2019 é divulgado com um ligeiro atraso em relação à data prevista, devido sobretudo à pandemia da COVID-19. Como o âmbito temporal desta publicação é 2015-2019, a mesma não inclui informação estatística relativa à crise provocada pela pandemia que se alastrou o mundo e, particularmente Cabo Verde, afetando os mais diversos setores da economia.

O INE agradece a todas as instituições nacionais e internacionais pelas suas importantes contribuições no AECV-2019. Deixa aqui uma palavra de apreço, reconhecimento e valorização a todos os profissionais que, de forma direta e indireta, contribuíram para a materialização desta

## PREFÁCIO

publicação. Finalmente, expressa a sua total abertura e disponibilidade para acolher críticas, sugestões e contribuições dos utilizadores do AECV-2019.



O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a nova edição do Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2019, trazendo informação estatística de referência produzida pelos diferentes órgãos que integram o Sistema Estatístico Nacional (SEN), assim como outras instituições que, embora não fazendo parte do SEN, produzem informações estatísticas que, validadas pelo INE, devido à sua relevância, foram compiladas e disponibilizadas neste documento.

O AECV-2019, ora apresentado, fornece uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam nesse compromisso, esta edição encontra-se organizada em dezassete temas, tendo em conta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para cada tema, apresenta-se uma breve descrição dos dados, de modo a auxiliar o utilizador na leitura, permitindo uma melhor compreensão das informações apresentadas. Os temas subdividem-se em duas partes: na primeira, são mostrados os indicadores dos ODS produzidos no país e, na segunda, apresentam-se outros indicadores e/ou informações relevantes e que dizem respeito aos assuntos abordados no respetivo tema.

As tabelas apresentam dados estruturados em série temporal, com ênfase nas informações mais recentes, privilegiando a desagregação por sexo, grupo etário, ilha, concelho e meio de residência.

A presente publicação está redigida em consonância com as normas do novo Acordo Ortográfico.

## ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

O INE pretende que os próximos Anuários Estatísticos estejam alinhados com os objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional, regional e mundial. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam nesses compromissos, este anuário encontra-se organizado em 17 temas, a saber:



### ÂMBITO TEMPORAL

O âmbito temporal desta publicação situa-se entre 2015 e 2019. Alguns temas apresentam dados de anos anteriores a 2015. Embora o período de referência não seja uniforme para alguns temas, devido sobretudo à disponibilidade dos dados, envidaram-se esforços no sentido de disponibilizar a informação estatística a mais recente possível para cada tema.

### FORMAS DE ACESSO

Além da versão impressa, o AECV-2019 pode também ser consultado/importado através da versão digital (PDF), disseminado no portal oficial do INE – de livre acesso (<http://www.ine.cv>), em qualquer ponto do globo e a qualquer hora, tendo assim o utilizador acesso facilitado, desde que tenha uma conexão da internet.

Na biblioteca do INE, é possível consultar, de forma presencial e gratuita, a versão impressa do Anuário, assim como diversos outros documentos publicados tanto por ele, como por outros organismos nacionais e internacionais.

## MISSÃO

A missão do Instituto Nacional de Estatística (INE) é a de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade (fiável, atual e pontual), necessária ao conhecimento objetivo de uma sociedade em mudança que ajude os cabo-verdianos a conhecer melhor o seu país, a sua população, os seus recursos, a sua economia, a sua sociedade e a sua cultura.

## VISÃO

O INE procura ser reconhecido como uma instituição estatística de referência:

- Como produtor e fornecedor de informação estatística oficial de qualidade;
- Como organização tecnicamente independente e credível;
- Pelo contributo para a promoção da literacia estatística;
- Pelo empenhamento e eficácia na cooperação internacional.


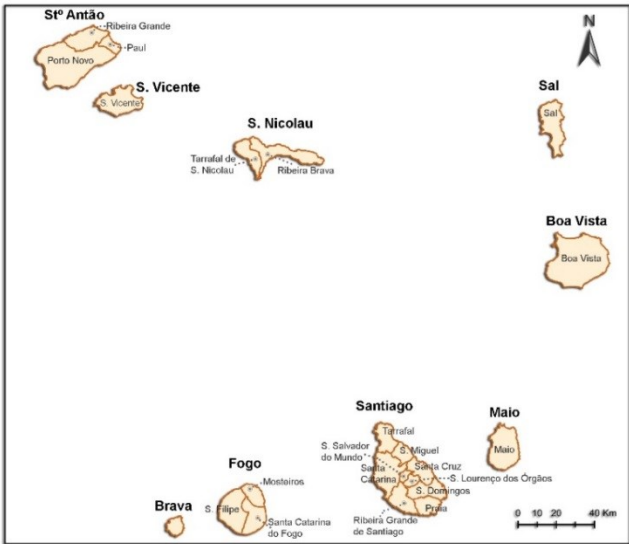
## VALORES

O INE pauta a sua ação pelos seguintes valores:

- Profissionalismo: A ação dos funcionários é orientada por princípios exigentes de caráter profissional e ético que regulam a atividade estatística oficial nacional;
- Compromisso na Qualidade dos produtos e serviços estatísticos oficiais, sabido que a atividade de cada um dos técnicos concorre para a produção de serviços de qualidade, definida pelos critérios de pertinência, precisão, atualidade, pontualidade, acessibilidade, clareza, comparabilidade, coerência e abrangência;
- Orientação para os Utilizadores: corresponde à noção de que os atuais e potenciais utilizadores da informação estatística oficial são a razão da existência do INE, o que implica a atribuição de um valor muito elevado às necessidades dos utilizadores e à utilidade de um trabalho conjunto no sentido de corresponder às suas expectativas;
- Abertura à Sociedade: disposição para prestar uma atenção constante às transformações da sociedade no sentido de adequar e, sobretudo, antecipar os produtos e serviços estatísticos oficiais às novas necessidades dos utilizadores;
- Eficiência: gestão baseada no princípio da análise custo/benefício, implementando processos técnicos e metodológicos suscetíveis de otimizar efetivamente a utilização de todos os recursos disponíveis;
- Respeito pelos Fornecedores da Informação Primária: elevada consideração pelos inquiridos que fornecem os dados individuais para a produção das estatísticas oficiais, encontrando soluções técnicas que permitem responder às necessidades crescentes de informação estatística oficial de qualidade e minimizando a carga estatística sobre os inquiridos;
- Motivação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos: O INE orienta os processos e as decisões de gestão com base na atribuição duma elevada consideração pela motivação e valorização profissional dos seus técnicos;
- Inovação: O INE valoriza e incentiva a atividade de reflexão cognitiva que desafie convenções, no sentido de melhorar continuamente os métodos, os processos, os produtos e os serviços estatísticos oficiais, de forma eficiente e eficaz.

O TERRITÓRIO DE CABO VERDE.....	14
ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA .....	25
ODS 2 – ERRADICAR A FOME .....	35
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE .....	42
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE .....	60
ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO .....	76
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO.....	81
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS.....	85
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO .....	92
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS.....	114
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES .....	125
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS .....	127
ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS .....	132
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA (ATUALIZADO RELATÓRIO ODS 2019).....	140
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA .....	142
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE.....	148
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES .....	150
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	157

# CABO VERDE

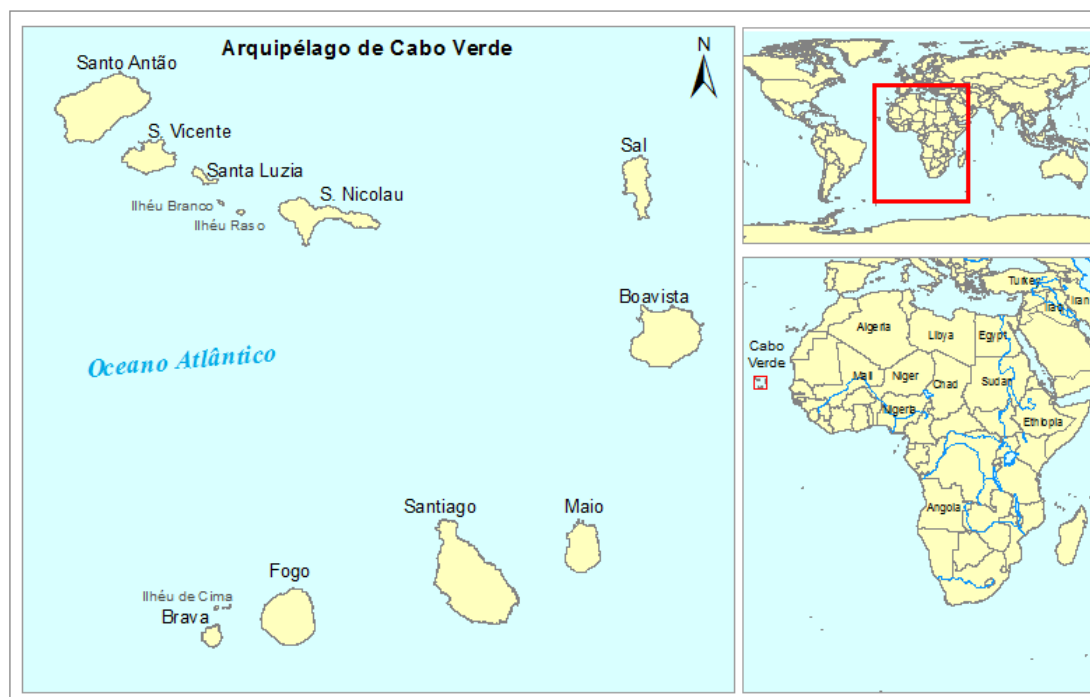
<b>Nome Oficial</b>	República de Cabo Verde	
<b>Superfície (Terrestre)</b>	4 033 km <sup>2</sup>	
<b>Bandeira</b>		
<b>Composição das ilhas</b>	10 Ilhas e 5 principais ilhéus	
<b>Data Descoberta</b>	1460	
<b>Data Independência</b>	5 de julho de 1975	
<b>Divisão Administrativa</b>	22 Concelhos distribuídos pelas seguintes ilhas:	
<b>Santo Antão</b>	Ribeira Grande Paul Porto Novo	
<b>S. Vicente</b>	S. Vicente	
<b>S. Nicolau</b>	Ribeira Brava Tarfal de S. Nicolau	
<b>Sal</b>	Sal	
<b>Boa Vista</b>	Boa Vista	
<b>Maio</b>	Maio	
<b>Santiago</b>	Tarfal	
	Santa Catarina	
	Santa Cruz	
	Praia	
	S. Domingos	
<b>Fogo</b>	S. Miguel	
	S. Salvador do Mundo	
	S. Lourenço dos Órgãos	
	Ribeira Grande de Santiago	
<b>Brava</b>	Mosteiros	
	S. Filipe	
	Santa Catarina do Fogo	
<b>Brava</b>	Brava	
<b>Cidade Capital</b>	Praia	
<b>População (2019)</b>	550 483	
<b>Esperança de Vida à Nascimento (2019)</b>		
	Homens	73,0 (Anos)
	Mulheres	80,5 (Anos)
<b>Língua Oficial</b>	Português	
<b>Língua Nacional</b>	Crioulo (Cabo-verdiano)	
<b>Moeda</b>	Escudos Cabo-Verdianos (ECV)	
<b>PIB a Preços de mercado (2017)</b>	173 097	(Milhões de ECV)
<b>PIB per capita (2017)</b>	321 945	(ECV)



## O TERRITÓRIO DE CABO VERDE

Este tópico expõe os principais dados/indicadores sobre os aspetos físicos do território, sobre a divisão administrativa, sobre as infraestruturas de transportes, assim como traz a lume informações sobre a ocupação humana (ocupação e densidade populacional).

Figura 1 - Enquadramento/Localização de Cabo Verde



Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava - e cinco<sup>1</sup> principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima), totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km<sup>2</sup>. Está situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, Cabo Verde dista cerca de 500 km do promontório do Senegal, de onde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, compõe-se, essencialmente, de dois grupos de ilhas: um formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante acidentados, com altitudes que alcançam até 2.829 metros, e um outro grupo constituído por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Sendo o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – ilha de Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura

<sup>1</sup> Mencionaram-se aqui 5 ilhéus, mas existem outros que, devido a suas menores dimensões, não foram referidos.



e, devido à sua localização geográfica (íntegra o grupo de países do Sahel), têm um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade. Nelas podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca, de dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho o de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462, por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal, por um período de 513 anos, (1462-1975), tendo servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdianos.

A 5 de julho de 1975, o país tornou-se independente e, desde então, tem feito um percurso virado para o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

### **ASPETOS FÍSICOS DO TERRITÓRIO**

O arquipélago de Cabo Verde, fruto da sua origem vulcânica e da sua natureza insular, é composto por dez ilhas, sendo nove habitadas. A ilha de Santiago, sendo a maior, com 991 Km<sup>2</sup>, representa cerca de 24,6% do território nacional, seguindo-se a de Santo Antão com 19,3% do território. A menor é a da Santa Luzia, com cerca de 35 Km<sup>2</sup> (0,9%).

O ponto mais alto do arquipélago encontra-se na ilha do Fogo, onde o pico do vulcão atinge a altitude de 2.829 metros.

A Ponta de Chão de Mangrande, na ilha de Santo Antão, é o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W).



**Tabela 1 – Localização e altitude máxima das principais elevações (montanhas) de Cabo Verde**

Ilhas	Designação (Monte)	Situação Geográfica		Orientação Predominante	Altitude (m)
		Latitude	Longitude		
Santo Antão	Tope da Coroa	17° 02' 05" N	25° 18' 00" W	Noroeste-Sueste	1 979
S. Vicente	Monte Verde	14° 52' 01" N	24° 65' 31" W	Norte-Sul	774
S. Nicolau	Monte Gordo			Noroeste-Sueste	1 304
Sal	Monte Grande			Nordeste-Sudoeste	406
Boa Vista	Santo António			.....	378
Maio	Monte Penoso			Leste-Oeste	436
Santiago	Pico de Antónia	15° 02' 52" N	23° 38' 42" W	Nordeste-Sudoeste	1 392
Fogo	Pico do Fogo	14° 56' 52" N	24° 21' 11" W		2 829
Brava	Fontainhas	14° 50' 54" N	24° 42' 54" W	Leste-Oeste	976

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

**Tabela 2- Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu**

Ilha/Ilhéu	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície Km <sup>2</sup>
Santo Antão	42 750	23 970	779
S. Vicente	24 250	16 250	227
Santa Luzia	12 370	5 320	35
Ilhéu Branco	3 975	1 270	3
Ilhéu Raso	3 600	2 770	7
S. Nicolau	44 500	22 000	343
Sal	29 700	11 800	216
Boa Vista	28 900	30 800	620
Maio	24 100	16 300	269
Santiago	54 900	28 800	991
Fogo	26 300	23 900	476
Brava	10 500	9 310	64
Ilhéu Grande	2 350	1 850	2
Ilhéu Luís de Carneiro	1 950	500	0
Ilhéu de Cima	2 400	750	1

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

## DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PAÍS

Herdada do período colonial, a divisão administrativa do país tem conhecido algumas alterações ao longo dos anos, em especial após a independência. De referir que, em 1975 (ano da independência), em termos da divisão administrativa, o país encontrava-se estruturado em 14 concelhos, tendo sido criados os dos Mosteiros em 1991, de São Domingos em 1993 e de São Miguel em 1996. Em 2005, foram criados 6 novos municípios, designadamente: Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau (fruto da divisão do concelho de São Nicolau); São Salvador do Mundo;





São Lourenço dos Órgãos; Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo, perfazendo, assim, os atuais 22 concelhos que compõem o país.

**Tabela 3 - Divisão administrativa de Cabo Verde (1975-2005)**

	1975	1991	1993	1996	2005
	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande
	Paul	Paul	Paul	Paul	Paul
	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo
	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente
	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	<b>Ribeira Brava</b>
	Sal	Sal	Sal	Sal	<b>Tarrafal S. Nicolau</b>
	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Sal
	Maio	Maio	Maio	Maio	Boa Vista
	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Maio
	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Tarrafal
	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Catarina
	Praia	Praia	Praia	Praia	Santa Cruz
	Fogo	<b>Mosteiros</b>	<b>S. Domingos</b>	S. Domingos	Praia
	Brava	S. Filipe	Mosteiros	<b>S. Miguel</b>	S. Domingos
		Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel
	---	---	Brava	S. Filipe	<b>S. Salvador do Mundo</b>
	---	---	---	Brava	<b>S. Lourenço dos Órgãos</b>
	---	---	---	---	<b>Ribeira Grande de Santiago</b>
	---	---	---	---	Mosteiros
	---	---	---	---	S. Filipe
	---	---	---	---	<b>Santa Catarina do Fogo</b>
	---	---	---	---	Brava
<b>N.º Concelhos</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>22</b>

**Nota:** Os nomes dos concelhos, destacados a negrito, indicam a sua criação na data indicada.

## DIVISÃO ESTATÍSTICA (DISTRITOS DE RECENSEAMENTO)

No contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e perseguindo fins meramente estatísticos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) recorre à codificação das unidades administrativas do território, estabelecendo, a partir desta hierarquia, unidades territoriais de menores dimensões, edificando a divisão estatística ou os Distritos de Recenseamento (DR), cuja estrutura apresenta uma codificação de 6 dígitos, representando 4 níveis hierárquicos, a saber: no 1º as ilhas, no 2º os Concelhos, no 3º as Freguesias e, por fim, os DR.

Atualmente, para fins estatísticos, o país encontra-se dividido em 1.345 DR, encontrando-se a ilha de Santiago com cerca de 49,1%, seguida de S. Vicente com 16,1%, Santo Antão com 8,9%. A Brava é a que tem menor proporção de DR (1,8%).



Tabela 4 - Número de Distritos de Recenseamento (DR), por ilha e concelho (2019)

Ilha	Concelho	N.º DR's
Santo Antão	Ribeira Grande	52
	Paul	19
	Porto Novo	49
S. Vicente	S. Vicente	216
S. Nicolau	Ribeira Brava	26
	Tarafal de S. Nicolau	22
Sal	Sal	99
Boa Vista	Boavista	46
Maio	Maio	22
Santiago	Tarafal	55
	Santa Catarina	100
	Santa Cruz	49
	Praia	336
	S. Domingos	31
	S. Miguel	38
	S. Salvador do Mundo	17
	S. Lourenço dos Órgãos	15
	Ribeira Grande Santiago	20
Fogo	Mosteiros	28
	S. Filipe	67
	Santa Catarina do Fogo	14
Brava	Brava	24

Fonte: Base de dados geoespacial do INE

## INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES

Em termos de rede rodoviária (entendam-se as estradas classificadas como Estrada Nacional-EN), em 2018, o país registava cerca de 1.149 Km de extensão, 37,9% dos quais na ilha de Santiago, 18,9% na de Santo Antão, apresentando a Brava a menor proporção (2,5%). Note-se que a distribuição da rede rodoviária mostra uma certa proporcionalidade em função do tamanho da superfície de cada Ilha.

Em relação às infraestruturas aeroportuárias, o país conta, atualmente, com quatro (4) aeroportos internacionais, situados nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente. As demais ilhas, excetuando Santo Antão, Brava e Santa Luzia, têm um aeródromo para voos domésticos.

Quanto a infraestruturas portuárias, à exceção de Santa Luzia, que não é habitada, todas as outras ilhas possuem-nas.



## Rede Rodoviária Nacional

Tabela 5 - Extensão (em Km) e classificação da rede rodoviária nacional, por ilha (2019)

Ilha	Extensão (km)	Classe/Categoria (em Km)			
		1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	Rurais
<b>Total</b>					
Santo Antão	217,471	83,594	0,00	118,596	15,281
S. Vicente	60,326	8,578	25,847	20,382	5,519
S. Nicolau	102,197	25,956	4,996	71,245	0,000
Sal	29,434	21,833	0,000	7,601	0,000
Boa Vista	71,482	7,044	0,000	64,438	0,000
Maio	48,429	0,000	0,000	48,429	0,000
Santiago	435,085	167,406	0,000	222,299	45,38
Fogo	155,646	82,265	1,250	72,131	0,000
Brava	29,014	0,000	0,000	22,645	6,369

Fonte: Estradas de Cabo Verde (ECV - E. P.E)

Tabela 6 - Extensão (em Km) da rede rodoviária nacional, por ilha (2014-2018)

Ilha	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Total</b>	<b>1 029,210</b>	<b>1 130,200</b>	<b>1 130,200</b>	<b>1 147,903</b>	<b>1 149,084</b>
Santo Antão	213,980	216,290	216,290	216,290	217,471
S. Vicente	54,810	60,330	60,330	60,326	60,326
S. Nicolau	94,100	102,200	102,20	102,197	102,197
Sal	21,830	29,430	29,430	29,434	29,434
Boa Vista	51,920	71,480	71,480	71,482	71,482
Maio	48,430	48,430	48,430	48,429	48,429
Santiago	389,710	417,390	417,390	435,085	435,085
Fogo	144,290	155,650	155,650	155,646	155,646
Brava	10,150	29,010	29,010	29,014	29,014

Fonte: Estradas de Cabo Verde (ECV - E. P.E)



## Infraestruturas Aeroportuárias Nacionais

Tabela 7 - Identificação, classificação, localização e tamanho da pista (comprimento e largura) dos Aeroportos e Aeródromos de Cabo Verde

Ilha	Designação	Classificação	Localização		Pista (em metros)	
			Latitude	Longitude	Comprimento	Largura
S. Vicente	Aeroporto Internacional Cesária Évora	Internacional	16° 50' 01" N	25° 03' 17" W	2 000	45
S. Nicolau	Aeródromo de Preguiça (S. Nicolau)	Doméstico	16° 35' 17" N	24° 17' 03" W	1 400	30
Sal	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Internacional	16° 44' 15" N	22° 57' 00" W	3 000	45
Boa Vista	Aeroporto Internacional Aristides Pereira	Internacional	16° 08' 14" N	22° 53' 19" W	2 100	45
Maio	Aeródromo do Maio	Doméstico	15° 09' 21" N	23° 12' 49" W	1 200	30
Santiago	Aeroporto Internacional Nelson Mandela	Internacional	14° 56' 28" N	23° 29' 05" W	2 100	45
Fogo	Aeródromo de S. Filipe	Doméstico	14° 53' 06" N	24° 28' 48" W	1 350	30

Fonte: Agência de Aviação Civil (AAC)

## Infraestrutura Portuária Nacional

Tabela 8 - Identificação e localização dos portos de Cabo Verde

Ilha	Concelho	Designação	Localização	
			Latitude	Longitude
Santo Antão	Porto Novo	Porto Novo	17° 01' 1.65" N	25° 03' 31.94" W
S. Vicente	S. Vicente	Porto Grande	16° 53' 27.05" N	24° 59' 46.09" W
S. Nicolau	Tarrafal de S. Nicolau	Porto do Tarrafal	16° 33' 59.35" N	24° 21' 35.77" W
Sal	Sal	Porto da Palmeira	16° 45' 17.33" N	22° 58' 58.73" W
Boa Vista	Boa Vista	Porto de Sal Rei	16° 10' 40.88" N	22° 55' 26.40" W
Maio	Maio	Porto Inglês	15° 08' 30.93" N	23° 13' 9.23" W
Santiago	Praia	Porto da Praia	14° 54' 38.41" N	23° 29' 55.85" W
Fogo	S. Filipe	Porto Vale Cavaleiros	14° 55' 13.40" N	24° 30' 15.20" W
Brava	Brava	Porto da Furna	14° 53' 16.49" N	24° 40' 41.07" W

Fonte: ENAPOR

## DENSIDADE POPULACIONAL

Considerando o número da população residente (projeções demográficas 2010 – 2030), no que se refere à densidade populacional, regista-se um aumento paulatino. Neste último ano, registou-se o valor de 136,49 habitantes/km<sup>2</sup>, ao nível do país.



Ao nível das ilhas, em 2019, destaca-se a disparidade de valores por ilha, tendo a de São Vicente registado a maior densidade populacional de Cabo Verde (371,05 hab./Km<sup>2</sup>), seguida de Santiago (312,45 hab./km<sup>2</sup>) e do Sal (183,78 hab./km<sup>2</sup>). No contexto nacional, estas ilhas apresentam-se como as mais atrativas e as que têm registado maiores ganhos em termos de população residente. Por outro lado, muitos desafios se lhes apresentam, em especial no que respeita ao ordenamento e gestão do território, devido à forte pressão exercida pelas populações sobre os recursos disponíveis.

A ilha da Boa Vista, a menos densamente povoada, tem registado, nos últimos anos, um rápido crescimento populacional, consequentemente, um significativo aumento da densidade populacional, passando de 23,31 hab./Km<sup>2</sup>, em 2015, para 30,31 hab./Km<sup>2</sup>, em 2019.

Contrariamente, as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava apresentaram uma redução da população residente e, consequentemente, da densidade populacional, fruto, essencialmente, do processo migratório (interno e externo) que nelas se regista.

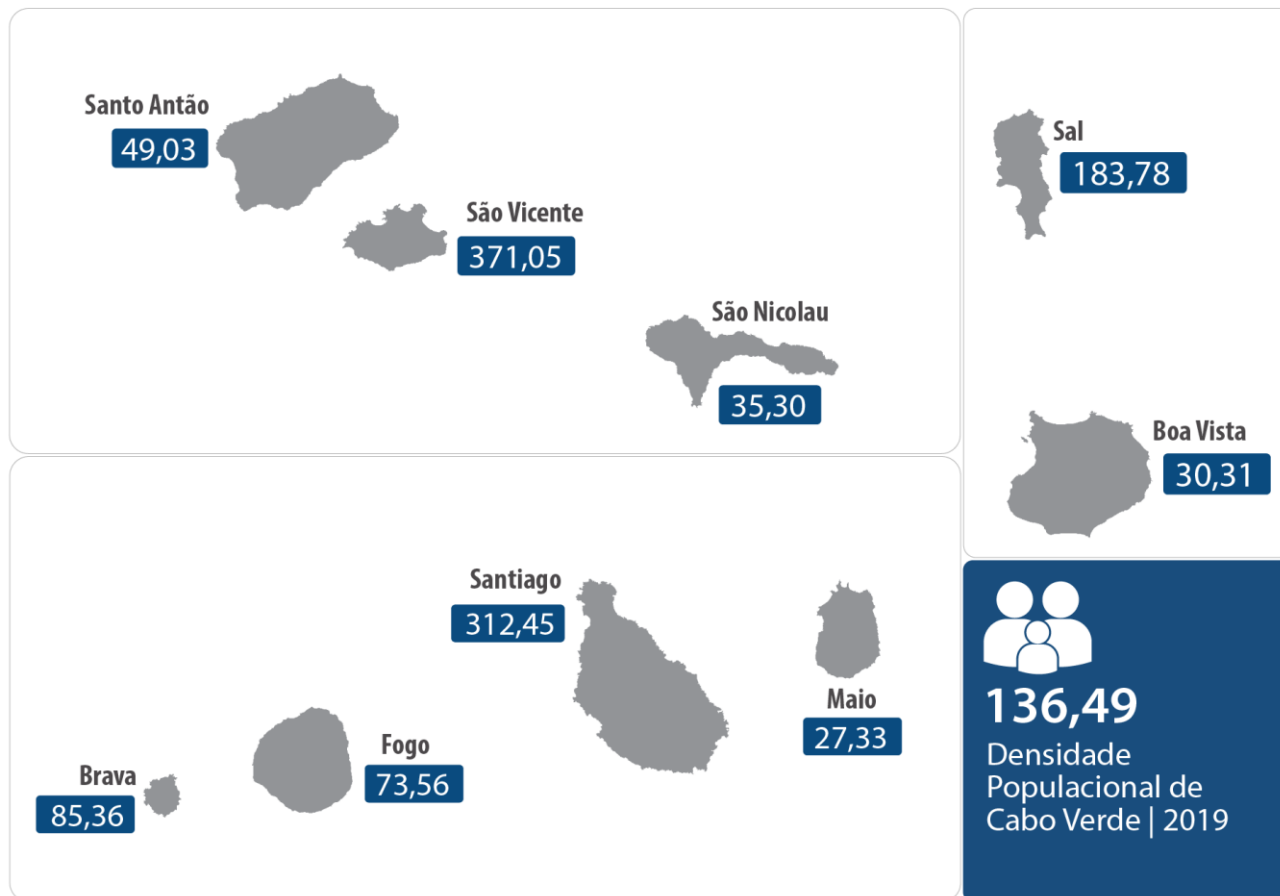
**Tabela 9 - Densidade Populacional (Habitantes/Km<sup>2</sup>), por ilha (2015-2019)**

	Superfície (Km <sup>2</sup> )	Densidade Populacional				
		2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>4 033</b>	<b>130,13</b>	<b>131,72</b>	<b>133,32</b>	134,91	136,49
Santo Antão	779	52,05	51,25	50,48	49,74	49,03
S. Vicente	227	356,89	360,63	364,23	367,70	371,05
S. Nicolau	343	36,22	35,98	35,74	35,52	35,30
Sal	216	156,24	163,28	170,23	177,06	183,78
Boa Vista	620	23,31	25,05	26,81	28,56	30,31
Maio	269	25,95	26,15	26,43	26,82	27,33
Santiago	991	296,81	300,73	304,64	308,55	312,45
Fogo	476	75,29	74,83	74,40	73,98	73,56
Brava	64	89,03	88,09	87,17	86,27	85,36

**Fonte:** Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946  
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030



Figura 2 – Densidade Populacional (habitantes/Km<sup>2</sup>) por ilha (2019)



Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946  
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030

## AS CIDADES E VILAS EM CABO VERDE

Até ao primeiro semestre de 2010, o país contava com 6 cidades (Praia, Mindelo, Assomada, S. Filipe, Porto Novo e Cidade de Santiago de Cabo Verde). Com a entrada em vigor da Lei nº 77/VII/2010 (B.O. nº 32, de 23 de agosto de 2010), passou então a contar com 24 cidades, em que cada concelho abriga uma, com exceção de Ribeira Grande de Santo Antão e do Sal, com duas cada um, ou seja, 9 cidades em Santiago, 4 em Santo Antão, 3 na ilha do Fogo, 2 na ilha do Sal, 2 em São Nicolau e 1 em cada uma das restantes ilhas.

Recentemente, com a aprovação do Decreto-lei nº 45/2015, 19 localidades, em todas as ilhas, à exceção de São Vicente, passaram a ostentar a categoria de Vila.



**Tabela 10 – Identificação e designação das Cidades de Cabo Verde (2017)**

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Cidade de Ponta do Sol
		Cidade de Povoação
	Paul	Cidade das Pombas
	Porto Novo	Cidade de Porto Novo
S. Vicente	S. Vicente	Cidade de Mindelo
S. Nicolau	Ribeira Brava	Cidade da Ribeira Brava
	Tarrafal de S. Nicolau	Cidade de Tarrafal de S. Nicolau
Sal	Sal	Cidade dos Espargos
		Cidade de Santa Maria
Boa Vista	Boa Vista	Cidade de Sal Rei
Maio	Maio	Cidade do Porto Inglês
	Tarrafal	Cidade de Tarrafal
	Santa Catarina	Cidade de Assomada
	Santa Cruz	Cidade de Pedra Badejo
	Praia	Cidade da Praia
	S. Domingos	Cidade da Várzea da Igreja
	S. Miguel	Cidade da Calheta de S. Miguel
	S. Salvador do Mundo	Cidade de Achada Igreja
	S. Lourenço dos Órgãos	Cidade de João Teves
Ribeira Grande de Santiago	Cidade de Santiago de Cabo Verde	
Fogo	Mosteiros	Cidade da Igreja
	S. Filipe	Cidade de S. Filipe
	Santa Catarina do Fogo	Cidade de Cova Figueira
Brava	Brava	Cidade de Nova Sintra

Fonte: B.O n.º 32 – I Série (Lei nº 77/VII/2010)

**Tabela 10.1 - Identificação e localização das Vilas de Cabo Verde (2019)**

Ilha	Concelho	Designação	
Santo Antão	Ribeira Grande	Vila de Chã de Igreja	
		Vila de Coculi	
	Porto Novo	Vila de Ribeira das Patas	
S. Nicolau	Ribeira Brava	Vila de Fajã de Baixo	
		Vila de Juncalinho	
	Tarrafal de S. Nicolau	Vila de Praia Branca	
Sal	Sal	Vila da Palmeira	
Boa Vista	Boa Vista	Vila de Rabil	
Maio	Maio	Vila da Calheta	
		Vila de Barreiro	
		Vila de Ribeira das Pratas	
		Vila de Achada Tenda	
Santiago	Santa Catarina	Vila de Chã de Tanque	
		Vila de Achada Falcão	
		Vila de Ribeira da Barca	
		S. Miguel	Vila de Achada do Monte
			Vila de Ponta Verde
Fogo	S. Filipe	Vila de Patim	
Brava	Brava	Vila de Nossa Senhora do Monte	

Fonte: B.O n.º 55 - I Série (Decreto- lei n.º 45/2015)



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019



## ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

O ODS 1 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 1) trata da pobreza, cuja erradicação é entendida como ponto central para toda a estratégia de desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário focalizar nas populações mais vulneráveis e no aumento do acesso a recursos básicos. Os dados sobre a pobreza para o cálculo de indicadores do ODS1 são de 2015. Portanto, nesta edição do Anuário Estatístico de Cabo Verde, apresentou-se apenas o indicador 1.3.1., do ODS 1, podendo os outros indicadores do referido tema, serem consultados na edição anterior (2018).

**Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.**

Em 2018, de acordo com as informações disponíveis, estima-se que cerca de 48% da população cabo-verdiana foi abrangida por um regime de proteção social, sendo que 4,1% pelo regime não contributivo, através da pensão social do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS), e 44% pelo sistema contributivo do Instituto Nacional de Previdência Social.

**Tabela 11 - Proporção (em %) da população coberto por regime de prestação social, por sexo (2018)**

Proporção (%) da população abrangida por:			
	Proteção social (INPS+CNPS)	Regime Contributivo (INPS)	Regime Não Contributivo (CNPS)
<b>Total</b>	<b>48,0</b>	<b>43,9</b>	<b>4,1</b>
Feminino	49,6	43,8	5,8
Masculino	46,6	44,1	2,5

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social e Centro Nacional de Pensão Social

**Tabela 12 - Beneficiários do regime não contributivo do Centro Nacional de Pensões Sociais (CNPS) por tipos de pensão (2017-2018)**

Tipo de Pensão	2017		2018	
	Efetivo	%	Efetivo	%
<b>Total</b>	21 445	100,0	22 464	100,0
Básica (criança 0-17)	(a)		423	
Básica	17 178	80,1	18 198	81,0
Invalidez	4 088	19,1	3 651	16,3
Sobrevivência	179	0,8	192	0,9

Nota: (a) dados não disponíveis

Fonte: Centro Nacional de Pensões Sociais

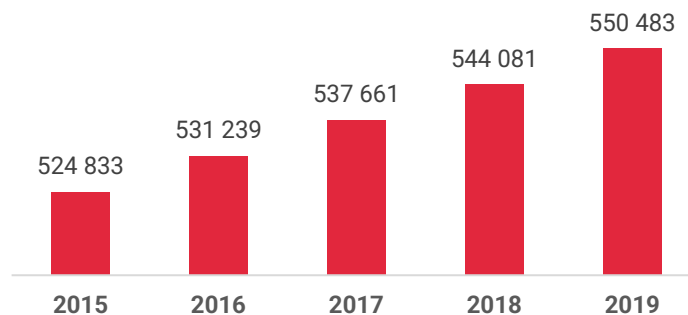
## OUTROS INDICADORES

### População

Segundo os dados do INE sobre as projeções demográficas da população de 2010 a 2030, a população de Cabo Verde, no período 2015-2019, cresceu a um ritmo de 1,18%. Em 2019, contabilizaram-se 550.483 pessoas residentes, traduzindo num acréscimo de 6.402 habitantes em relação a 2018.



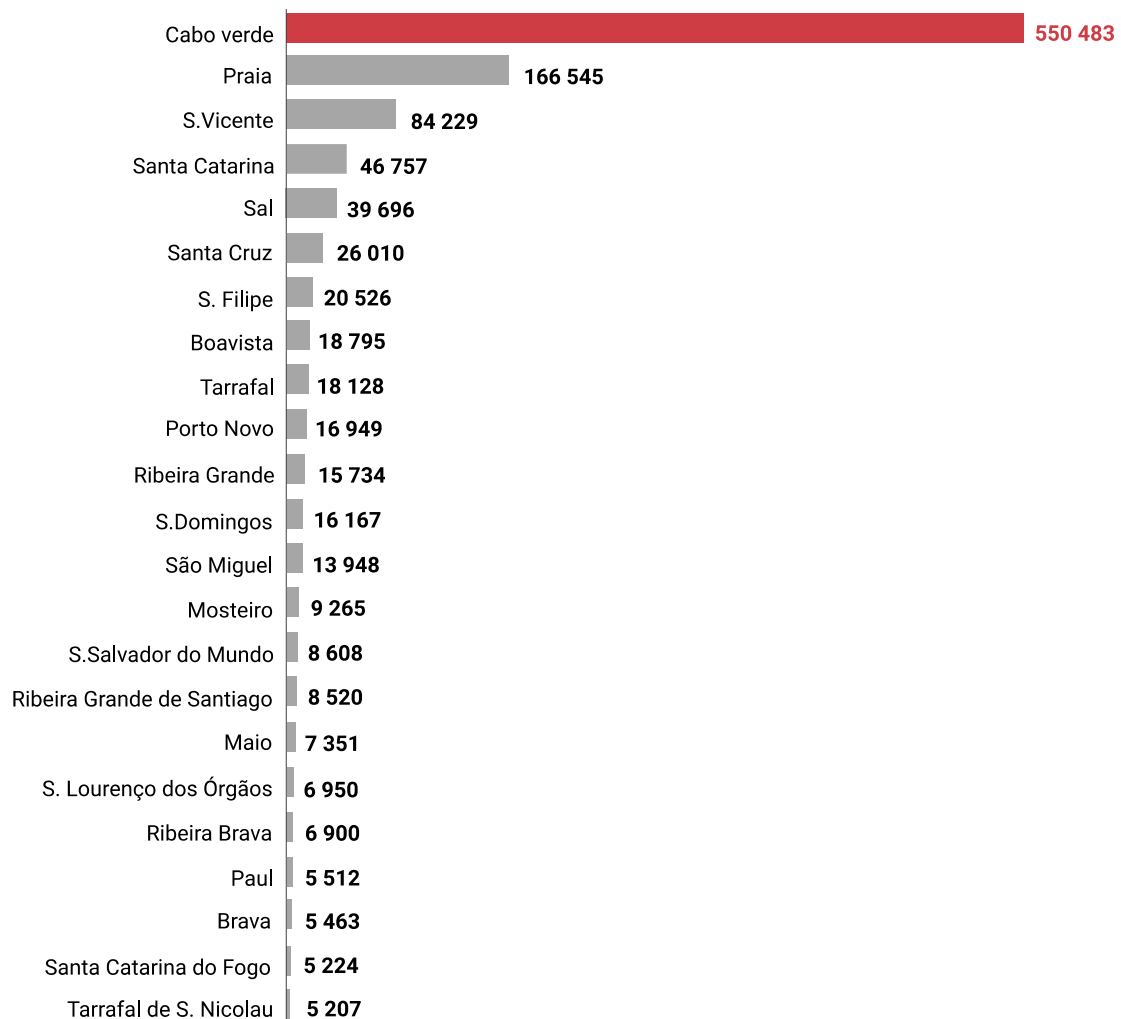
**Gráfico 1 – Evolução da população de Cabo Verde (2015-2019)**



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

A análise por concelho mostra que Praia e São Vicente apresentam uma maior concentração da população, representando, em 2019, respetivamente, 30,3% e 15,3% do total da população do país. Os concelhos com menor concentração de população são Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo, com igual percentagem (1,0%).

**Gráfico 2 – População residente em Cabo Verde, por concelho (2019)**



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

A taxa de crescimento natural (TCN) sofreu uma diminuição, passando de 1,4% em 2015, para 1,2% em 2019. No que concerne à taxa de crescimento médio anual (TCMA), esta manteve o mesmo valor (1,2%) registado em 2018.

Em 2019, a esperança média de vida para os homens foi de 73,0 anos, enquanto para as mulheres se situou na casa dos 80,5 anos, apontando para uma diferença média de 7,5 anos de vida.

**Tabela 13 - Taxa anual de Crescimento Natural (TCN), Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) e Esperança de Vida à nascença, Cabo Verde (2015-2019)**

	Taxa anual de Crescimento Natural (TCN) (%)	Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) -(-%)	Esperança de vida ao nascer (ano)	
			e 0 (Masculino)	e0 (Feminino)
2015	1,38	1,23	71,5	79,9
2016	1,33	1,22	71,8	80,0
2017	1,28	1,21	72,2	80,2
2018	1,22	1,19	72,6	80,4
<b>2019</b>	<b>1,17</b>	<b>1,18</b>	<b>73,0</b>	<b>80,5</b>

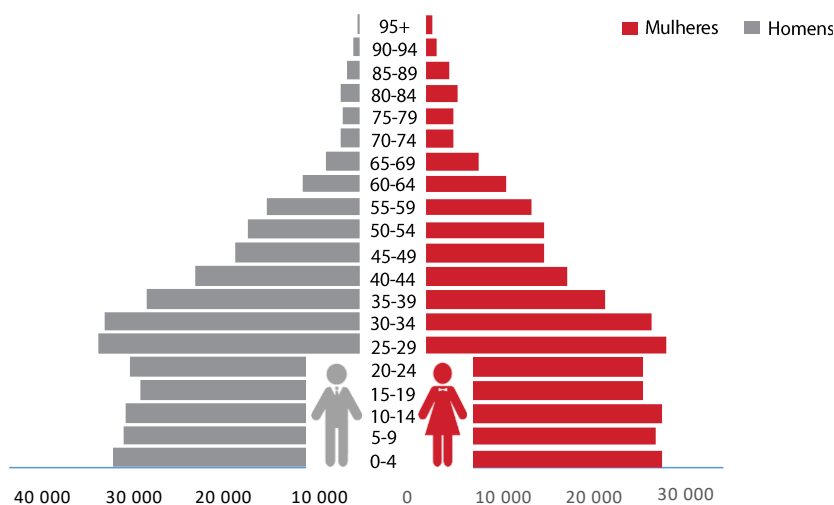
Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 - 2030

### **Estrutura etária da população**

Na estrutura etária da população, verifica-se que, em 2019, o número de pessoas dos 0 aos 14 anos de idade foi de 154.089 (28,0% do total da população residente). O grupo dos 15 aos 24 anos conta com 95.854 (17,4% do total) e dos 25 aos 64 anos foi estimado em 269.726 (49,0%). Em relação aos idosos (pessoas com 65 anos ou mais), o valor estimado para 2019 situa-se à volta de 30.815 indivíduos (5,6% do total).

No que tange à estrutura da população, por sexo, observa-se que o peso da população masculina foi de 50,5%, superior ao da feminina (49,5%).

**Gráfico 3 – Pirâmide etária da população, Cabo Verde. 2019**



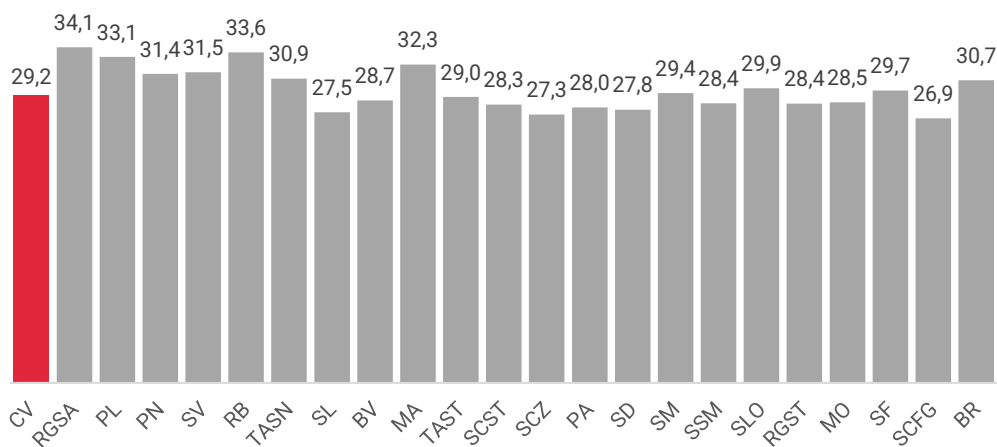
Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030



A idade média da população de Cabo Verde, em 2019, foi de 29,2 anos. A nível dos concelhos constatou-se que, o concelho de Ribeira Grande de Santo Antão aparece com maior idade média (34,1anos) enquanto o concelho de Santa Catarina do Fogo apresenta a menor idade média (26,9 anos).

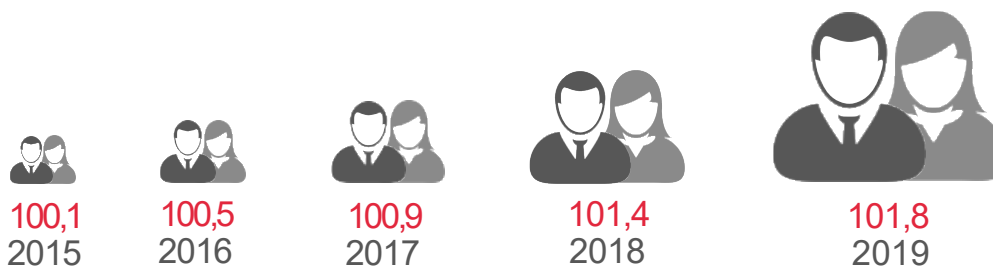
No que refere a relação de masculinidade, em 2019, foi 101,8 homens para cada 100 mulheres.

**Gráfico 4 – Idade média da população, por concelho (2019)**



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030

**Figura 3 - Relação de masculinidade, Cabo Verde (2015-2019)**



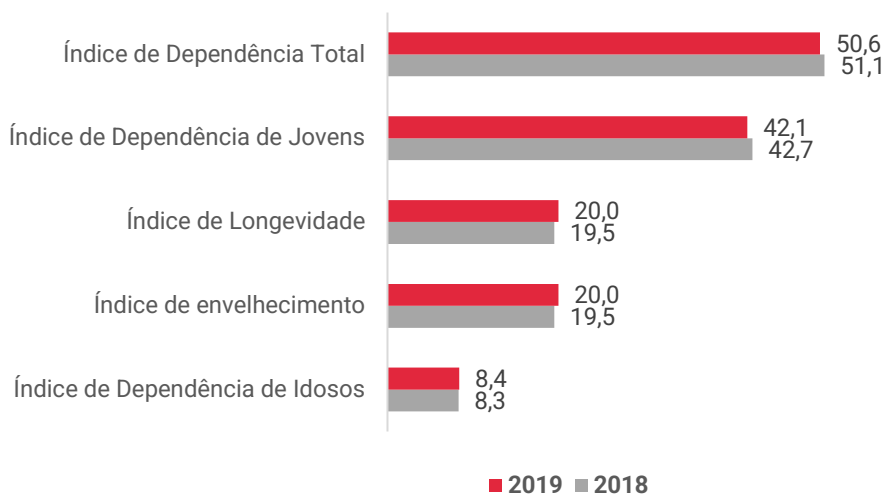
Fonte: INE- Projeções demográficas, 2010 – 2030

O Índice de Dependência Total tem estado a decrescer de forma contínua, de 2015 a 2019, devido, principalmente, ao número significativo de homens e mulheres em idade ativa, em comparação com a população de crianças e idosos. Em 2018, este indicador era de 51,1% e passou para 50,6%, em 2019.

Para os Índices de Dependência Jovem e de Dependência de Idosos, o comportamento observado tem sido semelhante ao do Índice de Dependência Total, isto é, ambos têm vindo a

decrecer no período em análise, verificando-se um ligeiro aumento no Índice de Dependência de Idosos, em 2019.

**Gráfico 5 – Índice de Dependência, de envelhecimento e de Longevidade (2018-2019)**



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

## **Migrações**

Em 2019, a proporção da população de nacionalidade estrangeira era cerca de 1,8% da população residente, tendo aumentado 0,5 p. p. em relação ao ano 2018.

**Tabela 14 – Proporção da população residente em Cabo Verde, segundo a "nacionalidade" por sexo e meio de residência (2018-2019)**

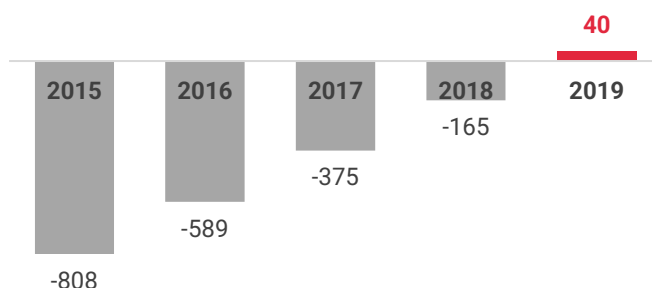
	Cabo-verdiana	Dupla Nacionalidade*	Estrangeira	ND
2018	93,3	2,1	1,3	3,3
2019	95,6	2,7	1,8	0,0
<b>Sexo</b>				
Masculino	94,6	3,0	2,4	0,0
Feminino	96,5	2,3	1,2	0,0
<b>Meio de residência</b>				
Urbano	94,0	3,5	2,5	0,0
Rural	98,8	0,8	0,4	0,0

\*Pessoas com nacionalidade Cabo-verdiana e uma outra nacionalidade estrangeira  
ND – Não Declarado

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, o saldo migratório em Cabo Verde era positivo, isto é, entraram mais pessoas (imigrantes) do que a saíram (emigrantes) do país. Contudo, em termos de tendência, constata-se que o saldo negativo tem vindo a reduzir-se, significativamente no período em análise, passando de -808 negativo em 2015, para -164 em 2018 e, para 40 positivo, em 2019.

**Gráfico 6 – Saldo Migratório, Cabo verde (2015 – 2019)**



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030

## **Proteção social**

O número de pessoas inscritas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) passou de 200.632, em 2015, para 251.344, em 2019, o que se traduz num acréscimo de 50.712 pessoas inscritas (correspondente a 25,3%). Comparativamente ao ano de 2018, registou-se, em 2019, um aumento de 5,2%. Constatou-se ainda que o maior peso se centrou nos “familiares de segurados e pensionistas com direito aberto”, com 48,4%, e nos segurados ativos, com 41,9%.

**Tabela 15 - Inscritos no INPS, por categoria (2015 – 2019)**

<b>Tipo de Inscritos</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Total</b>	<b>200 632</b>	<b>210 253</b>	<b>225 222</b>	<b>238 965</b>	<b>251 344</b>
<b>Segurados ativos</b>	<b>76 785</b>	<b>83 441</b>	<b>92 444</b>	<b>98 059</b>	<b>105 272</b>
Trabalhadores por Conta de Outrem - TCO	49 221	51 852	56 121	56 959	59 683
Contribuinte Doméstico	1 197	1 281	1 628	2 016	2 294
Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE)	330	3 745	6 921	10 685	14 277
Regime da Função Pública	24 428	25 147	25 827	26 089	26 617
Trabalhadores por Conta Própria	1 609	1 416	1 947	2 310	2 401
<b>Pensionistas ativos do INPS*</b>	<b>6 474</b>	<b>6 779</b>	<b>7 184</b>	<b>7 559</b>	<b>8 065</b>
Velhice**	3 542	3 722	4 314	4 586	4 936
Invalidez	936	963	721	775	833
Sobrevivência	1 996	2 094	2 149	2 198	2 296
<b>Pensionistas da Reforma Antecipada</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Pensionistas da Função Pública</b>	<b>4 703</b>	<b>5 362</b>	<b>6 109</b>	<b>6 898</b>	<b>6 913</b>
<b>Familiares de segurados e pensionistas com inscrição aberta</b>	<b>101 835</b>	<b>104 386</b>	<b>109 376</b>	<b>116 143</b>	<b>121 555</b>
Ascendentes	4 572	4 882	5 255	5 717	6 026
Descendentes	91 922	93 997	98 422	104 454	109 366
Cônjuges	5 341	5 507	5 699	5 972	6 163
<b>Regime das Convenções</b>	<b>10 825</b>	<b>10 281</b>	<b>10 109</b>	<b>10 306</b>	<b>9 539</b>
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	7 152	7 088	7 047	7 089	6 547
Familiares com direito aberto	3 673	3 193	3 062	3 217	2 992

\*Inclui os pensionistas provisórios e complementares

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



**Tabela 16 – Inscrições abertas no INPS\*, por ilha (2015 - 2019)**

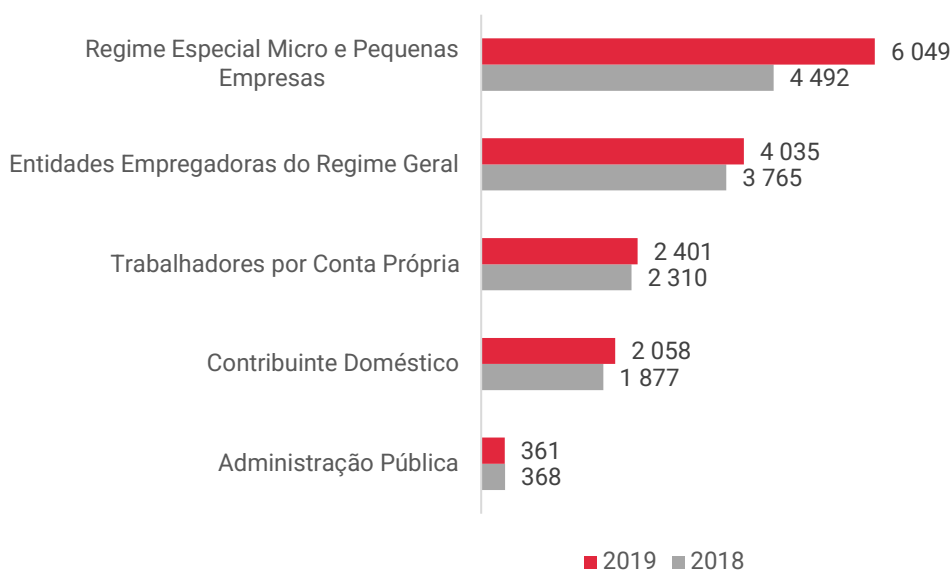
	2015	2016	2017**	2018	2019
<b>Total</b>	<b>200 632</b>	<b>210 253</b>	<b>225 222</b>	<b>238 965</b>	<b>251 344</b>
Santo Antão	11 434	11 945	12 794	13 773	15 317
S. Vicente	39 183	41 428	43 706	46 230	48 762
S. Nicolau	5 417	5 411	5 852	5 954	6 422
Sal	21 333	23 883	27 701	29 782	30 291
Boa Vista	7 499	7 780	8 593	9 364	13 103
Maio	2 459	2 457	2 631	2 872	3 269
Santiago	102 517	106 637	112 449	118 758	120 434
Fogo	9 459	9 515	9 954	10 428	11 508
Brava	1 317	1 149	1 413	1 620	1 851
Estrangeiro	14	48	129	184	387

\*\*Dados dos pensionistas de 2017 corrigidos em abril de 2019.

\*Dados dos regimes das Convenções corrigidos em abril de 2019.

**Fonte:** Instituto Nacional de Previdência Social

**Gráfico 7 – Contribuintes ativos inscritos no INPS, por categoria (2018 - 2019)**



**Fonte:** Instituto Nacional de Previdência Social

**Tabela 17 - Proveitos e Custos do INPS (em milhar ECV) com as principais prestações familiares de segurança social (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Receitas Totais</b>	<b>10 423 365</b>	<b>12 307 420</b>	<b>13 020 339</b>	<b>13 608 041</b>	<b>14 228 667</b>
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>7 874 313</b>	<b>9 403 802</b>	<b>10 108 316</b>	<b>11 135 895</b>	<b>11 632 585</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>2 549 052</b>	<b>2 903 618</b>	<b>2 912 023</b>	<b>2 653 268</b>	<b>2 596 083</b>
Sendo Rendimentos Financeiros	2 153 360	2 254 175	2 198 542	2 292 369	2 217 040
<b>Custos Totais</b>	<b>5 080 362</b>	<b>5 752 663</b>	<b>6 127 423</b>	<b>5 443 668</b>	<b>7 264 731</b>
<b>Custos com Prestações</b>	<b>3 619 508</b>	<b>4 015 598</b>	<b>4 494 821</b>	<b>4 808 966</b>	<b>5 516 419</b>
<b>Doença e Maternidade (DM)</b>	<b>1 787 182</b>	<b>2 092 662</b>	<b>2 345 631</b>	<b>2 482 786</b>	<b>2 883 203</b>
Subsídio Doença	142 399	163 814	177 943	200 088	218 688
Subsídio de Maternidade	84 166	88 249	108 282	123 625	142 671
Assistência Médica e Hospitalar	381 901	593 725	617 261	640 570	693 320
Assistência Medicamentosa	556 204	541 076	649 854	669 070	826 464
Apar. Prótese e Ortopedia	142 261	172 315	193 212	197 085	267 176
Transporte e Estadia	455 599	526 693	599 079	652 348	734 884
Despesas Convencionais	24 652	6 790	0	0	0
<b>Prestações Diferidas</b>	<b>1 547 627</b>	<b>1 588 515</b>	<b>1 807 193</b>	<b>1 952 115</b>	<b>2 188 546</b>
Velhice	917 640	989 083	1 255 677	1 402 271	1 584 374
Invalidez	403 419	386 725	312 803	301 550	335 476
Sobrevivência	222 924	209 329	235 368	244 949	265 300
Pensões complementares	3 644	3 378	3 345	3 345	3 395
<b>Abono de Família e Prestações Complementares</b>	<b>284 699</b>	<b>334 421</b>	<b>341 997</b>	<b>385 582</b>	<b>400 526</b>
Abono de Família	243 054	290 274	283 435	324 510	349 657
Subsídio de Aleitação	22 978	27 010	36 133	42 128	30 408
Subsídio a Deficientes	9 881	8 385	12 825	9 692	10 237
Subsídio de Funeral	8 786	8 752	9 604	9 252	10 224
<b>Subsídio de Desemprego</b>				<b>10 550</b>	<b>44 145</b>
<b>Custos Administrativos</b>	<b>564 994</b>	<b>630 930</b>	<b>636 042</b>	<b>653 421</b>	<b>649 541</b>
<b>Outros Custos</b>	<b>895 860</b>	<b>1 106 135</b>	<b>996 560</b>	<b>663 199</b>	<b>1 098 771</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>3 549 075</b>	<b>4 166 469</b>	<b>4 431 327</b>	<b>5 274 139</b>	<b>5 167 183</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1 556 133</b>	<b>1 863 278</b>	<b>2 026 140</b>	<b>2 131 750</b>	<b>2 030 112</b>
<b>Resultado corrente</b>	<b>5 105 208</b>	<b>6 029 747</b>	<b>6 457 467</b>	<b>7 470 502</b>	<b>7 197 295</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>5 343 003</b>	<b>6 554 757</b>	<b>6 892 916</b>	<b>7 641 510</b>	<b>6 963 936</b>

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

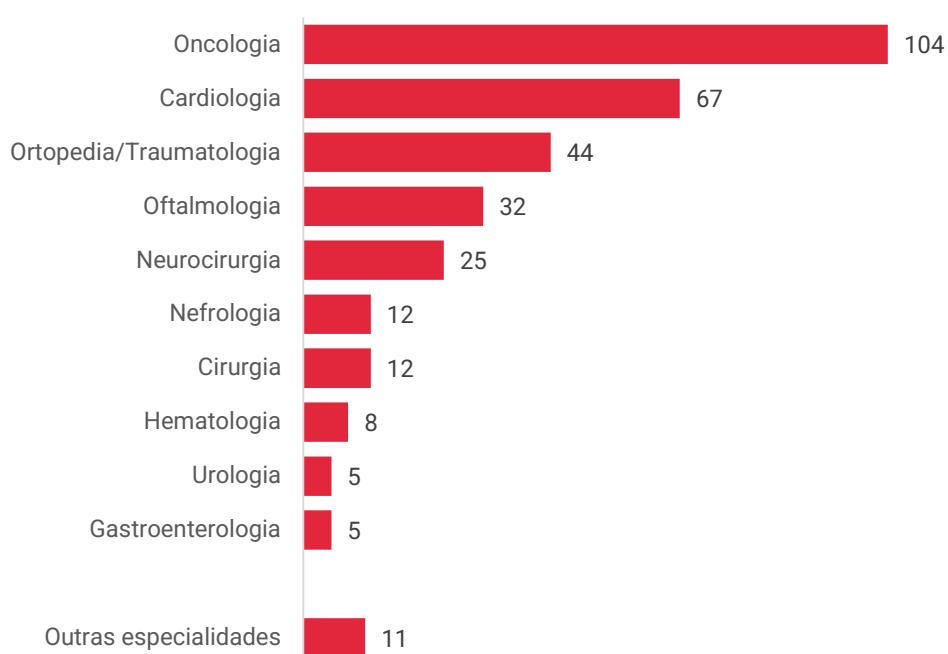


**Tabela 18 – Beneficiários e acompanhantes das evacuações internas por ilha de origem (2018-2019)**

Ilha de Origem	2018			2019		
	Evacuados	Acompanhantes	Total	Evacuados	Acompanhantes	Total
<b>Cabo Verde</b>	<b>3 223</b>	<b>1 173</b>	<b>4 396</b>	<b>3 572</b>	<b>1 574</b>	<b>5 146</b>
Santo Antão	556	178	734	637	282	919
S. Vicente	44	18	62	45	44	89
S. Nicolau	408	134	542	501	200	701
Sal	495	239	734	572	295	867
Boa Vista	377	128	505	503	199	702
Maio	252	122	374	247	133	380
Santiago	4	0	4	1	0	1
Fogo	671	266	937	661	288	949
Brava	416	88	504	405	133	538

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

**Gráfico 8 – Doentes evacuados para o exterior, segundo especialidade médica (2019)**



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 2 – ERRADICAR A FOME

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2) tem como foco, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, especialmente em regiões pobres.

### Indicador 2.1.2. Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO)

**Tabela 19 - Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave (%)**

	2018
Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave	37,7%
Prevalência de insegurança alimentar grave	9,6%

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

### Indicador 2.2.1: Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.

Em 2018, registou-se uma prevalência de desnutrição crónica de 11,0% nas crianças menores de 5 anos (59 meses), sendo 11,9% nas crianças do sexo feminino e 10,1% masculino. O atraso de crescimento é mais acentuado nos primeiros 23 meses (13,3%) e no meio Rural.

**Tabela 20 - Prevalência de atraso no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (%)**

	2015	2018
<b>TOTAL CRIANÇAS MENORES 5 ANOS (59 MESES)</b>		
Desnutrição crónica	11,8	11,0
<b>GRUPO DE IDADE</b>		
< 24	15,7	13,3
≥ 24	9,7	9,4
<b>SEXO</b>		
♀ Feminino	9,8	11,9
♂ Masculino	13,6	10,1
<b>MEIO RESIDÊNCIA</b>		
Urbano	11,3	10,5
Rural	11,2	12,0

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

### 2.2.2 Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)

**Tabela 21 - Prevalência de desnutrição aguda e pré-obesidade nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (%)**

	2015	2018	2015	2018
<b>TOTAL CRIANÇAS MENORES 5 ANOS (59 MESES)</b>				
		<b>PRÉ-OBSIDADE</b>	<b>DESNUTRIÇÃO AGUDA</b>	
	8,9%	6,00%	3,0	4,40%
<b>GRUPO DE IDADE</b>				

< 24	7,70%	2,10%
≥ 24	5,00%	6,00%
<b>SEXO</b>		
♀ Feminino	5,20%	2,30%
♂ Masculino	6,80%	6,40%
<b>MEIO RESIDÊNCIA</b>		
Urbano	5,90%	4,90%
Rural	6,30%	3,50%

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) - Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

### Indicador 2.2.3. Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo o estado de gravidez

Tabela 22 - Percentagem de mulheres de 15-49 anos consideradas anémicas segundo a situação perante a gravidez

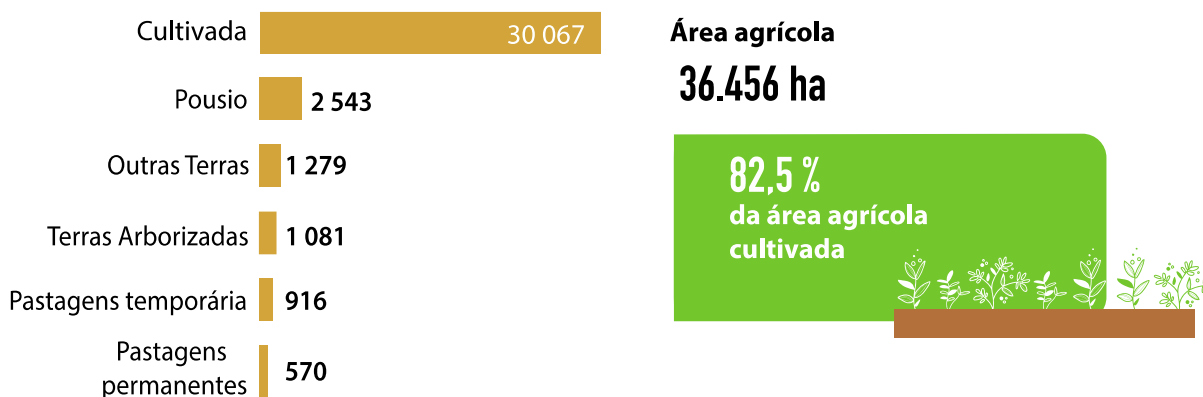
Características sociodemográficas	Anemia segundo o nível de hemoglobina				Efetivo de mulheres
	Anemia (NG <12.0 g/dl / G <11.0 g/dl)	Ligeira (NG11.0-11.9 g/dl / G 10.0-10.9 g/dl)	Moderada (NG 8.0-10.9 g/dl / G 7.0-9.9 g/dl)	Severa (NG < 8.0 g/dl / G < 7.0 g/dl)	
Grávida	22.5	11.7	10.8	0.0	116
Amamentando	17.0	10.2	6.8	0.0	266
Nem um, nem outro	21.0	12.8	7.8	0.4	2,326
<b>Total</b>	<b>20.6</b>	<b>12.5</b>	<b>7.8</b>	<b>0.3</b>	<b>2,708</b>

Fonte: INE, III Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (III DSR) (2018)

### Indicador 2.4.1: Proporção da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) afeta a práticas agrícolas produtivas e sustentáveis

Em 2015, segundo os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura, em Cabo Verde havia 36.456 há de área agrícola, da qual 82,5% era cultivada.

Gráfico 9 – Área/Superfície agrícola, por tipo de utilização



Fonte: MAA – V Recenseamento Geral da Agricultura 2015

## OUTROS INDICADORES

### Produção Agrícola – Culturas hortícolas (em sentido estrito)

Em 2019, houve uma taxa de variação negativa de 3,4% na produção total de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (R&T), face ao ano anterior. Ainda, verifica-se uma taxa de variação média anual negativa de 10,5% entre 2015 e 2019, o que indica que a produção de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos, vem apresentando uma tendência decrescente ao longo dos anos. De referir que desde 2017, Cabo Verde vem enfrentando um período de seca por chuvas tardias escassas irregulares.

Dentre as culturas hortícolas, o tomate se destaca como sendo o produto com maior representatividade na produção total destas culturas (42,4%) em 2019. Para as culturas de raízes e tubérculos a batata doce é o produto que assume maior peso em termos de produção com 39,4%, seguido da batata comum com 31%. Conforme os dados das estimativas de produção em toneladas para os produtos hortícolas e de raízes e tubérculos (R&T), dos últimos 5 anos, a produção média anual total foi de 55.614 toneladas, sendo 40.585 hortícolas e 15.029 de raízes e tubérculos.

**Tabela 23 - Estimativas da produção (em toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>HORTÍCOLAS + Raízes e tubérculos (R&amp;T) (toneladas)</b>	<b>65 990</b>	<b>70 926</b>	<b>54 896</b>	<b>43 877</b>	<b>42 381</b>
<b>Culturas Hortícolas</b>	<b>46 957*</b>	<b>48 512</b>	<b>40 234</b>	<b>33 452</b>	<b>33 768</b>
Tomate	14 597	15 133	16 817	14 703	14 329
Pimentão	3 121	4 775	4 630	1 740	2 051
Repolho	8 816	8 698	5 144	5 383	3 642
Cenoura	4 596	3 953	2 920	1 685	2 279
Melancia	1 550	1 557	1 180	928	995
Alface	1 411	1 325	841	791	657
Couve	3 080	3 015	1 180	1 362	1 571
Cebola	4 696	5 066	3 466	2 567	3 167
Diversos	5 090	4 990	4 056	4 293	5 077
<b>Raízes e Tubérculos (R&amp;T)</b>	<b>19 033</b>	<b>22 414</b>	<b>14 662</b>	<b>10 424</b>	<b>8 613</b>
Batata-doce	5 959	6 262	5 024	3 908	3 395
Mandioca	5 322	5 667	5 597	3 949	2 552
Batata-comum	7 752	10 485	4 041	2 567	2 666

Errata:\* Para o AECV de 2018 consta um valor 4.957 para o ano de 2015, porém o valor correto é 46.957.

**Fonte:** MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI)

Relativamente à produção de culturas frutícolas para 2019, as estimativas da produção anual do MAA, indicam uma produção de 9.015 toneladas. As duas principais produções frutícolas (banana e papaia) representam 73,6% e 12,1% da produção total, respetivamente. Comparativamente a 2018 a produção de 2019, apresentou uma queda de 17,3%, isto devido, particularmente, as condições climáticas do país (precipitação e o vento, etc.).

**Tabela 24 - Estimativas de produção (em toneladas) por tipo de culturas frutícolas (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
	<b>16 065</b>	<b>15 840</b>	<b>15 730</b>	<b>10 903</b>	<b>9 015</b>
Banana	10 300	10 443	10 416	7 509	6 631
Manga	1 328	1 363	1 568	814	762
Papaia	3 232	3 284	2 991	1 969	1 095
Outras	1 205	750	755	611	527

Fonte: MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

As estimativas de produção de culturas de renda em toneladas, mostram que a produção de café, vinha e açúcar foi em média de 50.207 e 26.201 respetivamente, no período de 2015 a 2019. No que diz respeito às estimativas de produção das culturas de renda, das quais a saber a cana-de-açúcar, vinha e café (as duas últimas tem maior especificidade e expressividade territorial na ilha do Fogo) estas apresentam, uma taxa de variação média anual negativa de 3,4% e 5,2% o que evidencia uma tendência de produção que vêm diminuindo ao longo do tempo. Relativamente a 2019, observa-se que a cultura de vinha apresenta um a taxa de variação de 34,8% de destacando das demais culturas.

**Tabela 25 - Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
Café	52	68	43	46	40
Vinha	177	309	196	150	202
Cana-de-Açúcar	28 375	28 375	28 375	22 940	22 940

Obs.: 1º A estimativa da produção de cana de açúcar é baseada na área cultivada de cana no rendimento médio esperado, sendo a produção mais ou menos estável ao longo do segundo ano. Apartir do 2018 a quantidade produzida é estimada com a base nos dados do RGA 2015 sobre a área cultivada total = 3.114 hectares (ha) normalmente ocupada em cerca de 36% pela cana sacarina, ou seja, a volta de 1.147 (ha) de cana que corresponde a uma produção a volta de 22,940 (toneladas).

Fonte: MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

As estimativas de produção das culturas tradicionais de sequeiro têm registado flutuações em função, essencialmente, da pluviometria anual. De 2015/2016 a 2019/2020, a produção média de milho e feijões foi de 3.136 e 1.903, respetivamente e com uma taxa de variação média anual negativa de 47,9% e 55,9%, mostrando assim, uma variação instável na produção destas culturas, isto, tendo em consideração os sucessivos anos de ausência de pluviometria que o país tem verificado.

Para o ano de campanha agrícola de 2019/2020, houve uma taxa de variação e -10,9% para cultura de milho e 55,1% para a cultura de feijões. Em relação as culturas de abóbora e mancarra não houve registro de produção nos anos de campanha agrícola de 2019/2020.

**Tabela 26 - Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de sequeiro por campanha agrícola (2015-2019)**

	*2015/2016	*2016/2017	*2017/2018	*2018/2019	*2019/2020
Milho	8 677	5 642	4	686	640
Feijões	5 199	3 987	7	127	197
Abóbora	800	549	-	-	-
Mancarra	200	110	-	-	-

\* De realçar que a campanha agrícola vai de maio a abril do ano seguinte)

Fonte: MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

Conforme as estimativas de produção de milho de sequeiro em toneladas por ilha, para os anos de campanha agrícola de 2019/2020, verifica-se que, para a maioria das ilhas houve uma taxa de variação negativa com exceção das ilhas de Santiago e Santo Antão que apresentaram taxas de variação positivas de 40,6% e 37,5% respetivamente, face ao ano de campanha agrícola de 2018/2019. De realçar que nas ilhas do Maio e da Brava não se registaram nenhuma produção de milho de sequeiro no referido ano.

**Tabela 27 - Estimativa de produção de milho de sequeiro (em tonelada) por campanha agrícola (2015-2019)**

	*2015/2016	*2016/2017	*2017/2018	*2018/2019	*2019/2020
<b>Cabo Verde</b>	<b>8 677</b>	<b>5 642</b>	<b>4</b>	<b>686</b>	<b>640</b>
S. Antão	458	55	1	5	7
S. Nicolau	187	117	0	9	1
Maio	5	3	0	0,9	0
Santiago	5 907	3 497	0	316	444
Fogo	1 497	1 423	3	300	188
Brava	623	547	0	56	0

Obs: De ressaltar que a campanha agrícola vai de Maio a Abril do ano seguinte.

\* **Fonte:** MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

A atividade de exploração pecuária é caracterizada como sendo uma componente com grande impacto no rendimento das famílias agrícolas. Para esta atividade as estimativas do MAA, para o ano de 2019, apontam para um ligeiro crescimento do efetivo (Bovina, Caprina, Ovina e Suína) em 1,8%. Verifica-se ainda que, a espécie de efetivo que mais predomina na atividade de criação animal, é o efetivo bovino com um peso de 50,2% do total do efetivo. Em relação as aves (tradicionais) as estimativas mostram que, a criação média de aves, no período de 2015 a 2019, ronda os 495.230.

**Tabela 28 – Estimativa do efetivo pecuário, por espécie, ano (2015-2019)**

Espécie	2015	2016	2017	2018	2019
Bovina	22 852	22 902	29 599	29 558	29 623
Caprina	200 661	206 279	107 630	107 532	110 543
Ovina	11 884	12 029	12 625	12 620	12 774
Suína	86 259	87 121	66 905	66 808	67 476
Aves (tradicionais)	633 519	665 195	665 195	256 121	256 121

**Fonte:** MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

Em relação as estimativas de produção de carne (em kg) em 2019, constatou-se que, para a produção de carnes bovina, caprina, ovina e suína, houve um aumento de 1,1% face ao ano precedente e para a carne avícola (tradicionais e intensiva) houve um aumento de 36,5%, relativamente ao ano de 2018, mostrando uma retoma na produção da avicultura tradicional e intensiva. Ainda de salientar que, a produção média anual de carnes bovina, caprina, ovina e suína está a volta de 3.983 toneladas. A produção de carne avícola (tradicional e intensiva) entre 774 toneladas no período de 2015 a 2019.

**Tabela 29 – Estimativa de produção de carne (em kg), (2015- 2019)**

Espécie	2015	2016	2017	2018	2019
Bovina	548 448	549 655	710 376	709 392	710 953
Caprina	902 974	928 257	484 335	483 894	497 443
Ovina	53 476	54 129	56 813	56 790	57 483
Suína	3 019 058	3 049 248	2 341 675	2 338 280	2 361 663
	<b>4 523 956</b>	<b>4 581 288</b>	<b>3 593 199</b>	<b>3 588 356</b>	<b>3 627 542</b>
Aves (tradicionais e Intensiva)	980	932	902	443	605

Fonte: MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

Em relação as estimativas de produção de leite (em litros) em 2019, verifica-se que, a produção de leite de origem bovina e caprina representam 50,4% e 49,6% em relação a produção total, respetivamente. Ambas apresentaram um ligeiro aumento relativamente a 2018. A produção de leite de origem bovina cresceu 0,2% e a de origem caprina 2,8% comparativamente a 2018. De destacar que a produção de leite de origem bovina apresentou uma tendência crescente entre 2015 e 2018 enquanto que, a produção de leite de origem caprina apresentou uma taxa de variação negativa de 13,8% na medida em que sua produção vem oscilando ao longo desse período. A diminuição drástica da produção de leite de cabra se deve a grande redução de efetivo caprino em decorrência da seca em 2014, e depois em 2017, 2018 e 2019, em maior severidade.

**Tabela 30 – Estimativa da produção de leite (em litros) 2015 a 2019**

Espécie	2015	2016	2017	2018	2019
Bovina	3 436 940	3 444 501	4 451 690	4 445 523	4 455 303
Caprina	7 946 167	8 168 660	4 262 148	4 258 267	4 377 499
Total	<b>11 383 107</b>	<b>11 613 161</b>	<b>8 713 838</b>	<b>8 703 790</b>	<b>8 832 802</b>

Fonte: MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

No que diz respeito as estimativas de produção de ovos (milhões de unidade), em 2019 registou-se uma produção de 49.766.775 de ovos, com uma taxa de variação de 17,8% em relação ao ano anterior. De salientar que a produção média de ovos está em 48.116.009 e a taxa de crescimento médio anual em 2,5% no período de 2015 a 2019.

**Tabela 31 – Estimativa de produção (milhões de unidade) de ovos (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
Ovos (Industrial, Aves Tradicional)	45,2	54,6	48,8	42,3	49,8

Fonte: MAA, Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI)





## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

O setor da saúde que em Cabo Verde sempre mereceu atenção especial por parte dos decisores, tendo-se verificado uma evolução positiva nos diversos indicadores, alguns apresentados neste relatório.

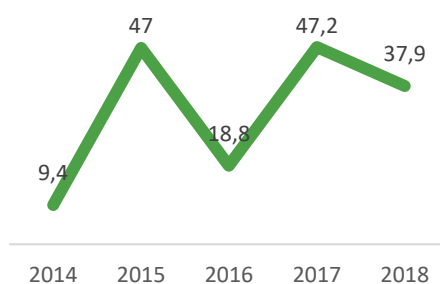
O ODS 3 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3) tem seu foco principal na saúde da população. Para alcançar o objetivo, é preciso a redução drástica da mortalidade materna, o fim das mortes evitáveis de bebés e crianças, combate as doenças como HIV, a tuberculose, o paludismo, a hepatite, entre outras doenças transmissíveis. Ainda é preciso reduzir a um terço as mortes prematuras por doenças não transmissíveis como hipertensão e diabetes e garantir o acesso aos sistemas de saúde e o de prevenção e proteção do bem-estar dos cidadãos.

### Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos

Em 2018 a taxa de mortalidade materna foi de 37,9 por 100.000 nascidos vivos, registando uma diminuição face ao ano anterior (47,2).

No período em análise, o número de óbitos maternos devido a complicações durante a gravidez ou no parto registou o valor mais baixo em 2014, com 9,4 por 100.000 nascidos vivos.

**Gráfico 10 – Taxa Mortalidade Materna por 100.000 nascidos vivos (2014-2018)**

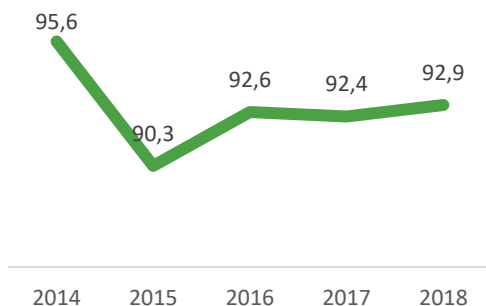


**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

De acordo com os dados do gráfico 11, a proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde foi de 92,9 % em 2017, com uma ligeira diminuição de 2,7% face ao ano de 2014 (95,6%). A proporção de nascimentos mais baixa foi registada em 2015 (90,3%).

**Gráfico 11 – Proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde - médicos e enfermeiros (2014-2018)**

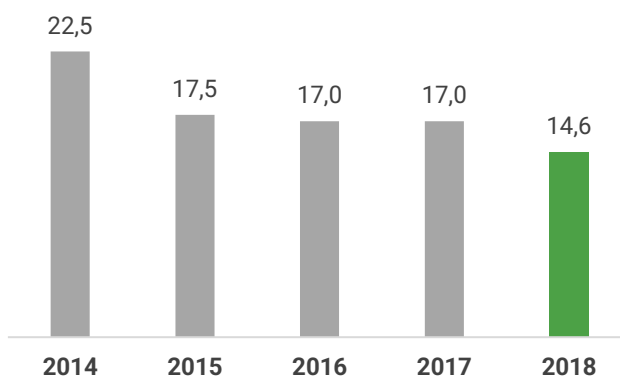


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

As taxas de mortalidade em crianças menores de 5 anos são indicadores importantes sobre a saúde e bem-estar das crianças. O número de óbitos de crianças com menores de 5 anos registou uma redução significativa, passando de 22,5 por 1.000 nascidos vivos, em 2014, para 14,6 por 1.000, em 2018. Verifica-se também uma taxa constante de 17 por mil nados vivos em 2016 e 2017 respetivamente.

**Gráfico 12 – Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1.000 nados-vivos (2014-2018)**

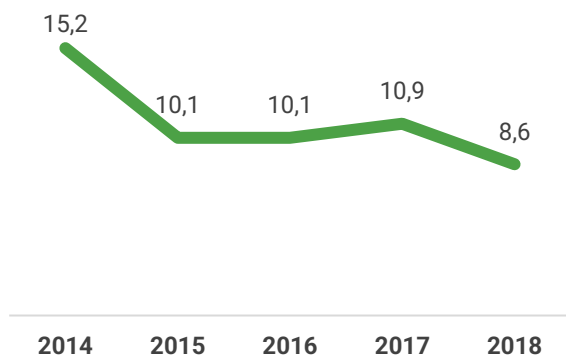


Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1.000 nados-vivos

A taxa de mortalidade neonatal, ou seja, número de óbitos de crianças entre 0 a 27 dias por cada mil nascidos vivos, foi de 8,6‰ em 2018, registando uma diminuição de 2,3‰ em relação ao ano anterior, sendo o menor valor ao longo da série.

**Gráfico 13 – Taxa de Mortalidade Neonatal por 1.000 nados vivos (2014-2018)**

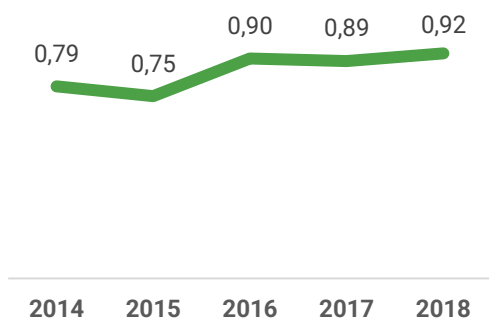


**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

**Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 1.000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas**

Em 2018, o número de novos casos de infeção por VIH, foi de 0,92 por mil habitantes, um aumento de 0,18 por mil habitantes face ao ano de 2015 que foi de 0,75 por mil habitantes, sendo o número mais baixo de novos casos registados ao longo da série em análise.

**Gráfico 14 – Número de novos casos de infeção por VIH por 100.000 habitantes (2014-2018)**



**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

A tabela 32, indica o número de casos do VIH notificados e taxa de detenção por faixa etária, em 2018. Analisando por sexo, constata-se que as taxas de detenção em homens (0,88‰) são menores do que em mulheres (0,97‰), sendo este último superior a taxa de detenção em Cabo Verde (0,92‰). Os grupos etários mais afetados são de 25 aos 49 anos de idade. Isto mostra que estas faixas etárias são as mais afetadas, e que coincidem com as sexualmente mais ativas.

**Tabela 32 – Infecção VIH casos notificados e taxa de deteção por grupo etário e sexo (2018)**

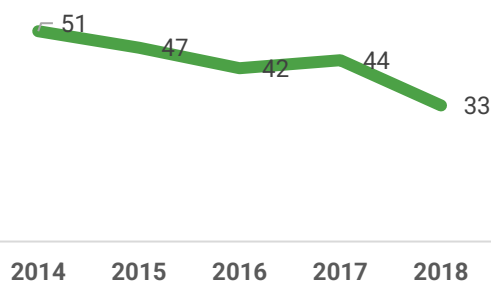
	Casos notificados	Taxa de deteção (por 1000)
<b>Cabo Verde</b>	<b>503</b>	<b>0,92</b>
Sexo		
Masculino	241	0,88
Feminino	262	0,97
Grupo Etário		
>18 M – 4 A	1	0,02
5 - 9	3	0,06
10 - 14	1	0,02
15-19	17	0,35
20-24	28	0,56
25-29	50	0,91
30-34	81	1,61
35-39	63	1,56
40-44	62	1,99
45 -49	52	1,99
50-54	45	1,81
55-59	42	2,07
60-64	31	2,22
65+	26	0,87
Sem idade	1	

**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes

Em 2018, registaram-se 182 casos novos, o que representa uma taxa de incidência de 33 casos por 100 mil habitantes, inferior ao registado em 2017 (44 por 100 mil habitantes). Verifica-se que ao longo da série, os dados apresentam uma tendência decrescente, à exceção do ano 2017 em que a situação foi diferente.

**Gráfico 15– Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes (2014-2018)**



**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

A taxa de prevalência (em todos os casos) também sofreu uma diminuição significativa de 56 por 100 mil habitantes em 2014 para 38 por 100 mil habitantes em 2018.

**Tabela 33 – Incidência, prevalência, Óbitos e Taxa de Mortalidade (por 100.000) associados à Tuberculose (2013-2017)**

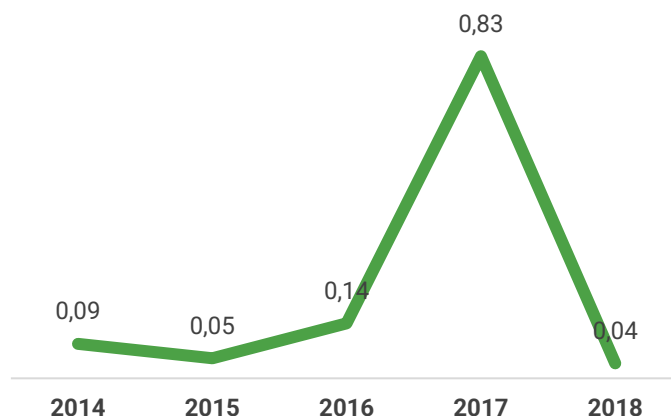
	População	Casos novos	Casos em registo	Incidência (por 100.000)	Prevalência (por 100.000)	Óbitos	Taxa de mortalidade (por 100.000)
2014	518 467	265	292	51,0	56	6	1,2
2015	524 833	247	271	47,0	52	11	2,1
2016	531 239	222	258	42,0	49	7	1,3
2017	537661	234	257	44,0	48,0	8	1,5
<b>2018</b>	<b>544081</b>	<b>182</b>	<b>206</b>	<b>33</b>	<b>38</b>	<b>10</b>	<b>1,8</b>

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes

A incidência do paludismo (malária), em 2018, diminuiu consideravelmente em relação ao ano precedente, passando de 0,83 por mil habitantes em 2017, para 0,04 em 2018.

**Gráfico 16 – Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes (2014-2018)**



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

**Tabela 34 – Número de casos, Incidência (por 100.000) Óbitos, Taxa de Mortalidade e Taxa de letalidade associados ao Paludismo (2014-2018)**

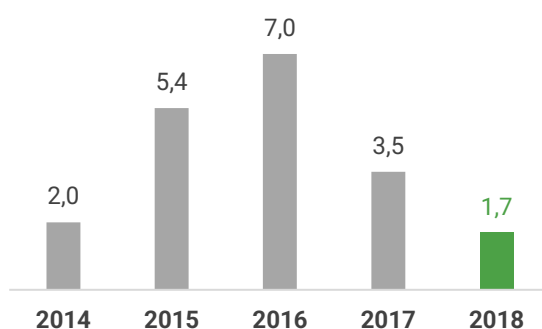
	População	Casos (n.º)	Incidência (por 100.000)	Óbitos	Taxa mortalidade (por 100.000)	Taxa de letalidade (%)
2014	518 467	46	8,9	1	0,2	2,2
2015	524 833	27	5,1	0	0	0
2016	531 239	75	14,1	2	0,7	2,2
2017	537661	446	83,0	2	0,4	0,4
<b>2018</b>	<b>544081</b>	<b>21</b>	<b>3,7</b>	<b>0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes

Em 2018, a taxa de Incidência da Hepatite B foi de 1,7 por 100 mil habitantes, valor que reflete uma diminuição significativa face ao ano de 2017 (3,5 por 100 mil habitantes). A maior taxa foi registada em 2016, fixando-se em 7 por 100 mil habitantes.

**Gráfico 17 – Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde (2014-2018)**



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias.

As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 161,2 por cem mil habitantes, tendo o sexo feminino apresentado maior taxa (176,9) do que o masculino (145,7). Como segunda causa de morte encontram-se as afeções respiratórias com 70,8 por cem mil habitantes. Os tumores ou neoplasias, foram a terceira causa da morte em 2018, com 61,6 por cem mil habitantes.

**Tabela 35 – Distribuição de mortalidade geral por (100.000 habitantes), por CID10, segundo género, ano de 2018**

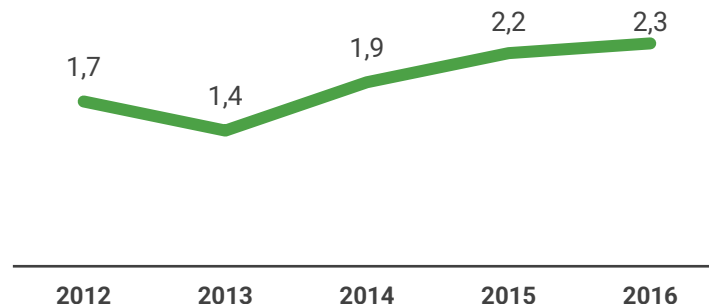
CID	Total		Masculino		Feminino		
	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	877	161,2	399	145,7	478	176,9
Afeções Respiratórias	J00-J99	385	70,8	212	77,4	173	64
Tumores ou neoplasias	C00-D48	335	61,6	185	67,5	150	55,5
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	335	61,6	191	69,7	144	53,3
Sintomas mal definidos	R00-R99	240	44,1	111	40,5	129	47,7
Causas externas	V01-Y98	116	21,3	100	36,5	16	5,9
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	129	23,7	107	39,1	22	8,1
Afeções perinatais	P00-P96	86	15,8	47	17,2	39	14,4
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	79	14,5	51	18,6	28	10,4
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	87	16	46	16,8	41	15,2
D. do aparelho génito urinário	N00-N99	65	11,9	29	10,6	36	13,3
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	41	7,5	34	12,4	7	2,6
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	28	5,1	20	7,3	8	3
Malformações congénitas	Q00-Q99	11	2	5	1,8	6	2,2
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	7	1,3	2	0,7	5	1,9
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	4	0,7		0	4	1,5
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	10	1,8	6	2,2	4	1,5
D. sistema oste muscular e tecido conjuntivo	M00-M99	2	0,4	2	0,7	0	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.4.2 Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)

Em 2016, a taxa de mortalidade relacionada com o suicídio foi de 2,3%. Constatase que a taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) vem aumentando desde o ano 2013.

**Gráfico 18 – Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) (2012-2016)**



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### Indicador 3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

Para este indicador, apenas existem dados disponíveis de 2015, em que taxa de mortalidade por acidentes rodoviários foi de 1,3%.

### Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos

Em 2018, a utilização da contraceção moderna nas mulheres unidas, foi de 54,6%). No que concerne a esterilização feminina, esta situou-se em 8,4%, a utilização de preservativo masculino, em 5,4%, o uso da pílula em 20,9%, a percentagem de utilizadoras de injeções em 14,8% e a utilização do implante 2,7%,

De acordo com a tabela que se segue, para os métodos tradicionais, o nível de utilização foi de apenas 1,1%, em 2018. A percentagem de utilização do “coito interrompido” e da “abstinência periódica” foram de 0,5% cada uma.



**Tabela 36 – Utilização de métodos contraceptivos nas mulheres unidas 15-49 anos 2005 e 2018**

Método	2005	2018
<b>Algum método</b>	61.3	55.8
<b>Método moderno</b>	57.1	54.6
Pílula	21.4	20.9
Esterilização feminina	14.8	8.4
Injeções	11.3	14.8
Preservativo Masculino	6.1	5.4
DIU	2.2	2.1
Implante	0	2.7
Vasectomia	0	0.1
Outro moderno	1.3	0.3
<b>Método tradicional</b>	4.3	1.1
Abstinência periódica	1.9	0.5
Coito interrompido	2.2	0.5
Outro tradicional	0.1	0.1

Fonte: INE, III IDSR

**Indicador 3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários.**

Segundo os dados do terceiro Inquérito demográfico e de saúde reprodutiva (IDSR III), realizado em 2018, a proporção das adolescentes do grupo etário de 15-19 anos que declararam ter um filho (nado vivo), no momento do inquérito, foi de 12%. Salienta-se, particularmente, a maternidade das meninas com 15 anos de idade, em que 5,6% das mesmas declaram que já tinham um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (Tabela 37).

De acordo com a tabela 37, em 2018 4,2% de jovens entre 15 a 19 anos declararam que já estavam grávidas do primeiro filho, no momento do inquérito.

**Tabela 37 – Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam ter um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)**

Grupo Etário	2005	2018
<b>Total de Jovens 15-19 anos</b>	<b>15,2</b>	<b>12,0</b>
19 anos	33,9	28,9
18 anos	15,9	22,9
17 anos	9,0	13,4
16 anos	8,6	1,1
15 anos	1,9	5,6

Fonte: INE, III IDSR

Salienta-se, particularmente, a maternidade das meninas com 15 anos de idade, com 5,6% das mesmas que já tinham um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (2018). Esta proporção quase triplicou em relação a 2005, cujo nível era de 1,9%. Por outro lado, nota-se que 4,2% entre elas (jovens 15-19 anos) estava grávida do primeiro filho, no momento do inquérito, com um aumento de 0,5 pontos percentuais em relação a 2005.

**Tabela 38 – Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam estar grávida do 1º filho, no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)**

Grupo Etário	2005	2018
<b>Total de Jovens 15-19 anos</b>	<b>3,7</b>	<b>4,2</b>
19 anos	5,5	4,8
18 anos	5,0	7,3
17 anos	5,2	5,4
16 anos	1,8	1,6
15 anos	1,8	1,7

Fonte: INE, III IDSR

Salienta-se, particularmente, uma maior proporção de jovens grávidas a partir dos 17 anos, sendo mais acentuada nas meninas de 18 anos de idade (7,3%).

**Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).**

A taxa de cobertura das consultas pré-natal e pós-partos, em 2018, registaram um decréscimo, comparativamente ao ano de 2016, situando-se em 84,6% e 51,6%, respetivamente. O mesmo sucede com a média das consultas de pré-natal, que passou de 4,7% em 2016, para 4,6% em 2018, portanto, com uma diminuição ligeiro de 0,1 pontos percentuais.

**Tabela 39 – Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto, por enfermeiros (2016-2018)**

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2016	87,1	4,7	45,9
2017	89,5	4,9	46,5
<b>2018</b>	<b>84,6</b>	<b>4,6</b>	<b>51,6</b>

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

A taxa de cobertura de consultas de crianças menores de 1 ano continua decrescendo, passando de 94,8%, em 2016, para 86,9%, em 2018. Quanto à média de consultas, entre 2016 e 2018, situou-se em 10,2 consultas por crianças. No que concerne às consultas de pré-natal, os indicadores seguem a mesma tendência, uma diminuição da taxa de cobertura no período em análise, passando de 87,1 a 84,6 respetivamente. A média de consultas pré-natal continua à volta de 4,7 consultas anuais por gravidez.

**Tabela 40 – Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal, por enfermeiros (2016-2018)**

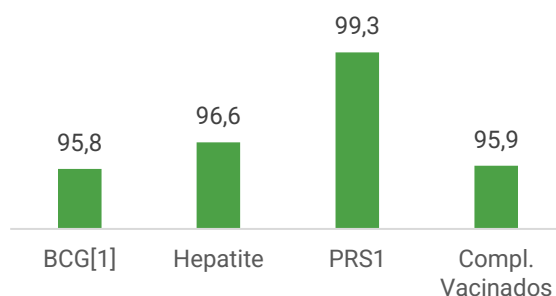
	Consultas de Crianças < 1 ano		Consultas de Pré-natal	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas
2016	94,8	10	87,1	4,7
2017	93,6	10,4	89,5	4,9
<b>2018</b>	<b>86,9</b>	<b>10,2</b>	<b>84,6</b>	<b>4,6</b>

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

**Indicador 3.b.1 Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação**

Em 2018, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano) foi de 95,8% (BCG[1]). Considerando as outras vacinas (Hepatite, PRS1), registaram-se taxas de cobertura acima de 90%, com 96,6% e 99,3% respetivamente.

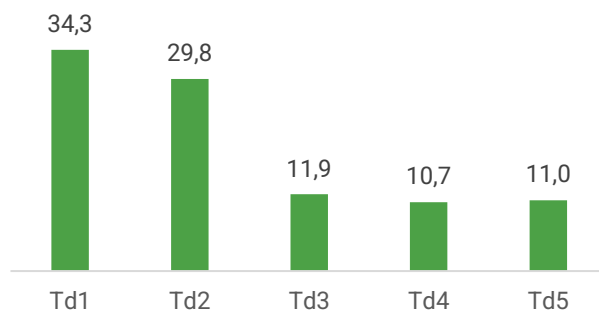
**Gráfico 19 – Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina (2018)**



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente da mulher estar grávida ou não. O gráfico 20 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas em 2018.

**Gráfico 20 – Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina de tétano e difteria (2018)**



Fonte: SAISCAMH/SVIRE/DNS/MSSS

## OUTROS INDICADORES

### Infraestruturas e Recursos Afetos aos Serviços de Saúde

A rede de estruturas de saúde é constituída por dois hospitais centrais, sendo um no concelho da Praia e outro no de São Vicente, e quatro hospitais regionais nos concelhos da Ribeira Grande de Santo Antão, Sal, Santa Catarina e São Filipe. Quanto aos centros de saúde, houve um aumento de cinco entre 2014 e 2018. As Unidades Sanitárias de Base encontram-se instaladas em todos os concelhos, sendo infraestruturas imprescindíveis na implementação da política de saúde do país.

**Tabela 41 – Infraestruturas de Saúde segundo as principais estruturas sanitária (2014-2018)**

	Estruturas Sanitárias				
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Delegacia de Saúde	Centro Saúde Reprodutiva
2014	2	4	28	17	5
2015	2	4	32	17	5
2016	2	4	32	17	5
2017	2	4	32	17	5
<b>2018</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>33</b>	<b>17</b>	<b>5</b>

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

**Tabela 42 – Infraestruturas de Saúde segundo o tipo de estruturas sanitárias por concelho (2018)**

	Estruturas Sanitárias						
	Hospital Central	Hospital Regional	Centro de Saúde	Centro de Saúde Reprodutiva	Posto Sanitário	Unidade Sanitária de Base	Delegacia de Saúde
<b>Cabo Verde</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>33</b>	<b>5</b>	<b>34</b>	<b>115</b>	<b>17</b>
Ribeira Grande	0	1	2	1	5	9	1
Paul	0	0	1	0	2	4	1
Porto Novo	0	0	1	0	4	12	1
S. Vicente	1	0	5	1	0	3	1
Ribeira Brava	0	0	1	0	2	8	1
Tarrafal de S. Nicolau	0	0	1	0	1	5	0
Sal	0	1	2	0	0	1	1
Boa Vista	0	0	1	0	1	5	1
Maio	0	0	1	0	2	5	1
Tarrafal	0	0	1	0	2	6	1
Santa Catarina	0	1	1	1	4	8	1
Santa Cruz	0	0	1	0	3	9	1
Praia	1	0	6	1	1	6	1
S. Domingos	0	0	1	0	1	9	1
S. Miguel	0	0	1	0	1	6	1
S. Salvador do Mundo	0	0	1	0	0	1	0
S. Lourenço dos Órgãos	0	0	1	0	0	2	0
Ribeira Grande de Santiago	0	0	1	0	1	3	0
Mosteiros	0	0	1	0	0	4	1
S. Filipe	0	1	1	1	2	5	1
Santa Catarina do Fogo	0	0	1	0	0	2	0
Brava	0	0	1	0	2	2	1

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

A razão de médicos e enfermeiros vem aumentando anualmente. Analisando os dados a nível dos concelhos no ano 2016, constata-se que a tendência se mantém relativamente aos dados de 2015, onde a razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes tem maior taxa nos concelhos onde há hospitais Centrais e Regionais. Entretanto, mantêm-se as diferenças regionais, que têm a ver com o tipo de infraestruturas existentes e cuidados prestados nos concelhos com menos população.

**Tabela 43 – Razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes, por concelhos e por anos, (2016)**

Concelhos	Número de Médicos	Razão Médico/Hab.	Número de Enfermeiros	Razão Enferm/Hab.
<b>Cabo Verde</b>	<b>408</b>	<b>7,68</b>	<b>690</b>	<b>12,99</b>
Ribeira Grande	14	8,40	36	21,59
Paul	2	3,37	8	13,47
Porto Novo	5	2,89	16	9,24
S. Vicente	103	12,58	169	20,64
Ribeira Brava	2	2,81	12	16,88
Tarrafal de S. Nicolau	2	3,82	6	11,47
Sal	15	4,24	23	6,52
Boa Vista	5	3,22	12	7,72
Maio	2	2,84	7	9,95
Tarrafal	4	2,19	12	6,57
Santa Catarina	33	7,25	59	12,96
Santa Cruz	5	1,90	15	5,71
Praia	186	11,98	237	15,27
S. Domingos	2	1,42	8	5,69
S. Miguel	4	2,76	8	5,52
S. Salvador do Mundo	1	1,16	4	4,63
S. Lourenço dos Órgãos	1	1,41	5	7,06
Ribeira Grande de Santiago	1	1,19	2	7,06
Mosteiros	3	3,21	8	8,57
S. Filipe	15	7,14	32	15,23
Santa Catarina do Fogo	1	1,90	1	1,90
Brava	2	3,55	10	17,74

**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social

A respeito do número de camas hospitalares nas estruturas sanitárias, constatou-se um aumento nos hospitais centrais, passando de 525, em 2014, para 553, em 2018, o que representa um aumento de 28 camas. Em 2018, os hospitais regionais totalizavam 271 camas, menos 4 camas face ao ano de 2017 (275 camas), mas em relação aos centros de saúde regista-se um aumento, passando de 280 camas em 2017 para 299 camas.

**Tabela 44 – Número de camas hospitalares segundo as estruturas sanitárias (2014-2018)**

	Nº de Camas			
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Total
2014	525	238	289	1 052
2015	525	239	304	1 068
2016	522	263	276	1 061
2017	521	275	280	1 076
<b>2018</b>	<b>553</b>	<b>271</b>	<b>299</b>	<b>1123</b>

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### **Natalidade e Fecundidade**

Analisando os indicadores de Natalidade e Fecundidade em 2019, o Índice Sintético de Fecundidade (ISF), Taxa Bruta de Natalidade (TBN), Taxa Bruta de Reprodução (TBR) e Taxa Líquida de Reprodução (TLR), verifica-se que todos tiveram uma ligeira diminuição quando comparados com os dados dos últimos quatros anos da série temporal.

**Tabela 45 – Índice Sintético de Fecundidade, Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Reprodução e Taxa Líquida de Reprodução (2015-2019)**

	Índice Sintético de Fecundidade (ISF)	Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	Taxa Bruta de Reprodução (TBR)	Taxa Líquida de Reprodução (TLR)
2015	2,32	20,34	1,13	1,11
2016	2,31	20,14	1,13	1,10
2017	2,29	19,89	1,12	1,09
2018	2,28	19,59	1,11	1,09
<b>2019</b>	<b>2,26</b>	<b>19,27</b>	<b>1,10</b>	<b>1,08</b>

Fonte: INE (Projeções Demográficas 2010-2030)

### **Fecundidade na Adolescência**

Em 2018, foram atendidos nos serviços de saúde reprodutiva um total de 9.593 grávidas, das quais 1.752 em idade precoce (18,3%), tendo registado um aumento ligeiro em relação ao ano 2017 (17,8%). Do total das grávidas captadas registam-se 44 na faixa etária de 10 - 14 anos, que corresponde a 0,5%, 375 na faixa etária de 15 - 16 anos, equivalente a 3,9% e 1.333 na faixa etária dos 17 - 19 anos que corresponde a 13,9%.

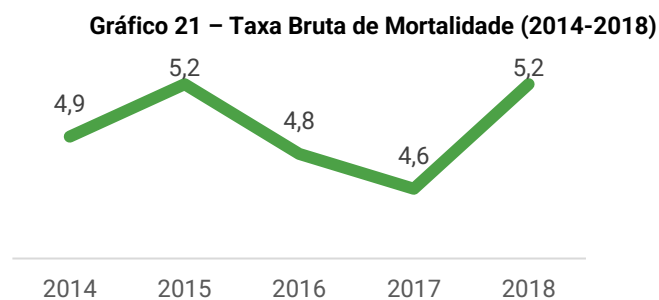
**Tabela 46 – Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10 - 19 anos) segundo Concelhos (2018)**

	Grávidas Captadas	Idade das Grávidas (Gravidez Precoce)					
		10 - 14 Anos		15 - 16 Anos		(17 - 19 Anos)	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
<b>Cabo Verde</b>	<b>9 593</b>	<b>44</b>	<b>0,5</b>	<b>375</b>	<b>3,9</b>	<b>1 333</b>	<b>13,9</b>
Ribeira Grande	226	1	0,4	15	6,6	34	15,0
Paul	51	0	0,0	3	5,9	6	11,8
Porto Novo	221	2	0,9	16	7,2	39	17,6
São Vicente	1 292	11	0,9	51	3,9	169	13,1
Ribeira Brava	89	0	0,0	2	2,2	12	13,5
Tarrafal São Nicolau	78	1	1,3	6	7,7	8	10,3
Sal	842	2	0,2	31	3,7	119	14,1
Boavista	430	1	0,2	16	3,7	37	8,6
Maio	101	0	0,0	5	5,0	13	12,9
Praia	3 213	11	0,3	98	3,1	415	12,9
Ribeira Grande Santiago	103	1	1,0	10	9,7	31	30,1
São Domingos	97	1	1,0	4	4,1	20	20,6
Santa Cruz	415	4	1,0	24	5,8	68	16,4
São Lourenço Órgãos	123	0	0,0	3	2,4	21	17,1
Santa Catarina Santiago	901	4	0,4	41	4,6	121	13,4
São Salvador Mundo	101	0	0,0	5	5,0	18	17,8
São Miguel	203	1	0,5	8	3,9	32	15,8
Tarrafal	324	0	0,0	11	3,4	37	11,4
São Filipe	429	4	0,9	15	3,5	76	17,7
Santa Catarina Fogo	73	0	0,0	3	4,1	9	12,3
Mosteiros	168	0	0,0	4	2,4	29	17,3
Brava	113	0	0,0	4	3,5	19	16,8

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

## **Mortalidade**

Analisando os dados do gráfico 21, constata-se que a taxa de mortalidade geral em 2018 foi 5,2%, menos 0,3% que em 2014 (4,9%), sendo este valor a mesma taxa registado no ano de 2015.



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

As afeções perinatais continuaram a ser as principais causas da mortalidade infantil em Cabo Verde, seguidas das anomalias congénitas e infecciosas e parasitárias assim como em anuário de 2018. Os óbitos pelas afeções perinatais que tinham diminuído em 2015 voltaram a subir entre 2016, 2017 e 2018 respetivamente, com 57,9%, 59,3% e 61,3%. As anomalias congénitas, ao contrário das afeções perinatais, registaram um decréscimo de 17,5 em 2015, para 8% em 2018.

**Tabela 47– Mortalidade Infantil (em %) segundo, principais causas (2014-2018)**

Causas de óbito (agrupadas)	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Afeções perinatais	63,3	50,9	57,9	59,3	61,3
Anomalias congénitas	11,6	17,5	9,1	7,8	8,0
Infecciosas e parasitárias	6,5	8,6	8,5	9,6	9,5
Afeções respiratórias	5,1	10,4	11,6	6,6	10,9
Sintomas e sinais mal definidos	3,7	3,7	3,7	1,8	1,5
Doenças do aparelho circulatório	2,3	0,6	3,0	0,6	0,7
Doenças do sistema nervoso central	1,4	1,2	0,0	3,6	2,2
Traumatismos e envenenamentos	2,3	1,8	2,4	3,0	1,5
Doenças metabólicas endócrinas e nutricionais	0,9	1,8	2,4	4,8	2,2
Causas externas	...	...	..	1,2	0,7
Doenças do aparelho digestivo	...	...	...	1,8	0,0
Doenças aparelho génito urinário	...	...	...	...	0,7
D. sangue e órgãos hematopoéticos	...	...	...	...	0,7
Outras causas	2,8	3,6	1,4	0,0	0,0

**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

Analisando o número de óbitos, constata-se que, em 2018, ocorreram 2.836 óbitos, o que se traduz num aumento de 339 óbitos (13,6%), quando comparado com o ano anterior. Observando os dados em relação aos sexos, no mesmo período, verifica-se um aumento do número de óbitos, passando de 1.371 para 1.546, no sexo masculino, e de 1.126 para 1.290 no feminino.

**Tabela 48 - Mortalidade Geral (Óbitos e Taxa de Mortalidade) segundo género (2014-2018)**

	Total		Masculino		Feminino	
	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas
2014	2 562	4,9	1 440	5,6	1 122	4,3
2015	2 744	5,2	1 517	5,8	1 227	4,7
2016	2 580	4,8	1 422	5,3	1 158	4,4
2017	2 497	4,6	1 371	5,1	1 126	4,2
<b>2018</b>	<b>2 836</b>	<b>5,2</b>	<b>1 546</b>	<b>5,6</b>	<b>1.290</b>	<b>4,8</b>

**Fonte:** Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018



Globalmente, a estrutura etária da mortalidade geral alterou a configuração dos anos anteriores, registando aumento de número de óbitos em todos os grupos etários, com exceção do grupo etário de 0 a 4 anos em que se verificou uma diminuição do número de óbitos.

Da análise por sexo regista-se sempre mais óbitos de homens do que de mulheres. Do total dos óbitos registados em 2018, 54,5% são do sexo masculino (1 546) e 46,5% do sexo feminino (1 290).

Ao longo dos grupos etários observa-se que mais de metade dos óbitos registados ocorreu em pessoas com 65 anos ou mais. Em 2018, 58,7% dos óbitos (1 665 óbitos) ocorreram em pessoas com 65 anos ou mais.

As mulheres superam os homens no número de óbitos a partir dos 65 anos, facto que pode ser explicado pela dimensão da população feminina que é maior nesta idade.

**Tabela 49 – Óbitos e Taxa de Mortalidade segundo género, por grupos etários (2018)**

Grupos etários	Masculino		Feminino		Total	
	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
0 – 4	90	3,3	64	2,5	<b>154</b>	<b>2,9</b>
5 - 9	9	0,3	6	0,2	<b>15</b>	<b>0,3</b>
10-14 anos	8	0,4	3	0,1	<b>11</b>	<b>0,2</b>
15-49 anos	366	2,3	129	0,9	<b>495</b>	<b>1,6</b>
50-64 anos	324	11,9	172	5,4	<b>496</b>	<b>8,4</b>
65 anos +	749	65,2	916	49,4	<b>1665</b>	<b>55,4</b>
<b>Total</b>	<b>1546</b>	<b>5,6</b>	<b>1290</b>	<b>4,8</b>	<b>2836</b>	<b>5,2</b>

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social, Relatório Estatístico 2018

### **Rede de Distribuição e Venda de Medicamentos**

Em termos de unidades de venda de medicamentos, em 2018 houve mudanças em relação aos anos anteriores, aumentando o número de farmácias (74), sendo 34 públicas e 40 privadas, mas quanto ao posto de venda, nota-se a inexistência do mesmo, pois já se verificava uma tendência de descontinuidade nos anos anteriores.

**Tabela 50 – Postos de venda de medicamentos e farmácias (públicas e privadas) e unidades de saúde (2014-2018)**

	Postos de Venda	Farmácias			Unidades de Saúde Privadas
		Públicas	Privadas	Total	
2014	2	32	37	69	-
2015	2	32	39	71	-
2016	1	32	39	71	-
2017	1	32	39	71	-
<b>2018</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>40</b>	<b>74</b>	<b>102</b>

Fonte: Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

Segundo os dados da tabela 51, as despesas públicas com os medicamentos, em 2018, foram de 297.874.625, tendo aumentado em relação ao ano 2017 (272.313.698). As maiores percentagens de despesas foram nos concelhos da Praia, São Vicente e São Filipe, com 22,01%, 16,71% e 7,26% respetivamente. As mais baixas verificaram-se nos concelhos de Tarrafal de São Nicolau (1,39%) e Santa Catarina do Fogo (0,66%).

**Tabela 51 – Despesas Públicas (em milhões de Escudos e proporção) de medicamentos por concelho (2018)**

	Valor (Milhões ECV)	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>297 874 625</b>	<b>100,00</b>
Ribeira Grande	19 832 657	6,66
Paul	6 067 811	2,04
Porto Novo	17 048 654	5,72
São Vicente	49 775 601	16,71
Ribeira Brava	6 612 118	2,22
Tarrafal de São Nicolau	4 128 163	1,39
Sal	14 005 835	4,70
Boavista	6 401 399	2,15
Maio	6 692 523	2,25
Praia	65 548 643	22,01
Ribeira Grande de Santiago	5 059 068	1,70
São Domingos	6 946 466	2,33
Santa Cruz	11 184 657	3,75
São Lourenço dos Órgãos	7 074 287	2,37
Santa Catarina	12 611 340	4,23
São salvador do Mundo	6 774 548	2,27
São Miguel	7 192 850	2,41
Tarrafal	7 787 537	2,61
Mosteiros	7 712 675	2,59
São Filipe	21 629 323	7,26
Santa Catarina do Fogo	1 976 434	0,66
Brava	5 812 035	1,95

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

**Fonte:** Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Este tema apresenta um quadro atual do país, nos aspetos que integram alguns dos principais indicadores que permitem aferir sobre a evolução do setor da educação.

O objetivo de desenvolvimento sustentável 4 (ODS 4), visa a educação de qualidade para todos. É necessário garantir que todos os jovens concluam a educação básica e, neste sentido todo o processo de educação formal deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até a formação técnica e superior. A alfabetização de jovens e adultos e sua qualificação para o mercado de trabalho são preocupações que complementam este objetivo.

### **Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.**

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em análise. Analisado em termos de sexo, constata-se que a taxa de participação dos meninos foi superior a das meninas nos 2 primeiros anos letivos, enquanto que os restantes anos letivos verifica-se o efeito contrário, ou seja, entre 2016/2017 a 2018/2019, a taxa de participação das meninas foi sempre superior a dos meninos.

A participação mais elevada foi verificada em 2015/16, tanto para crianças do sexo masculino como do sexo feminino, com 90,7% e 89,4% respetivamente.

**Tabela 52 – Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial da entrada para o 1º ciclo), por sexo.**

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2014/15	87,7	84,7
2015/16	90,7	89,4
2016/17	86,2	88,9
2017/18	82,8	84,6
<b>2018/19</b>	<b>82,4</b>	<b>84,2</b>

Fonte: Ministério da Educação

### **Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).**

De acordo com os resultados do Inquérito Multi-Objectivo Contínuo realizado em 4º trimestre de 2019, 88% da população residente referiram ter copiado ou movido ficheiros ou pastas, e 83,5% utilizou os comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação, representando assim as competências em que a população tem maior competência em utilização das TIC. No outro extremo, encontra-se as competências para instalar ou substituir sistema operativo e criar programa informático utilizando linguagem de programação, respetivamente, referidos por 14,4% e 12,9% da população.

**Tabela 53 – Proporção da população de 10 anos ou mais com competências em utilização das TIC por tipo de competências (2019)**

	Total	Masculino	Feminino
Copiar ou mover ficheiros/ pastas	88,0	88,5	87,6
Utilizar comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação	83,5	84,2	82,6
Enviar emails com arquivos anexados	62,8	64,1	61,3
Transferir ficheiros entre computadores ou outros dispositivos	56,6	60,6	52,1
Utilizar fórmulas de operação matemáticas numa folha de cálculo (ex.: Excel)	48,7	48,6	48,8
Criar apresentações eletrónicas	42,7	43,8	41,4
Compactar ou zipar ficheiros	39,6	42,8	36,0
Instalar e ligar hardware (Impressora, modem, camaras)	28,9	34,9	22,1
Localizar, baixar, instalar e configurar software	22,1	29,9	13,3
Instalar ou substituir um sistema operativo (ex.: Windows)	14,4	19,4	8,9
Criar programa informático utilizando linguagem de programação	12,9	15,4	10,2
Outra atividade que considere relevante	4,7	5,3	4,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

**Indicador 4.5.1 Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1<sup>o</sup>/5<sup>o</sup> quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.**

Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básicos, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino. Em 2018/2019, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 92 do sexo feminino escolarizados.

**Tabela 54 – Paridade da Taxa Bruta de Escolarização (2014/15-2018/19)**

Período	Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização
2014/15	0,92
2015/16	0,92
2016/17	0,92
2017/18	0,92
2018/19	0,92

Fonte: Ministério da Educação

O índice de paridade no acesso variou entre 0,94 e 1,01 no período em análise. Se nos primeiros anos a taxa de acesso era favorável aos rapazes, já para 2017/18 a situação foi inversa, ou seja, para cada 100 rapazes que acedem ao ensino básico, tem-se 101 meninas.

**Tabela 55 – Índice de paridade da taxa bruta de Admissão (2013/14-2017/18)**

Período	Índice de paridade na taxa bruta de Admissão
2013/14	0,94
2014/15	0,96
2015/16	0,96
2016/17	0,95
2017/18	1,01

Fonte: Ministério da Educação

**Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).**

Segundo os dados do Ministério da Educação, a proporção de escolas do ensino básico que possuíam eletricidade em 2019 foi de 84,3%. Regista-se que 32,2% das escolas possuem computadores para fins pedagógicos, percentagem inferior ao registado em 2018, que foi de 42%; no entanto apenas 18% possuem internet para o mesmo fim. Verifica-se uma tendência de aumento de percentagem de escolas com internet para fins pedagógicos ao longo da série em análise. Quanto às escolas com instalações sanitárias 99% possuem-nas e 97% têm acesso a água potável.

**Tabela 56 – Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias (2017-2018-2019)**

Indicadores	2017	2018	2019
Escolas com eletricidade	76,5	79,3	84,3
Escolas com internet para fins pedagógicos	9,5	15,9	18,0
Escolas com computadores para fins pedagógicos	40,8	42,0	32,2
Escolas com acesso água potável	97,1	98,8	97,0
Escolas com instalações sanitárias	98,5	97,8	99,0

Fonte: Ministério da Educação

**Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.**

Da análise da tabela 57, constata-se que a maioria dos professores possui formação nos Ensinos básico e secundário. Nota-se um aumento contínuo de professores formados nesses dois níveis, passando respetivamente de 97,1 e 88,7% em 2014/15 para 98,7 e 91,6%, em 2016/17, traduzido num aumento de 1,6 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 2,9 pontos percentuais do ensino secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis e o período ficou marcado por decréscimos contínuos entre anos letivos 2014/2015 e 2016/2017.

**Tabela 57– Professores com formação (%) 2014/15-2017/18**

	Nível de instrução		
	Educação pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/15	39,4	97,1	88,7
2015/16	30,4	97,6	90,3
2016/17	29,5	98,7	91,6
<b>2017/18</b>	29,6	97,4	98,5
<b>2018/19</b>	31,2	97,3	97,0

Fonte: Ministério da Educação

## OUTROS INDICADORES

### Nível de Instrução da População

O nível de instrução é um indicador importante para se aferir sobre a educação no país. Os dados de 2019 indicam que, em termos de percentagem da população que nunca frequentou a escola, houve uma diminuição de 0,1 pontos percentuais, entre 2015 e 2019.

Em 2019, nota-se que a percentagem da população que nunca frequentou a escola diminuiu face ao ano anterior. A percentagem da população que frequentou a escola sucede a mesma tendência de diminuição quando comparado com o ano de 2018, á exceção da população que frequenta ensino básico e superior, onde os dados apontam para um aumento de 1,9 e 0,1 pontos percentuais, respetivamente.

Os dados da tabela 58 indicam que persistem diferenças em termos de meio de residência da população em 2019. O mesmo acontece a nível do sexo, não persistindo as diferenças somente na população que frequenta o ensino pré-escolar. Comparando os dados por sexo, constatou-se que, no que tange à proporção da população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, pois, a taxa de mulheres (11,3%) para este nível de instrução é dobro, em relação à dos homens (4,5%).

Quando analisado a nível do meio de residência, verifica-se que a população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino no meio rural, onde a taxa é de 11,7% é nitidamente superior à taxa de 6% registada no meio urbano. Estas diferenças não são tão evidentes em relação à percentagem da população que está a frequentar ou alguma vez frequentou o ensino pré-escolar e médio. Porém, nota-se que a população do meio rural apresenta maiores taxas em relação à população que frequenta pré-escolar, a alfabetização e o ensino básico. Esta situação é invertida no meio urbano para os ensinos secundário, médio e superior.

**Tabela 58 – Nível de instrução da população, por sexo e meio de residência (2015-2019)**

	Nunca frequentou	Está a frequentar ou alguma vez frequentou					
		Pré-escolar	Alfabetização	Básico	Secundário	Médio	Superior
2015	8	3,4	1,4	41,9	36,3	0,8	8
2016	7,2	3,3	1,6	43,2	41,7	0,9	9,3
2017	7,1	3,3	1,2	43,9	42,1	0,9	8,5
2018	7,7	3,6	1,7	40,1	44,2	0,8	9,5
<b>2019</b>							
<b>Cabo Verde</b>	<b>7,9</b>	<b>3,2</b>	<b>1,5</b>	<b>42,0</b>	<b>43,0</b>	<b>0,7</b>	<b>9,6</b>
<b>Sexo</b>							
Masculino	4,5	3,2	1,2	43,4	42,4	0,6	9,1
Feminino	11,3	3,2	1,8	40,5	43,7	0,7	10,2
<b>Meio de Residência</b>							
Urbano	6,0	3,1	1,1	38,9	43,9	0,7	12,2
Rural	11,7	3,5	2,2	48,7	41,1	0,5	3,9

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

A taxa de alfabetização (capacidade de ler e escrever) da população com 15 anos ou mais em 2019 (88,5%), indica que houve um aumento de 1,1 pontos percentuais, em comparação com o ano de 2015 (87,4%). Analisando por sexo, constatou-se que esta taxa é maior nos homens (93,1%) do que nas mulheres (83,9%), o que evidencia uma desigualdade de acesso à educação.

Relativamente à população dos 15-24 anos, esta desigualdade por sexo é praticamente inexistente, ao longo dos quatro últimos anos. Estes resultados indicam um esforço de redução das assimetrias no acesso à educação.

**Tabela 59 – Taxa de alfabetização da população (15 anos ou mais) e taxa de alfabetização juvenil (15-24 anos), segundo o sexo e por meio de residência (2015-2019)**

	Taxa de Alfabetização			Taxa de Alfabetização Juvenil		
	(População 15 anos ou mais)			(População 15-24 anos)		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2015	87,4	91,4	83,5	98,1	97,6	98,7
2016	87,6	92,5	82,8	98,6	98,6	98,6
2017	89	93,3	84,7	98,9	98,8	99
2018	87,7	92,6	83	98,5	98,1	98,9
<b>2019</b>						
<b>Cabo Verde</b>	<b>88,5</b>	<b>93,1</b>	<b>83,9</b>	<b>98,8</b>	<b>98,7</b>	<b>99,0</b>
<b>Meio Residência</b>						
Urbano	91,1	94,8	87,4	99,1	99,0	99,2
Rural	83,0	89,6	76,7	98,4	98,1	98,6

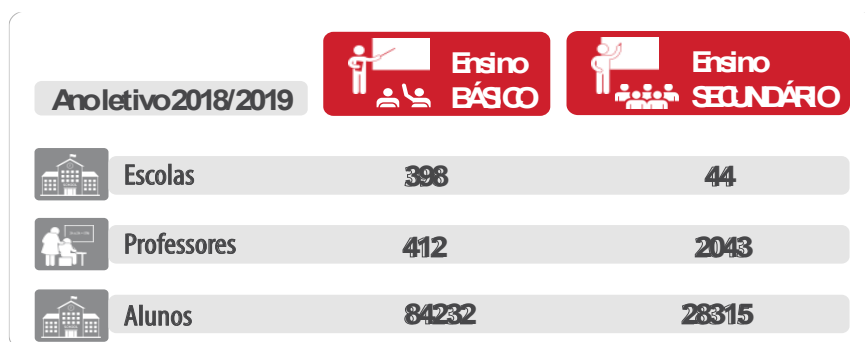
Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



### **Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário**

No ano letivo 2018/2019, foram registados 581 estabelecimentos de educação/ensino pré-escolar, 412 unidades de ensino básico e 44 de ensino secundário em funcionamento, registando um aumento em 9 unidades de ensino pré-escolar, e uma diminuição de 15 unidades de ensino básico, comparativamente ao ano letivo 2017/18. Em relação aos estabelecimentos de ensino secundário este manteve-se igual, ou seja, 44 estabelecimentos de ensino secundário.

**Figura 4 – Indicadores do ensino básico e secundário**



**Tabela 60 – Estabelecimentos de educação/ensino segundo o nível de ensino (2014-2019)**

	Nível de ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2014/15	540	415	50
2015/16	543	413	44
2016/17	567	412	44
2017/18	572	413	44
<b>2018/19</b>	581	398	44

Fonte: Ministério da Educação

Analisando os dados referentes ao número de profissionais/professores no ano letivo de 2018/2019, segundo o nível de ensino, pode-se verificar um aumento de 225 professores no ensino básico e 1124 no ensino secundário, comparativamente ao ano letivo de 2014/2015, como se pode comprovar na tabela 61. Porém, no ensino secundário verifica-se uma diminuição de 1030 profissionais/professores.

**Tabela 61 – Profissionais/professores segundo o nível de ensino (2014-2019)**

	Nível de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2014/15	1 234	2 988	3 073
2015/16	1 283	2 993	3 141
2016/17	1 285	3 016	3 200
2017/18	1435	4213	1955
<b>2018/19</b>	1459	4112	2043

Fonte: Ministério da Educação

Os dados indicam que, em relação aos alunos matriculados no ano letivo 2018/2019, comparativamente a 2017/2018, registou-se uma diminuição no efetivo de matriculados no ensino pré-escolar, passando de 16.400 para 16.913 alunos. Esta diminuição substancial justifica-se com a aplicação da atual lei de base de sistema educativo, em que o ensino pré-escolar passou a ser contabilizado apenas na idade de 4 a 5 anos (antes era 0 a 5 anos). Verifica-se também uma diminuição no ensino básico, passando de 84.304 para 84.232 alunos matriculados. Porém, no ensino secundário verificou-se um aumento significativo, passando de 28.221 para 28.315 alunos matriculados. De realçar que os dados do ensino secundário se referem somente aos estabelecimentos públicos, enquanto o pré-escolar e o básico incluem estabelecimentos privados.

**Tabela 62 – Alunos matriculados por nível de ensino (2014-2019)**

	Níveis de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2014/15	23316	64591	52294
2015/16	23633	63336	51790
2016/17	23222	61799	50890
2017/18	16400	84304	28221
<b>2018/19</b>	16913	84232	28315

Fonte: Ministério da Educação

### **Indicadores de Escolarização**

A taxa bruta de escolarização, para o ensino básico, foi de 103,6%, no ano letivo 2018/2019, mantendo assim o mesmo valor quando comparado com o ano letivo 2017/2018. Em relação ao ensino secundário, teve um aumento em 1,1 pontos percentuais. Avaliando a taxa líquida de escolarização no ensino básico e secundário, pode-se afirmar que houve um aumento de 0,1 e 0,6 p.p., respetivamente.

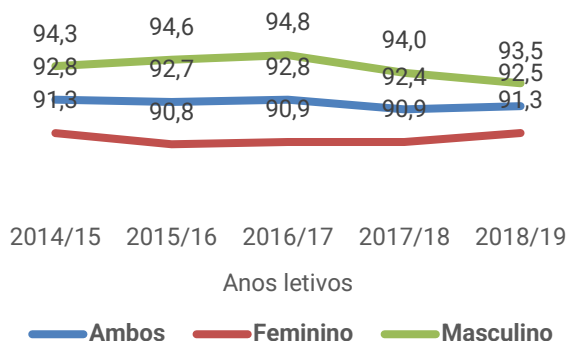
**Tabela 63 – Taxa de Escolarização (Bruta e Líquida) segundo o nível de ensino (2014-2019)**

	Taxa Bruta de Escolarização		Taxa Líquida de Escolarização	
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/15	103,4	84,1	92,8	70,8
2015/16	102,4	84,5	92,7	71,2
2016/17	102,0	84,5	92,8	71,3
2017/18	103,6	71,0	92,4	53,4
<b>2018/19</b>	103,6	72,1	92,5	54,0

Fonte: Ministério da Educação

O gráfico 21, apresenta a taxa líquida de escolarização no ensino básico, notando-se uma nítida diferença entre os sexos, sendo os do sexo masculino superior ao feminino ao longo da série em análise.

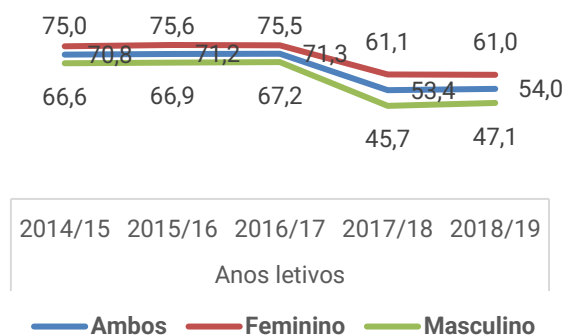
**Gráfico 21 – Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo (2014-2019)**



Fonte: Ministério da Educação

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização diminuiu de forma brusca em 16,8 pontos percentuais, passando de 70,8% para 54%, entre ano letivo 2014/2015 e 2018/2019, tendo-se verificado a mesma situação ao desagregar essas informações por sexo.

**Gráfico 22 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo (2014-2019)**



Fonte: Ministério da Educação

Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básico e secundário, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino, por exemplo, em 2018/2019, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 93 do sexo feminino escolarizados. Situação inversa foi verificada no ensino secundário, em que a participação dos estudantes do sexo feminino continua a ser superior, conforme os dados apresentados na tabela 64.

**Tabela 64 – Paridade na Taxa Bruta de Escolarização (2014-2019)**

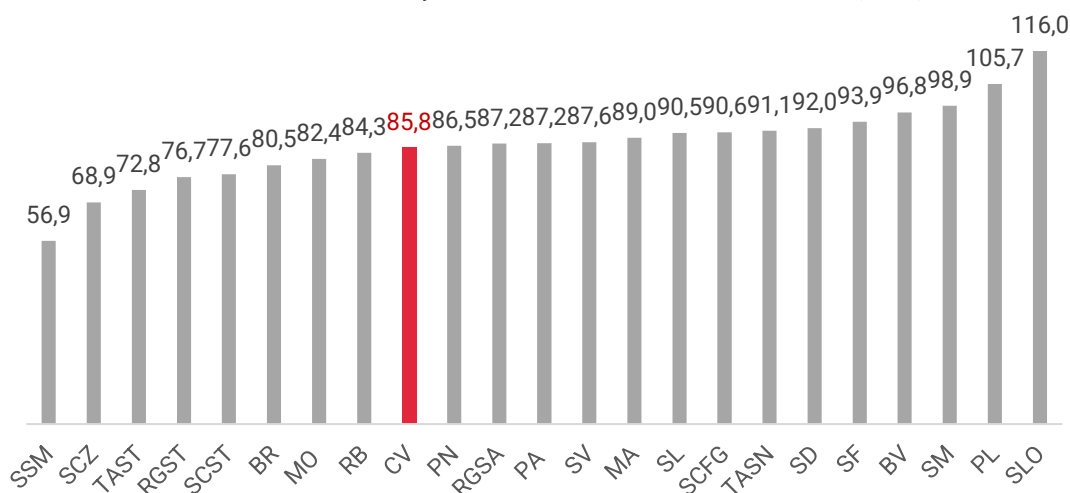
	Nível de Ensino	
	Básico	Secundário
2014/15	0,97	1,13
2015/16	0,96	1,13
2016/17	0,96	1,12
2017/18	0,91	1,23
<b>2018/19</b>	0,93	1,17

Fonte: Ministério da Educação

### Transição

A Taxa de Transição demonstra a percentagem dos alunos que transitaram do ensino básico para o secundário. Os dados do gráfico 23 indicam que, em termos gerais, 85,8% dos alunos transitaram do ensino básico para o secundário, no ano letivo 2018/2019. A taxa mais baixa foi registada no concelho de São Salvador do Mundo (56,9%) e, no sentido inverso, São Lourenço dos Órgãos (116%) obteve a maior taxa de transição entre esses dois níveis de ensino, em comparação com outros concelhos, no mesmo ano letivo.

**Gráfico 23 – Transição do Ensino Básico para o Secundário (2019)**



Fonte: Ministério da Educação

### Abandono e Reprovação

A taxa de abandono referente ao ano letivo 2018/2019, no ensino básico, foi de 1,5%, demonstrando uma variação positiva de 0,5 pontos percentuais, comparativamente ao ano letivo 2014/2015 (1,0%). Contrariamente ao ensino básico, a taxa de abandono no ensino secundário, diminuiu 4,8 pontos percentuais, passando de 6,4% para 1,6%, no mesmo período. Esta diminuição acentuada no ensino secundário, foi devido a medidas/políticas tomadas, nomeadamente a isenção de propina, para evitar o abandono escolar. Analisando por sexo, constata-se que a taxa de abandono no ensino básico é maior em relação ao sexo masculino (1,7%) do que ao feminino (1,3%). No ensino secundário, a taxa de abandono é maior no seio dos estudantes do sexo masculino (1,7%), quando comparado com os do sexo feminino (1,6%), mas a diferença é mínima (0,1%).

**Tabela 65 – Taxa de Abandono segundo o nível de ensino e sexo (2014-2019)**

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2014/15	1,0	1,3	0,8	6,4	7,6	5,3
2015/16	1,1	1,4	0,7	7,0	8,3	5,5
2016/17	1,0	1,2	0,7	6,8	8,1	5,3
2017/18	2,3	2,8	1,7	5,2	6,2	4,5
2018/19	1,5	1,7	1,3	1,6	1,7	1,6

Fonte: Ministério da Educação

Relativamente à taxa de reprovação, em 2018/2019, comparativamente ao ano de 2014/2015, no ensino básico registou-se um aumento em 2,7 pontos percentuais e também no ensino secundário verificou-se um aumento em 0,9 pontos percentuais. No que concerne ao sexo, constata-se maior número de reprovações entre os alunos do sexo masculino.

**Tabela 66 – Taxa de Reprovação segundo o nível de ensino e sexo (2014-2019)**

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2014/15	8,8	11	6,3	24,1	27,9	20,7
2015/16	8,9	11,3	6,2	23,4	27,4	19,7
2016/17	7,3	9,2	5,2	24	28,7	19,7
2017/18	10,0	12,7	7,1	22,3	25,2	19,9
<b>2018/19</b>	<b>11,5</b>	<b>14,8</b>	<b>7,9</b>	<b>25,0</b>	<b>28,6</b>	<b>21,9</b>

Fonte: Ministério da Educação

### **Ensino Superior**

Os dados do ensino superior referentes aos estabelecimentos de ensino mostram que o país conta com dois estabelecimentos de ensino público, sendo eles a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e a Faculdade de Educação e Desporto (FAED), ambos com sede na cidade da Praia. Ambas as instituições têm polos universitários noutros concelhos/ilhas. A UNI-CV tem um Pólo em São Vicente e a FAED tem também um Pólo na ilha de São Vicente e outro no concelho de Santa Catarina.

Em relação às instituições privadas, são oito no total: a Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), a Universidade Lusófona (UL), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) e a Mindelo Escola Internacional de Arte (M\_EIA), sediadas na ilha de São Vicente; a Universidade Jean Piaget (Uni Piaget), o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), com sede na cidade da Praia, e a Universidade de Santiago (US), com sede na cidade de Assomada. De referir que a Uni Piaget tem Pólo em São Vicente, o ISCEE, na cidade da Praia e a US, nas cidades da Praia e do Tarrafal.

As duas universidades públicas empregavam, no ano letivo 2017/2018, um total de 566 docentes, enquanto as instituições privadas, 895 docentes, no mesmo ano letivo.

**Tabela 67 – Estabelecimentos de ensino superior, segundo a natureza institucional (2014-2019)**

	Natureza institucional	
	Pública	Privada
2014/15	2	8
2015/16	2	8
2016/17	2	8
2017/18	2	8
<b>2018/19</b>	<b>2</b>	<b>8</b>

Fonte: Ministério da Educação

**Tabela 68 – Docentes no ensino superior, segundo a natureza institucional (2013-2018)**

	Total	Natureza institucional	
		Pública	Privada
2013/14	<b>1 415</b>	567	848
2014/15	<b>1 366</b>	578	788
2015/16	<b>1 308</b>	545	763
2016/17	<b>1 418</b>	560	858
<b>2017/18</b>	<b>1461</b>	<b>566</b>	<b>895</b>

Fonte: Ministério da Educação

O número de estudantes do ensino superior no país passou de 12.538, em 2014/2015, para 8.439, em 2018/2019, registando um decréscimo médio anual de 10%. No que concerne a natureza institucional, constata-se maior número de estudantes em instituição privado do que em público ao longo da série em estudo. Do total dos estudantes inscritos nas instituições de ensino superior públicas e privadas sediadas no país, verifica-se que, em 2018/2019, 5.041 eram do sexo masculino e 3.398, feminino.

**Tabela 69 – Estudantes no ensino superior, segundo a natureza institucional, no país (2014-2019)**

	Natureza institucional		
	Total	Público	Privado
2014/15	<b>12 538</b>	5 197	7 341
2015/16	<b>12 622</b>	5 765	6 857
2016/17	<b>12 446</b>	5 489	6 957
2017/18	<b>11659</b>	5160	6499
<b>2018/19</b>	<b>8439</b>	<b>4102</b>	<b>4337</b>

Fonte: Ministério da Educação

**Tabela 70 – Estudantes no ensino superior, segundo o sexo, no país (2014-2019)**

	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
2014/15	<b>12 538</b>	5 168	7 370
2015/16	<b>12 622</b>	5 131	7 491
2016/17	<b>12 446</b>	5 084	7 362
2017/18	<b>11659</b>	4781	6878
<b>2018/19</b>	<b>8439</b>	<b>5041</b>	<b>3398</b>

Fonte: Ministério da Educação

**Tabela 71 – Diplomados no ensino superior, segundo o sexo, no país (2013-2018)**

	Total	Sexo	
		Ambos	Feminino
2013/14	1 555	529	1 026
2014/15	1 784	723	1 061
2015/16	1 383	509	874
2016/17	1 137	425	712
<b>2017/18</b>	<b>1420</b>	<b>505</b>	<b>915</b>

Fonte: Ministério da Educação

**Figura 5 – Proporção de diplomados no ensino superior, segundo o sexo (2017/18)**



Fonte: Ministério da Educação

Relativamente às áreas de estudo, à semelhança do que se verificou no anuário de 2017, nota-se que de 2013 a 2018, as ciências económicas, jurídicas e políticas têm dominado em relação ao número de estudantes inscritos, apesar da tendência decrescente com o avançar dos anos. Em termos de evolução de efetivos, constata-se que o número de estudantes da área das ciências da vida, ambiente e saúde, aumentou, passando de 1.502 em 2013/2014 para 1.880 em 2017/2018, e da área de ciências exatas, engenharias e tecnologias diminuiu, passando de 2.828 para 2.576, com algumas oscilações no período em análise.

**Tabela 72 – Alunos inscritos no ensino superior por áreas de estudo (2013-2018)**

Área de Estudo	Anos				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Ciências sociais humanas letras e línguas	4 380	3 958	4 021	3586	3398
Ciências da vida, ambiente e saúde	1 502	1 822	1 777	1971	1880
Ciências económicas, jurídicas e políticas	4 687	4 358	4 128	4107	3805
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	2 828	2 400	2 696	2782	2576
<b>Total</b>	<b>13 397</b>	<b>12 538</b>	<b>12 622</b>	<b>12 446</b>	<b>11659</b>

Fonte: Ministério da Educação

A tabela 73 mostra que, de 2013/2014 para 2017/2018, o número de diplomados oscilou bastante. De 2013/2014 para 2014/2015 houve um aumento de 1.555 para 1.784, representando um crescimento médio anual de 10%. Quando comparado o ano letivo 2014/2015 com 2017/2018, constata-se uma diminuição significativa, passando de 1.784 para 1.420, representando uma diminuição de 20%. A área das ciências sociais, humanas, letras e línguas, embora foi a que teve maior número de diplomados em 2014/2015, tem diminuído no período em análise.

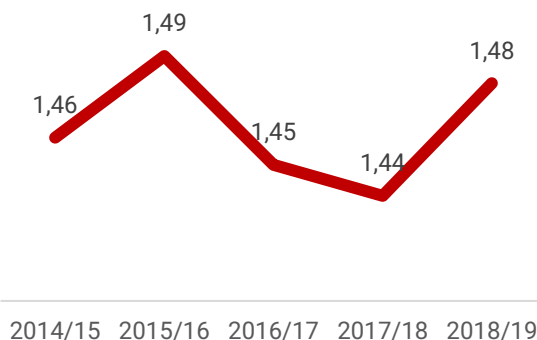
**Tabela 73 – Diplomados no ensino superior por áreas de estudo (2013-2018)**

Área	Anos				
	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
Ciências sociais humanas letras e línguas	523	844	545	454	372
Ciências da vida, ambiente e saúde	318	241	210	218	382
Ciências económicas, jurídicas e políticas	512	493	427	294	441
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	202	206	201	171	225
<b>Total</b>	<b>1 555</b>	<b>1 784</b>	<b>1 383</b>	<b>1 137</b>	<b>1420</b>

Fonte: Ministério da Educação

A disparidade de frequência ao ensino superior em Cabo Verde continuou nos últimos cinco anos, conforme mostram os dados apresentados no gráfico 24. Os estudantes do sexo feminino continuam com clara vantagem sobre os do sexo masculino, com um índice de paridade acima de 1,44. Em 2015/2016, este indicador era de 1,49, valor mais alto registado ao longo da série. Apesar da tendência decrescente verificada entre 2015/2016 e 2017/2018, registou-se um aumento significativo em 2018/2019, com 148%, o que significa que por cada 100 estudantes do sexo masculino a frequentarem o ensino superior, 148 eram do sexo feminino.

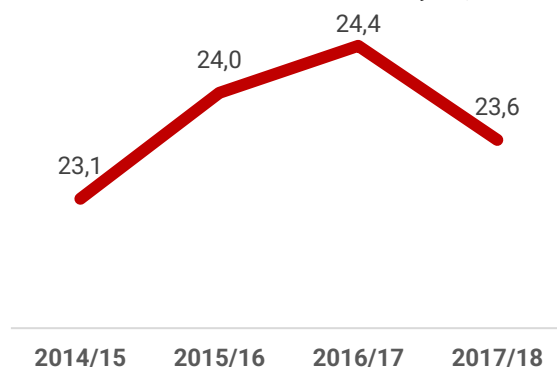
**Gráfico 24 – Relação de feminilidade no ensino superior (2014-2019)**



**Fonte:** Ministério da Educação

O gráfico 25, representa a taxa bruta de escolarização. Observa-se que esta taxa vem aumentando ao longo da série, chegando a atingir 24,4% em 2016/2017. Porém, em 2017/2018 registou-se uma diminuição significativa, situando-se em 23,6%.

**Gráfico 25 – Taxa Bruta de Escolarização (2014-2018)**



**Fonte:** Ministério da Educação

### **Formação Profissional**

Ao longo dos últimos cinco anos foram realizadas 904 ações de formação, beneficiando 18.709 formandos. Em 2018, efetuaram-se 269 ações que permitiram beneficiar 5.228 formandos. De 2018 a 2019, registou-se um aumento de 97 ações e 1868 formandos.



**Tabela 74 – Número de Ações de formação e número de formandos, (2015-2019)**

	Número de Ações	Número de Formandos
2015	162	3 178
2016	145	2 847
2017	156	4 096
2018	172	3 360
<b>2019</b>	<b>269</b>	<b>5228</b>

**Fonte:** Instituto de Emprego e Formação Profissional

Entre os anos 2015 e 2019, dos 18.709 formandos, 55,6% foram do sexo feminino e 44,4% do masculino. Constatou-se que a formação beneficiou ligeiramente mais indivíduos do sexo feminino, tendo em conta que esta camada apresenta maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que mostra a preocupação com a questão de género nas ações de formação do IEFP.

**Tabela 75 – Número de formandos de formação profissional, segundo o Sexo (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Ambos</b>	3 178	2 847	4 096	3360	5228
Feminino	1 778	1 515	2 166	1849	3088
Masculino	1 400	1 332	1 930	1511	2140

**Fonte:** Instituto de Emprego e Formação Profissional

Do total de formandos durante o período em análise, aproximadamente 11.341 foram aprovados (60,6% do total do número de formandos de formação profissional), sendo 55,8% do sexo feminino e 44,2% do masculino. Portanto, há um desequilíbrio entre os sexos, em relação à taxa de aprovação.

**Tabela 76 – Número de formandos aprovados, segundo o Sexo (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Ambos</b>	1 986	1 830	1 938	2125	3462
Feminino	883	1 055	1 160	1055	2180
Masculino	1 103	775	778	1070	1282

**Fonte:** Instituto de Emprego e Formação Profissional

Entre 2015 e 2019, no que diz respeito à formação por nível de qualificação, predominou a formação de nível 4, com 101 ações, seguida do nível 3, com 100 ações. No geral, constatou-se que aproximadamente 62,6% das formações ministradas não conferem nenhum nível de formação ou qualificação (S/N – Sem Nível).

**Tabela 77 – Número de ações, por nível de qualificação/formação profissional (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
N1	6	6	-	-	
N2	14	16	11	11	13
N3	27	21	10	14	28
N4	19	14	36	10	22
N5	0	0	21	17	22
S/N	96	88	78	120	184

**Fonte:** Instituto de Emprego e Formação Profissional

De 2015 a 2019, as 904 ações desenvolvidas tiveram o envolvimento de 113 entidades formadoras, entre as estruturas do IEFP e os parceiros. Nota-se que o número de entidades formadoras foi aumentando ao longo dos 5 anos do período de observação, sucedendo o mesmo com o número de ações. Em relação ao número de formandos, este oscilou ao longo desse período, atingindo o valor máximo de 5.228 formandos em 2019.

**Tabela 78 – Número de entidades formadoras, ações e formandos (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
Entidades Formadoras	19	19	23	25	27
Número de Ações	162	145	156	172	269
Número de Formandos	3 178	2 847	4 096	3 360	5228

**Fonte:** Instituto de Emprego e Formação Profissional

Observando os custos médios por ações e por formandos, constatou-se que o custo médio da ação Inicial tem diminuído ao longo dos três anos da série temporal analisada, passando de 1.717.300 escudos, em 2014, para 1.295.712, em 2017, sucedendo o mesmo com o custo médio da ação contínua, passando de 381.718, em 2014, para 244.359, em 2017.

Em relação ao custo médio por formando, verificou-se que há mais gastos na formação inicial do que na formação contínua, sendo que ambos registaram uma tendência decrescente ao longo dos três anos.

**Tabela 79 – Custo médio (em ECV) das ações de formação e por formando, segundo as categorias de formação (2014-2017)**

	Custo Médio / Ação		Custo Médio / Beneficiários	
	Inicial	Contínua	Inicial	Contínua
2014	1 717 300	381 718	82 070	22 066
2015	1 730 420	350 932	81 229	19 131
2016	1 593 935	289 491	80 759	14 794
2017	1 295 712	244 359	65 672	11 899

**Fonte:** Instituto de Emprego e Formação Profissional



## **ANUÁRIO ESTATÍSTICO**

### **CABO VERDE 2019**

## ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) trata de alcançar a igualdade de género e o empoderamento de meninas e mulheres, pedindo o fim da discriminação e da violência contra todas as mulheres e meninas.

### Indicador 5.1.1 Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

O ordenamento jurídico cabo-verdiano adota uma série de diplomas legais que promovem a igualdade entre homens e mulheres, quer no plano dos direitos consagrados, quer no plano do seu exercício efetivo, e ainda no estabelecimento de normas que, reconhecendo a necessidade de superar situações de desigualdade, assumem um tratamento afirmativo para as mulheres. De salientar que Código Laboral, o Código Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada dos princípios da CEDAW na ordem jurídica interna assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres. O Instituto Nacional para a Igualdade de Género (ICIEG) e as organizações não governamentais femininas, são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respetivo à autonomia das mulheres e igualdade de género.

### Indicador 5.2.1 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade

**Tabela 80 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos, atualmente em união ou separadas/divorciadas/viúvas, que sofreram violências emocional, física ou sexual cometidas por qualquer marido/parceiro, nos últimos 12 meses antes do inquérito**

Características sociodemográficas	Violência emocional	Violência física	Violência sexual	Física e sexual	Física e sexual e emocional	Física ou sexual	Física ou sexual ou emocional	Efetivo de mulheres em união ou em rotura de união
<b>Idade</b>								
15-19	(21,8)	(23,1)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(23,1)	(24,4)	24
20-24	11,8	8,0	3,6	2,5	2,5	9,1	14,6	142
25-29	12,1	13,4	1,4	1,1	0,5	13,7	17,2	255
30-39	14,6	15,4	4,3	3,7	3,6	15,9	19,3	476
40-49	15,3	13,6	4,8	3,6	3,2	14,8	19,1	398
<b>Meio de residência</b>								
Urbano	15,1	15,2	3,9	3,2	2,8	15,9	19,9	956
Rural	11,5	9,7	3,3	2,5	2,5	10,5	14,1	339
<b>Total</b>	<b>14,1</b>	<b>13,8</b>	<b>3,7</b>	<b>3,0</b>	<b>2,7</b>	<b>14,5</b>	<b>18,4</b>	<b>1,295</b>

**Nota1:** As percentagens entre parênteses baseia-se em 25-49 casos não ponderados

**Nota2:** Qualquer marido ou parceiro. Inclui os atuais e os anteriores

**Fonte:** INE, IDSR-III – 2018

### Indicador 5.2.2 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.

A tabela 81 apresenta a proporção de mulheres e meninas que já sofreram diferentes formas de violência por faixa etária. Em relação à violência física e sexual, é de realçar que há maior ocorrência desse tipo de violência na faixa etária dos 40-49 com 4,9%.

**Tabela 81 - Percentagem de mulheres de 15-49 anos que já sofreram diferentes formas de violência por idade atual**

Idade	Apenas violência física	Apenas violência sexual	Violência física e sexual	Violência física ou sexual	Efetivo de mulheres
15-19	1,8	2,0	0,1	3,9	365
15-17	1,3	1,2	0,0	2,5	230
18-19	2,7	3,3	0,1	6,2	135
20-24	3,8	2,2	1,5	7,6	428
25-29	9,5	2,7	1,2	13,4	446
30-39	12,5	5,4	3,9	21,9	624
40-49	10,8	2,9	4,9	18,6	492
<b>Total</b>	<b>8.4</b>	<b>3,3</b>	<b>2,6</b>	<b>14.2</b>	<b>2,355</b>

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

**Indicador 5.3.1 Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.**

**Tabela 82 - Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez até aos 15, 18, 20, 22, 25 anos e idade mediana na primeira união, por grupos etários**

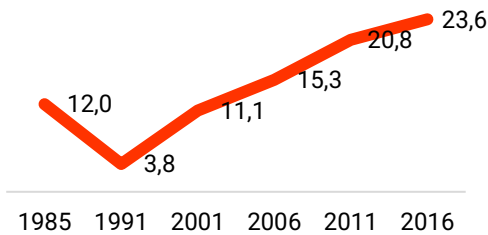
Grupo etário	Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez antes das idades específicas de:					Percentagem de solteiras (os)	Efetivo	Idade mediana na 1ª união
	15	18	20	22	25			
15-19	0,4	na	na	na	na	92,8	989	a
<b>20-24</b>	<b>1,8</b>	<b>8,4</b>	18,0	na	na	68,4	961	a
25-29	1,9	11,2	20,3	30,8	44,6	48,1	941	a
30-34	3,0	15,4	25,8	32,6	46,1	27,5	763	25,8
35-39	2,1	14,5	27,5	36,5	49,8	18,7	620	25,1
40-44	3,5	14,8	26,8	39,6	49,9	21,1	572	25,0
45-49	2,3	14,0	24,3	36,3	46,2	19,5	506	26,1

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

**Indicador 5.5.1 Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais.**

A participação efetiva das mulheres no cenário político nacional (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2016. Nota-se um aumento de cerca de 20 pontos percentuais, entre 1991 e 2016, data da última eleição legislativa. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 19,8 p.p, entre 1991 e 2016, passando de 3,8% a 23,6%.

**Gráfico 26 - Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional**



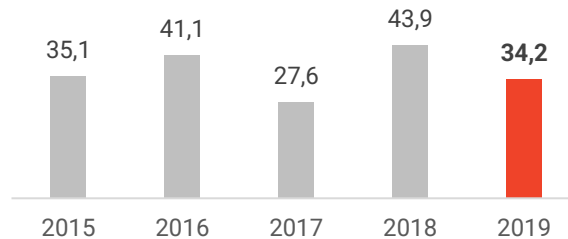
**Fonte:** Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Género

Em relação aos assentos ocupados por mulheres nos governos locais (câmaras municipais e assembleias municipais) foram facultados somente dados referente ao ano de 2016, 26,3%.

### Indicador 5.5.2 Proporção de mulheres em cargos de chefia

A proporção de mulheres a exercerem funções de chefias tem vindo a oscilar ao longo dos anos. Em 2019, estima-se que 34,2% dos cargos de gestão, nomeadamente representantes dos poderes legislativos, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais, e diretores de produção e serviços especializados foram desempenhados por mulheres.

**Gráfico 27 – Proporção de Mulheres que ocupam cargos de gestão<sup>1</sup>**



**Fonte:** INE – IMC, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

### Indicador 5.a.1 (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo.

Em 2015, os proprietários ou com direitos de posse das terras agrícolas representavam 18,6% da população agrícola. Em relação ao género, as mulheres proprietárias representavam 16,7% do universo de mulheres agricultoras, enquanto os homens representavam 20,6%.

**Tabela 83 - Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015**

Sexo	%
Masculino	20,6
Feminino	16,7
<b>Total</b>	<b>18,6</b>

**Fonte:** Ministério da Agricultura e Ambiente

<sup>1</sup> Profissões dos grupos 11, 12, 13 da CITP-08

Em 2015, Cabo Verde tinha 33.897 proprietários/chefes de exploração agrícola, dos quais 15.494 eram do sexo feminino e 18.403 do sexo masculino, representado, assim, 54,3% e 45,7% respetivamente.

**Tabela 84 - População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015**

Sexo	Total	%
Masculino	18 403	54,3
Feminino	15 494	45,7
<b>Total</b>	<b>33 897</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

**Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas.**

De acordo com a tabela 85, a proporção de mulheres (46,6%) com direitos de posse de terras agrícolas é inferior à dos homens (53,4%) em todas as formas de exploração, excetuando a renda em que 51,3% são das mulheres e 48,7% dos homens.

**Tabela 85 - Proporção de proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas, segundo sexo, 2015**

Forma de exploração	Sexo	
	Masculino	Feminino
Conta Própria	53,4	46,6
Parceria	62,5	37,5
Renda	48,7	51,3
Usufruto	54,5	45,5
Comodato	53,1	46,9
Aforamento	61,0	39,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

**Indicador 5.b.1 Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo**

Quanto à proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, os dados indicam que, de 2015 a 2019, houve um acréscimo de 1,7 p.p. em relação aos homens e 2,6 p.p para as mulheres.

**Tabela 86 - Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo**

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2015	70,8	68,2
2016	73,7	71,2
2017	74,7	73,8
2018	70,8	70,0
2019	<b>72,5</b>	<b>70,8</b>

Fonte: INE – IMC - Acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO

### CABO VERDE 2019



## ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Neste tema, apresentam-se os indicadores produzidos a nível nacional do ODS 6, assim como outros indicadores que associam as condições ambientais/sociais da população, em termos de acesso à água, das instalações sanitárias e do modo de evacuação de resíduos sólidos.

O Objetivo de Desenvolvimento sustentável 6 (ODS 6) tem como foco a preocupação com a existência de água potável e segura para todos, a oferta de saneamento e higiene, uma vez que a falta destes pode levar à contaminação do solo, de rios, mares e fontes de água para abastecimento. Para atingir as metas deste objetivo, são necessários marcos institucionais para favorecer a participação social, para controle do uso da água e monitoração da proteção do meio ambiente.

### Indicador 6.1.1 Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.

A evolução do indicador “proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável”, isto é, o acesso à água através da rede pública de distribuição de água (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos), manteve-se relativamente estável no período em análise. Analisando por meio de residência, nota-se claramente que nos últimos cinco anos a utilização da fonte melhorada de água potável no meio urbano é superior ao meio rural.

**Tabela 87 – Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável<sup>1</sup> (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>85,1</b>	<b>85,5</b>	<b>85,2</b>	<b>86,0</b>	<b>85,5</b>
<b>Sexo</b>					
Masculino	85,1	85,2	84,7	85,6	85,3
Feminino	85,2	85,7	85,5	86,4	85,6
<b>Meio residência</b>					
Urbano	92,1	92,3	90,5	92,0	91,6
Rural	71,3	71,5	73,7	73,2	72,8

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

### Indicador 6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.

Entre 2015 e 2019, estima-se que a proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete, progrediu a um ritmo médio anual de 2%, atingindo, em 2019, os 85,1%.

A nível de meio de residência, apesar da proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas no meio urbano ser superior ao meio rural, constata-se que este último meio de

<sup>1</sup> Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: “Chafariz”, “Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) ”

residência registou evoluções significativas nos últimos cinco anos, passando de 58,9% em 2015 para 74% em 2019, representando um aumento de 15,1%.

**Tabela 88 – Proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas (2015 - 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>77,2</b>	<b>80,3</b>	<b>80,8</b>	<b>82,9</b>	<b>85,1</b>
<b>Sexo</b>					
Masculino	76,9	79,7	-	82,3	84,4
Feminino	77,5	80,9	-	83,5	85,7
<b>Meio de Residência</b>					
Urbano	86,4	87,9	87,5	88,7	90,5
Rural	58,9	64,9	66,9	70,6	74,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

#### **Indicador 6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).**

Em 2018 o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos foi de 64.

#### **OUTROS INDICADORES**

Os dados da tabela 89 indicam que, 69% da população têm a rede pública como a principal fonte de abastecimento de água. Cerca de 9,3% da população abastecem-se nos vizinhos, 8,5% recorrem a autotanques, 7,1% em chafarizes e 5,8% recorrem a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc.).

**Tabela 89 – Distribuição percentual (%) da população segundo a principal fonte de abastecimento de água, por meio de residência (2019)**

	Principal fonte de abastecimento de água						Total
	Rede Pública	Vizinhos	Autotanque	Chafariz	Outras fontes	ND	
<b>Cabo Verde</b>	69,0	9,3	8,5	7,1	5,8	0,3	100
<b>Meio de residência</b>							
Urbano	74,7	11,9	7,8	5,0	0,2	0,3	100
Rural	57,4	3,9	10,0	11,5	17,1	0,1	100

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Segundo os dados da tabela 90, em Cabo Verde, 59,1% da população utilizam o contentor como principal modo de evacuação do lixo e 23% utilizam o carro de lixo. Apesar de essas formas serem as mais adequadas, 9,6% da população ainda fazem o enterro/queima de lixo e 5,9% atiram-no na natureza. No meio urbano, a maioria da população utiliza o contentor (65,2%) e o carro de lixo (31,5%), enquanto no meio rural são mais utilizados o contentor (46,6%) e enterro/queima (26,7%), como principal modo de evacuação de resíduos.

**Tabela 90 – Proporção da população segundo modo de evacuação de resíduos sólidos/lixo, por meio de residência (2019)**

	Recolha do lixo						ND
	Colocado em contentores	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrados / queimados	Jogado na natureza	Jogado ao redor da casa	Outro	
<b>Cabo Verde</b>	<b>59,1</b>	<b>23,0</b>	<b>9,6</b>	<b>5,9</b>	<b>2,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>
<b>Meio de Residência</b>							
Urbano	65,2	31,5	1,3	1,3	0,4	0,0	0,3
Rural	46,6	5,6	26,7	15,4	5,4	0,1	0,3

**Fonte:** INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

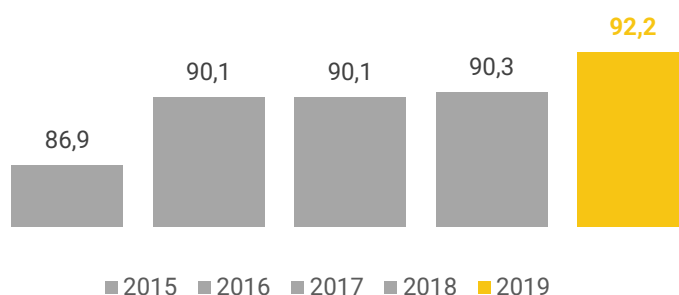
Neste tema apresenta-se os resultados da evolução dos indicadores referentes ao Objetivo de desenvolvimento sustentável 7 (ODS 7), as estatísticas da energia elétrica (produção e acesso), bem como o total das vendas de combustíveis no mercado interno.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7) trata do acesso às diferentes fontes de energia, principalmente às renováveis, eficientes e não poluentes.

### Indicador 7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade

Em 2019, cerca de 92% da população residente afirmou ter acesso à energia elétrica, registando um aumento de 1,9 pontos percentuais em relação a 2018.

**Gráfico 28– Percentagem de população com acesso à energia elétrica (2015-2019)**



**Fonte:** INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, cerca de 94,1% da população no meio urbano teve acesso a energia elétrica, enquanto no meio rural 88,4% da população afirmou o ter também.

A população do sexo feminino continua a ter mais acesso à energia elétrica, atingindo cerca de 92,5% e a do sexo masculino, 91,9%, aumentando o nível de acesso em 2,0 p. p. em relação a 2018.

**Tabela 91 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica, por meio de residência e sexo (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>86,9</b>	<b>90,1</b>	<b>90,1</b>	<b>90,3</b>	<b>92,2</b>
<b>Meio Residência</b>					
Urbano	90,6	93,5	92,3	91,7	94,1
Rural	79,6	83,4	85,7	87,5	88,4
<b>Sexo</b>					
Masculino	86,4	90	89,6	89,9	91,9
Feminino	87,4	90,2	90,7	90,7	92,5

**Fonte:** INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

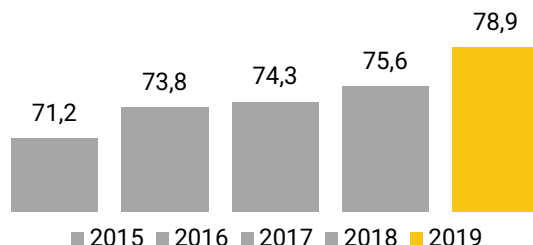
### Indicador 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

Este indicador mostra a proporção da população com dependência primária de combustíveis e tecnologia limpas. É estimada como sendo o número de pessoas que utilizam combustíveis e tecnologias limpas para coação, aquecimento e iluminação. Combustíveis limpos em Cabo Verde são considerados o gás butano e energia elétrica (eletricidade).

Não se considera, para o cálculo desde indicador, o aquecimento, tendo em conta a pouca ou quase inexistência do seu uso pelas populações em Cabo Verde. Também a iluminação não foi considerada, tendo em conta a sua abordagem no indicador anterior e segundo as estatísticas o gás butano não é utilizado em Cabo Verde como forma de iluminação. Considera-se, portanto, somente o uso do gás butano e energia elétrica para cozinhar como forma de combustíveis limpas.

Em 2019, 0,6% da população utilizaram à energia elétrica para cozinhar. Assim, para este indicador foram considerados a percentagem da população com acesso ao gás butano e energia elétrica para cozinhar. Cerca de 78,9% da população, em 2019, afirmaram utilizar gás butano e eletricidade para preparação de alimentos, correspondendo um aumento de 3,3 p.p. da população com acesso a essas formas moderna de energia, em relação a 2018, que ficou nos 75,6%.

**Gráfico 29– Percentagem de população com acesso à gás butano e eletricidade (2015-2019)**



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, cerca de 93,4% da população no meio urbano teve acesso ao gás butano e eletricidade, enquanto no meio rural apenas 49,2% da população teve acesso ao gás butano e eletricidade para cozinhar, traduzindo num aumento de 6,4 p.p., em relação ao ano anterior.

**Tabela 92 – Percentagem de população que utiliza o gás butano e eletricidade, por meio de residência (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>71,2</b>	<b>73,8</b>	<b>74,3</b>	<b>75,6</b>	<b>78,9</b>
<b>Meio Residência</b>					
Urbano	89,8	92	91,2	91,1	93,4
Rural	34,2	36,8	39,0	42,8	49,2

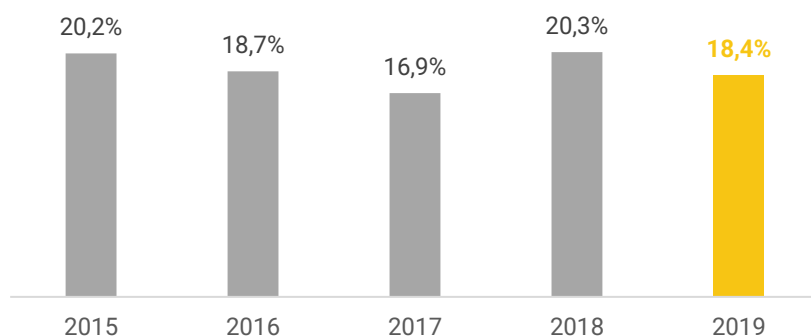
Nota: Foram revistos os valores de 2015-2018 incluindo não só a % da população que utiliza gás butano para cozinhar, mas também a energia elétrica para cocção. Esta atualização é devido a revisão interna sobre a interpretação da metodologia para estimar o indicador 7.1.2 do ODS 7.

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

### Indicador 7.2.1 Peso das energias renováveis na produção de energia eléctrica (%)

Em 2019, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia eléctrica foi de 18,4%, correspondendo a uma diminuição de 1,9 p.p, em relação à 2018.

**Gráfico 30... – Taxa de penetração das energias renováveis (2015-2019)**

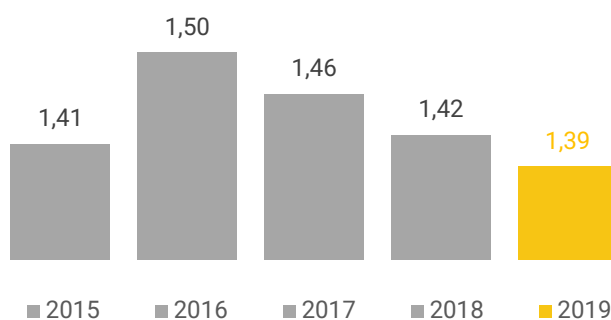


**Fonte:** Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

### Indicador 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalente de petróleo /milhões de escudos)

A eficiência energética medida em 2019, em termos de energia primária e do PIB, teve uma diminuição em relação a 2018, passando de 1,42 para 1,39 tep/milhões de escudos.

**Gráfico 31... – Evolução da Intensidade energética (2015-2019)**



**Nota:** Este indicador para 2018 e 2019, são provisórios, tendo em conta que no cálculo deste indicador, é considerado o PIB a preço constante. Os dados do PIB estimados pelo INE, para 2018 e 2019, são provisórios

**Fonte:** Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

## OUTROS INDICADORES

### Energia Elétrica

Em 2019, cerca de 81,6% da energia elétrica produzida em Cabo Verde foi de origem térmica, representando um aumento de 5,1% em relação ao ano anterior. A energia elétrica de origem eólica contribuiu com cerca de 16,2%, em 2019, para o total da produção de energia elétrica, tendo registado uma diminuição de 8,8% quando comparado com 2018. A contribuição da energia solar no *mix* de produção de energia elétrica foi de 2,2% representado um aumento de 13,0% em relação a 2018.

**Figura 6 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2019)**

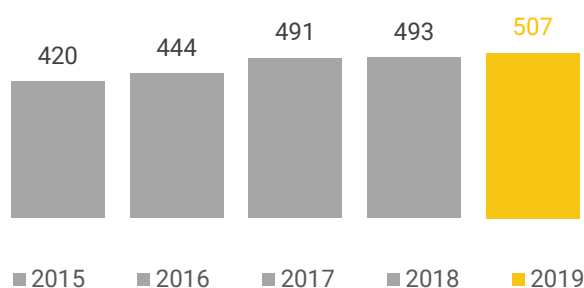


**Tabela 93 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2015 - 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>444</b>	<b>491</b>	<b>493</b>	<b>507</b>
Solar	6	6	7	10	11
Eólica	79	77	76	90	82
Térmica	335	361	408	393	414

**Fonte:** Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

**Gráfico 32– Produção Total de energia elétrica (em GWh) em Cabo Verde (2015-2019)**



**Fonte:** Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

A ilha de Santiago, em 2019, com 48,2% do total da produção de energia elétrica nacional, continua a ser a que tem a maior produção de energia elétrica no país, seguida do Sal e de São Vicente com 18,2% e 15,8%, respetivamente. As demais ilhas em conjunto representam cerca de 17,8% do total da produção de energia elétrica em 2019.



**Tabela 94 – Produção de energia elétrica por fonte, total produção e taxa de penetração por ilha (2019)**

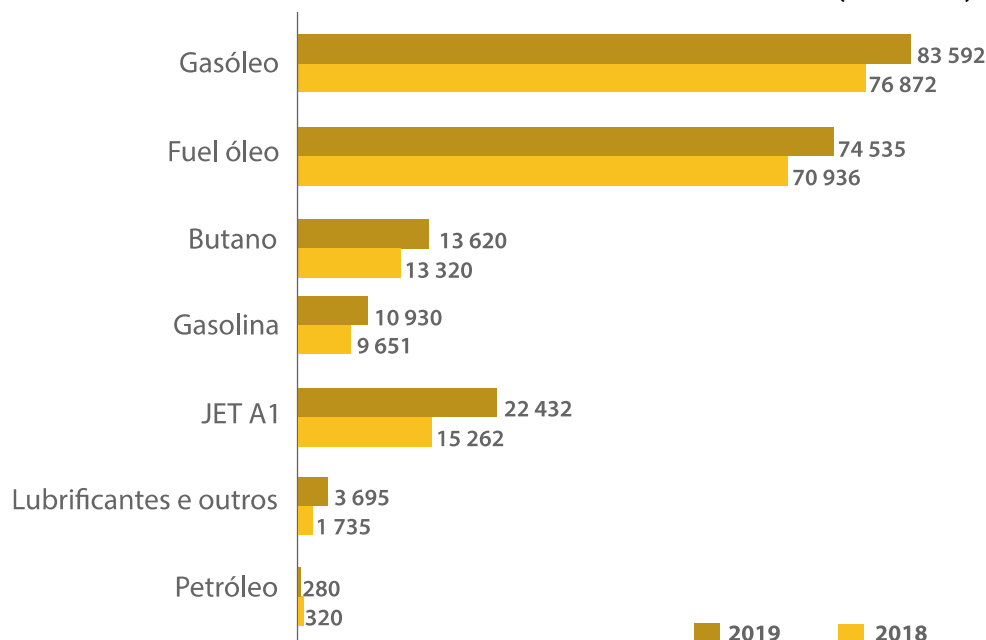
	Produção Térmica (GWh)	Produção Renovável (GWh)	Total Produção (GWh)	Taxa de Penetração ER (%)
<b>Cabo Verde</b>	<b>413,8</b>	<b>93,5</b>	<b>507,2</b>	<b>18,4</b>
Santo Antão	15,9	1,5	17,3	8,6
S. Vicente	58,4	21,6	80,0	27,0
S. Nicolau	7,0	0,0	7,0	0,0
Sal	66,6	25,4	92,0	27,7
Boa Vista	37,2	8,3	45,5	18,3
Maio	3,8	0,0	3,8	0,0
Santiago	207,7	36,6	244,4	15,0
Fogo	14,3	0,0	14,3	0,0
Brava	2,9	0,0	2,9	0,0

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

### Combustíveis

Em 2019, internamente, foram movimentadas cerca de 209.084 Toneladas Métricas (TM) de combustíveis, correspondendo a um aumento de 11,2% em relação a 2018, que conseguiu atingir 188.096 TM. Em 2019, o Jet A1, combustível para aviação, registou o maior aumento (47,0%) seguido da gasolina (13,2%) no volume de vendas em relação a 2018.

**Gráfico 33 – Volume de Vendas Combustíveis no mercado interno (2018-2019)**



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Apesar do crescimento no volume de vendas, o gasóleo continua a ser o combustível mais comercializado em Cabo Verde com 40,0% do total de combustíveis vendidos, seguido do Fuelóleo com 35,6%. Estes dois combustíveis em conjunto representaram em 2019 cerca de

75,6% do total de combustíveis vendidos. O Jet A1 passa a ser o terceiro combustível mais comercializado, com 10,7% e o gás butano 6,5%. O petróleo foi o menos comercializado no país, com 0,1% do total vendido.

**Tabela 95 – Vendas de combustíveis no mercado interno por produto, em TM (2015-2019)**

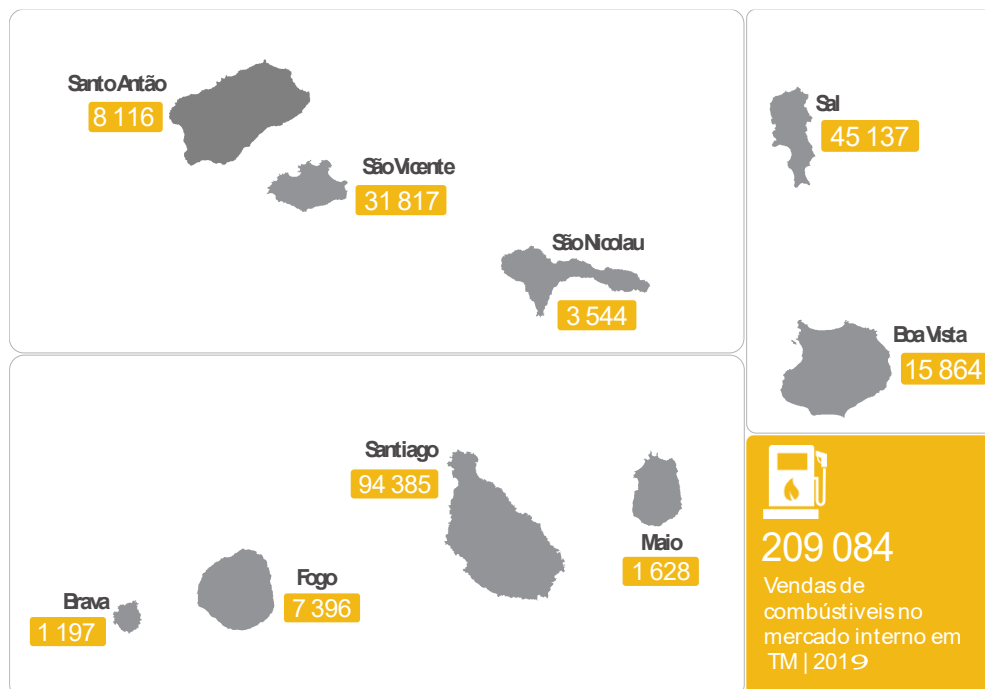
	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>162 569</b>	<b>175 740</b>	<b>188 445</b>	<b>188 096</b>	<b>209 084</b>
Butano	11 640	12 225	12 679	13 320	13 620
Gasolina	7 765	8 521	9 115	9 651	10 930
JET A1	13 933	12 645	11 212	15 262	22 432
Petróleo	371	347	336	320	280
Gasóleo	66 439	73 397	79 105	76 872	83 592
Fuel óleo	60 514	66 565	73 936	70 936	74 535
Lubrificantes e outros	1 907	2 039	2 062	1 735	3 695

Nota: Dados atualizados devido a correções efetuadas nos dados de origem.

**Fonte:** Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

A ilha de Santiago, com 45,1% (94.385 TM) do total das vendas, continua a ser o maior mercado de venda de combustíveis no país, seguida das ilhas do Sal e São Vicente com 21,6% e 15,2%, respetivamente, do total das vendas. As demais ilhas em conjunto representam cerca de 18,1% do total de vendas de combustíveis em 2019.

**Figura 7 – Vendas de combustíveis no mercado interno em TM por ilha (2019)**



**Fonte:** Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

Os indicadores apresentados neste tema estão ligados ao trabalho decente e ao crescimento económico disponíveis no país. Apresentam-se, ainda, alguns dados e indicadores complementares, concernentes ao mercado de trabalho, às contas nacionais, às empresas, aos preços, ao setor monetário e financeiro, ao setor externo e às finanças públicas.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) tem como centro o mercado de trabalho e do desenvolvimento económico. Por isso, esse objetivo trata da economia internacional, seja por metas de desempenho económico, seja por busca de eficiência e produtividade. O emprego decente, o empreendedorismo e o valor à criatividade e à inovação são temas do objetivo, que incentiva a formalização e o crescimento do micro, pequenas e médias empresas.

### Indicador 8.1.1 - Taxa de variação anual do PIB real per capita

De 2015 a 2019, o PIB real per capita em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de 3,6%. Em 2015 e 2019, pode-se observar uma variação negativa do PIB per capita em dólar, justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB per capita real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de 3,4%, para o mesmo período em análise. A diferença observada nas referidas taxas acima, justifica-se, sobretudo, pela variação da taxa de câmbio.

Tabela 96 – Taxa de variação do PIB real per capita (2015-2019)

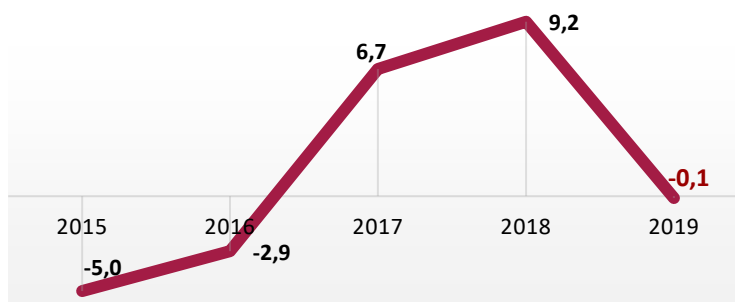
	2015	2016	2017	2018 <sup>P</sup>	2019 <sup>P</sup>
Taxa de Variação PIB <i>per capita</i> em US\$	-16,6	3,1	4,3	8,3	-1,0
Taxa de Variação PIB <i>per capita</i> em ECV	-0,2	3,4	2,5	3,3	4,4

Fonte: INE, Contas nacionais

### Indicador 8.2.1 - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 34, nota-se que, em 2019, o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de -0,1%, diminuindo em 9,3 p.p. relativamente a 2018

Gráfico 34– Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)



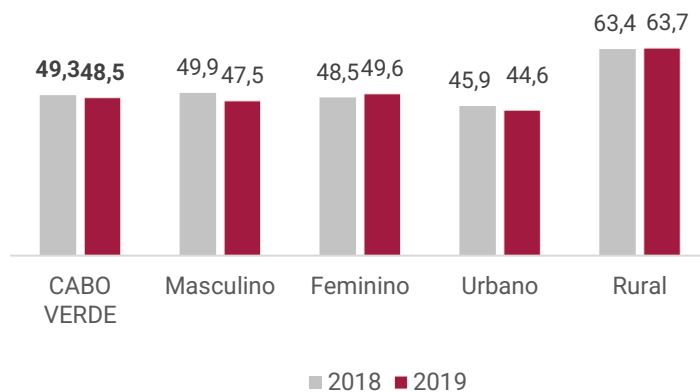
Fonte: INE, Contas nacionais e Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

### Indicador 8.3.1 - Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas, por sexo

De uma forma geral em 2019, 48,5% dos empregados encontravam-se a trabalhar nos empregos informais não agrícolas, ou seja, eram empregados do setor não agrícola que não beneficiavam de proteção social, nem de férias nem descanso semanal remunerado. Em comparação com 2018 registou-se uma diminuição de 0,8 pp.

A distribuição por sexo mostra que em 2019 houve uma diminuição no sexo masculino em relação a 2018 enquanto que no sexo feminino ocorreu um aumento de 1,1 pp no mesmo período. Na comparação por meio de residência a proporção do emprego informal não agrícola no meio urbano diminuiu em 2019 enquanto que no meio rural registou-se um aumento.

**Gráfico 35– Proporção do emprego informal não agrícola por sexo e meio de residência (2018 e 2019)**

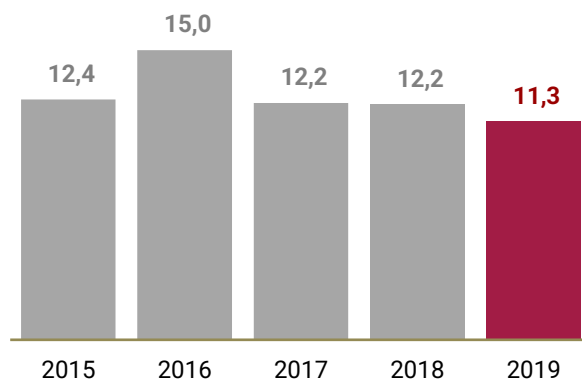


Fonte: INE, IMC, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

### Indicador 8.5.2 : Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 12,4%, em 2015, para 11,3%, em 2019, diminuindo 1,1 p. p. nos anos 2017 e 2018, ficando esta taxa situada em 12,2%.

**Gráfico 36– Taxa de desemprego em % (2015-2019)**



Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Relativamente à taxa de desemprego, por sexo, verifica-se que ela é maior nos indivíduos do sexo feminino do que nos do sexo masculino, no período em estudo, com exceção dos anos 2015 e 2018. Em 2019, a taxa de desemprego nas mulheres foi de 12,1% e nos homens 10,7%.

No que se refere ao desemprego juvenil (15 – 24 anos), a taxa também diminuiu, tendo passado de 27,8%, em 2018, para 25,0%, em 2019, o que representa uma diminuição de 2,8 pontos percentuais.

**Tabela 97 – Taxa de desemprego segundo sexo e idade (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>12,4</b>	<b>15,0</b>	<b>12,2</b>	<b>12,2</b>	<b>11,3</b>
15-24	28,6	41,0	32,4	27,8	25,0
25-44	11,3	11,7	10,4	11,2	10,8
45-64	5,3	3,9	4,8	5,8	5,7
65+	0,5	3,2	0,9	0,0	0,9
<b>Masculino</b>	<b>13,5</b>	<b>12,9</b>	<b>11,8</b>	<b>12,7</b>	<b>10,7</b>
15-24	28,0	31,7	29,5	24,6	22,4
25-44	11,3	10,0	10,1	11,6	9,4
45-64	8,3	5,4	5,0	8,5	7,1
65+	0,3	5,8	0,0	0,0	1,1
<b>Feminino</b>	<b>11,2</b>	<b>17,4</b>	<b>12,8</b>	<b>11,6</b>	<b>12,1</b>
15-24	29,5	52,6	36,4	31,9	29,2
25-44	11,4	13,8	10,7	10,6	12,4
45-64	1,8	2,4	4,6	2,7	4,1
65+	0,8	0,0	1,9	0,0	0,6

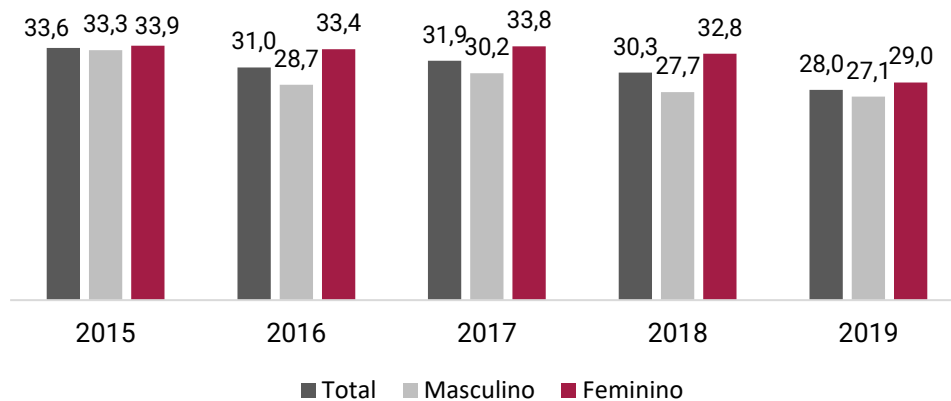
Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

#### **Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade**

Os resultados indicam que em 2019, 28,0% da população jovem, 15-24 anos, estava fora do sistema educativo e não exercia nenhuma atividade.

Analisando os dados no período em estudo, verifica-se que a maior taxa de jovens dos 15 aos 24 anos, fora do sistema educativo é do sexo feminino. De frisar ainda que, de 2015 a 2019, a proporção de Jovens do sexo masculino nesta condição foi sempre menor que a dos do sexo feminino.

**Gráfico 37 – Proporção de Jovens dos 15 a 24 anos sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação (2015-2019)**

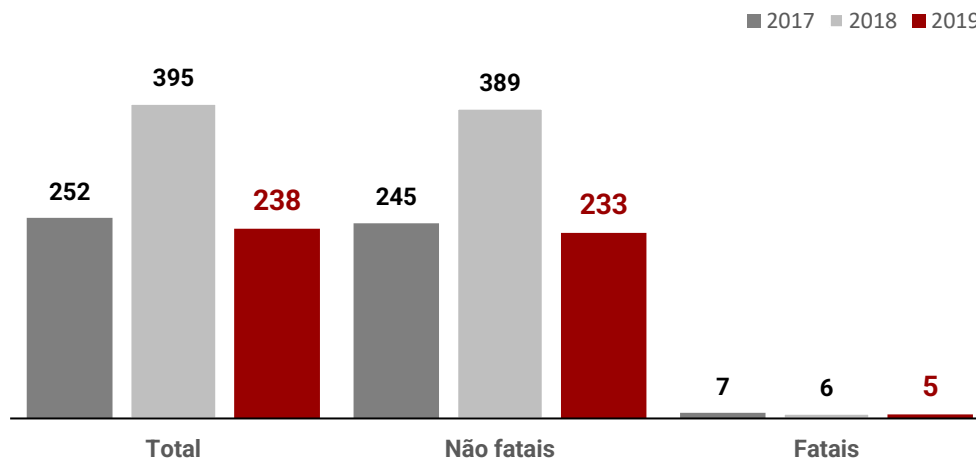


Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

**Indicador 8.8.1 - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório**

Em 2019, do total de acidentes de trabalho por fatalidade, 5 foram fatais e 233 não fatais. Constatou-se que na série em estudo, o ano 2018 teve maior ocorrência de acidentes de trabalho

**Gráfico 38 – Acidentes de trabalho por fatalidade 2017-2019**



Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por setor de atividade, constatou-se que a Indústria foi o que teve maior ocorrência de acidentes de trabalho (72), em 2019. Em contrapartida, o setor de atividade de transportes registou menor número de acidentes de trabalho no mesmo ano.

**Tabela 98 – Acidentes de trabalho por setor de atividade (2017- 2019)**

Setores	Anos		
	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>395</b>	<b>238</b>
Construção Civil	50	43	<b>48</b>
Comércio	32	32	<b>16</b>
Hotelaria/Restauração	40	113	<b>26</b>
Indústria	60	91	<b>72</b>
Metalurgia	24	24	<b>28</b>
Serviços	35	50	<b>40</b>
Transportes	7	3	<b>8</b>
Agricultura	1	1	-
Outros	3	38	-

Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

**Indicador - 8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório**

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2019 verificaram-se 219 greves com acordo (- 133 face a 2018), 96 sem acordo (-18 em relação a 2018), não houve alteração no número de pendentes 153 e 24 ficaram como pré-aviso de greve (- 2, face a 2018).

**Tabela 99 – Número de Conciliações (contenda laboral) (2016-2019)**

Categoria	2016	2017	2018	2019
Com acordo	219	176	352	<b>219</b>
Sem acordo	358	112	114	<b>96</b>
Pendentes	77	124	153	<b>0</b>
Pré-aviso de greve	28	19	26	<b>24</b>

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

**Tabela 100 – Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas deluta)**

Categoria	2016	2017	2018	2019
Acordos despedimentos Individuais	219	176	336	<b>207</b>
Acordos despedimentos coletivos	-	-	-	<b>19</b>
Acordos no pré-aviso de greve	14	18	16	<b>18</b>

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

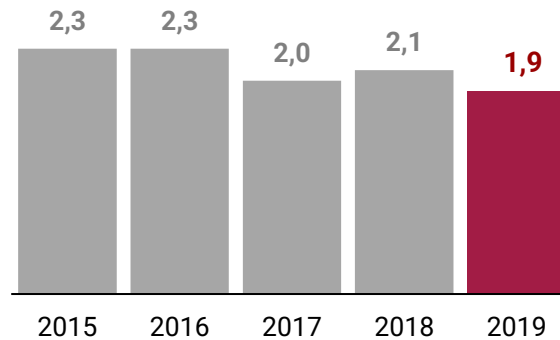
**Indicador 8.10.1- (a) Número de bancos comerciais por 100.000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos**

Os dois indicadores seguintes (8.10.1 (a) e 8.10.1 (b)) foram calculados pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.



De 2015 a 2019, o número de bancos comerciais por 100.000 adultos apresentou um perfil decrescente, sendo que, para o período em análise, a média de bancos comerciais por 100.000 adultos esteve entre 2,1.

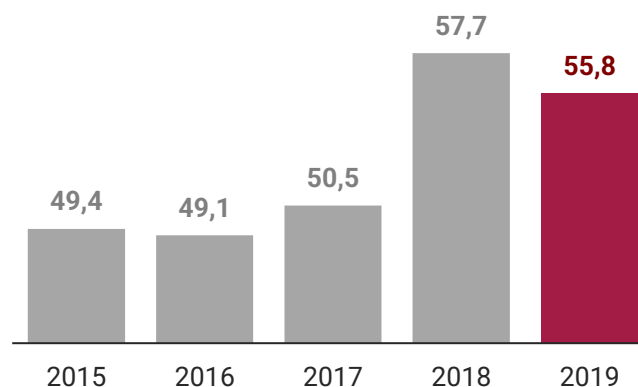
**Gráfico 39 – Número de bancos comerciais por 100 000 adultos**



Fonte: Banco de Cabo verde

O rácio de caixas automáticas por 100.000 adultos tem vindo a aumentar, passando de 49,4 por 100.000 adultos, em 2015, para 55,8 por 100.000 adultos, em 2019.

**Gráfico 40 – Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos**



Fonte: Banco de Cabo verde

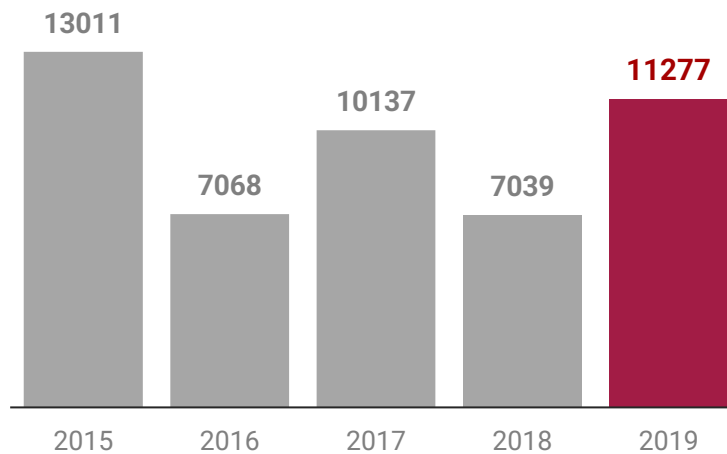
**Indicador 8.10.2 Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro**

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com conta bancária, em 2015, foi de 57%. Os dados são referentes ao inquérito sobre literacia financeira, realizado pelo Banco de Cabo Verde.

**Indicador 8.a.1- Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos**

De 2015 a 2019, constatou-se uma redução de 13,3% nos auxílios para compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio (cerca de 1 734 milhões de escudos). Diferentemente, de 2018 a 2019, verificou-se um aumento na ordem dos 60% (+ 4.238 milhões de escudos).

Gráfico 41 – Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos (2015-2019)



Dado provisório para 2019  
Fonte: Ministério de Finanças

**Indicador 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.**

Tabela 101 – Programas de estágio profissional (2015-2019)

Programa de estágio profissional	
2015	Programa de apoio à estratégia nacional para a criação de emprego da OIT
2016	Plano nacional de emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT
2018	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública
2019	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

## OUTROS INDICADORES

### Mercado de trabalho

Em 2019, a população economicamente ativa foi estimada em 232.604 indivíduos, tendo aumentado em cerca de 10.576 indivíduos, relativamente ao ano anterior (4,8%). A população inativa diminuiu em relação ao ano anterior, passando de 177 560 indivíduos para 172.403, representando uma diminuição de 5.157 indivíduos, (2,9%).

O peso relativo dos empregos no sector primário tem vindo a diminuir. Após a queda de 1,8 p.p de 2017 para 2018, regista-se uma nova diminuição na ordem dos 0,9 p.p, passando de 11,8%

em 2018 para 10,9% em 2019. Por outro lado, o setor terciário viu a seu peso relativo aumentar de 66,1% para 67,5%.

A maioria dos empregados encontram a trabalhar no grupo de profissão "Serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores" com 23,9%, seguido de "Profissões elementares" com 23,4% e "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices" com 15,5%

Por sexo, estima-se uma taxa de atividade de 64,5% entre os homens e de 50,5% entre as mulheres, verificando um aumento entre as mulheres de 1,8 p.p., enquanto entre os homens aumentou 2,0 p.p. Os concelhos da Boavista e do Sal continuam sendo os concelhos a apresentar as maiores taxas de atividade (76,8% e 75,7%, respetivamente). No extremo oposto, São Salvador do Mundo regista a menor taxa de atividade do país (40,7%).

O maior aumento na taxa de atividade é registado no meio rural que aumentou 2,2 p.p.; 45,7% em 2018 para 47,9% em 2019. O meio urbano também assinalou um aumento, mas não tão expressivo e passa do 60,2% em 2018 para 62,0% em 2019.

Os grupos etários com maior taxa de atividade são os de 35-39 anos, com 81,9% e, os de 30-34 anos, com 79,6%. Entre os jovens 15-24 anos a taxa de emprego foi de 31,8%.

A taxa de emprego/ocupação situou-se em 50,9% tendo aumentado 2,1 p.p., em relação ao ano anterior (48,8%). Os homens continuam a registar taxas de emprego superiores, comparativamente às mulheres: 57,6% entre os homens e 44,4% entre as mulheres. Os concelhos do Sal e da Boa Vista continuam sendo os concelhos a apresentar as maiores taxas de emprego (70,9% e 70,3%, respetivamente).

## **Contas Nacionais**

### **Contas nacionais anuais**

As estimativas disponíveis das contas nacionais trimestrais mostram que, em 2019, o PIB cresceu 6,3%, em termos nominais (corrente), e 5,7%, em termos reais (em volume), relativamente ao ano de 2018.

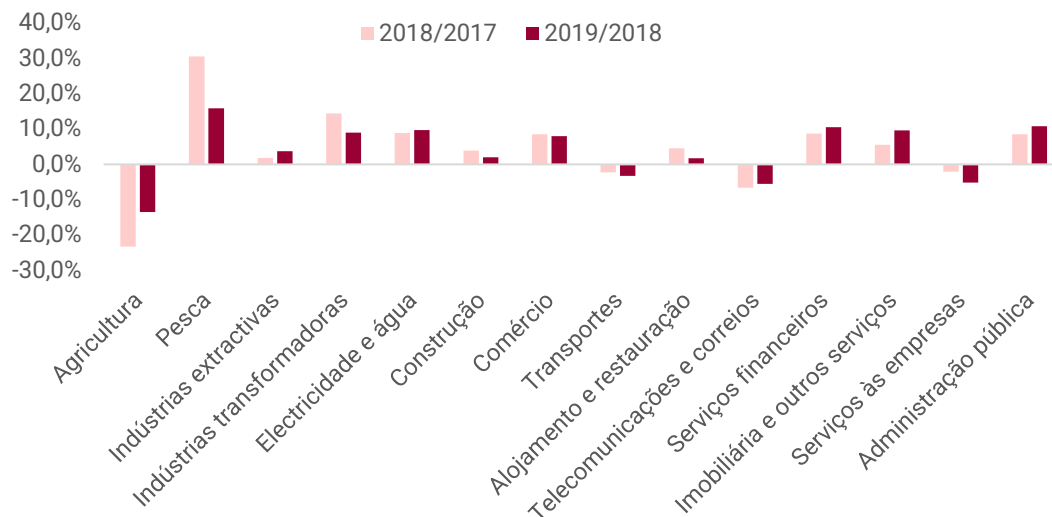
Esse crescimento é devido, essencialmente, à evolução positiva dos ramos Administração Pública (10,8%), Serviços Financeiros (10,5%), Eletricidade e Água (9,7%), imobiliária e Outros Serviços (9,6%). Indústria Transformadora (9,0%) e Comércio (8,0%)

A análise do total do Valor Acrescentado Bruto (VAB) indica um crescimento de 6,3% em valor e 5,7% em volume, enquanto os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos se fixaram nos 5,1% e 4,0% em valor e em volume, respetivamente.

O setor que mais contribuiu para essa evolução foi o dos serviços que, com um peso de cerca de 62,0% na estrutura do PIB, cresceu 7,1% em valor e 6,7% em volume.



**Gráfico 42 – Variação acumulada (%) do VAB em volume dos ramos de atividade, (2018-2019)**



Fonte: INE, Contas nacionais

Em termos de contribuição para o PIB nominal, nota-se que, em 2019, o setor terciário contribuiu com 61,4%, enquanto os setores primário e secundário contribuíram com 4,9% e 19,3%, respetivamente.

**Tabela 102 – Produto Interno Bruto a preços correntes em Milhões de ECV (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018 <sup>P</sup>	2019 <sup>P</sup>
Setor Primário	14 432	13 847	12 185	10 269	9 652
Setor Secundário	28 192	27 808	30 969	34 868	37 663
Setor Terciário	96 043	102 436	105 999	111 873	119 828
Total VAB	138 667	144 090	149 154	157 010	167 142
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	20 032	21 692	23 944	26 688	28 060
<b>PIB</b>	<b>158 699</b>	<b>165 782</b>	<b>173 097</b>	<b>183 698</b>	<b>195 202</b>

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

**Tabela 103 – Produto Interno Bruto, a preços de mercado (preços do ano anterior), em milhões de ECV (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018 <sup>P</sup>	2019 <sup>P</sup>
Setor Primário	13 931	13 813	12 152	10 108	9 542
Setor Secundário	28 031	28 993	31 370	33 504	37 462
Setor Terciário	93 901	101 591	104 788	110 986	119 362
Total VAB	135 862	144 397	148 310	154 598	166 366
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	20 128	21 770	23 610	26 343	27 744
<b>PIB</b>	<b>155 991</b>	<b>166 167</b>	<b>171 919</b>	<b>180 941</b>	<b>194 109</b>

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

**Tabela 104 – Produto Interno Bruto encadeado em volume (Preços constantes de 2007) em Milhões de ECV. (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018 <sup>P</sup>	2019 <sup>P</sup>
Setor Primário	13 853	13 259	11 635	9 652	9 652
Setor Secundário	23 425	24 090	27 176	29 400	29 400
Setor Terciário	85 811	90 769	92 854	97 222	97 222
Total VAB	122 934	128 014	131 762	136 572	136 572
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	17 412	18 923	20 596	22 660	23 473
<b>PIB</b>	<b>140 297</b>	<b>146 899</b>	<b>152 337</b>	<b>159 240</b>	<b>168 265</b>

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

**Tabela 105 – Estrutura do PIB por Setor de Atividade, (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018 <sup>P</sup>	2019 <sup>P</sup>
Setor Primário	9,1	8,4	7,0	5,6	4,9
Setor Secundário	17,8	16,8	17,9	19,0	19,3
Setor Terciário	60,5	61,8	61,2	60,9	61,4
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	12,6	13,1	13,8	14,5	14,4
<b>PIB</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

**Tabela 106 – Taxa de variação do PIB nominal e real (2015-2019)**

	PIB nominal (%)	PIB real (%)
2015	2,8	1,0
2016	4,5	4,7
2017	4,4	3,7
2018 <sup>P</sup>	6,1	4,5
<b>2019<sup>P</sup></b>	<b>6,3</b>	<b>5,7</b>

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Analisando os dados da tabela 107, nota-se que a contribuição dos setores secundário e terciário aumentou na composição do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2019, enquanto o setor primário viu a sua contribuição diminuir em 0,7 p.p, quando comparado a 2018.

**Tabela 107 – Composição percentual do VAB nominal (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018 <sup>P</sup>	2019 <sup>P</sup>
Setor Primário	10,4	9,6	8,2	6,5	5,8
Setor Secundário	20,3	19,3	20,8	22,2	22,5
Setor Terciário	69,3	71,1	71,1	71,3	71,7
<b>Total VAB</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 108, registou-se um aumento do investimento, medido pelo indicador Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), passando de 45.681, em 2015, para 67.115 milhões de escudos, em 2019, o que representa um acréscimo médio de 10,1% por ano.

Relacionando a FBCF com o PIB, nota-se que, no período em análise, a mais alta taxa de investimento para o total de economia ocorreu em 2019, com 34,4%, e a mais baixa, em 2015, que rondou os 29%. Em média, registou-se uma taxa de investimento para o total da economia em torno dos 33%, no período 2015-2019. O consumo final, em 2019, comparativamente ao ano de 2015, obteve um aumento, passando de 133.410, em 2015, para 154.580 milhões de escudos, em 2019, representando um crescimento médio de 3,8% por ano em termos nominais. De igual modo, a poupança teve um aumento de 5,3% no mesmo período.

**Tabela 108 – Formação Bruta de Capital fixo em percentagem do PIB (a preços de mercado) (FBCF / PIB) e Despesas de consumo final em percentagem do PIB (CF / PIB), (2015-2019)**

	FBCF	CF	PIB	FBCF/PIB (%)	CF / PIB (%)
2015	45 681	133 410	158 699	28,8	84,1
2016	54 886	133 415	165 782	33,1	80,5
<b>2017</b>	58 526	144 093	173 097	33,8	83,2
2018 <sup>P</sup>	61 181	145 869	183 698	33,3	79,4
<b>2019<sup>P</sup></b>	<b>67 115</b>	<b>154 580</b>	<b>195 202</b>	<b>34,4</b>	<b>79,2</b>

Fonte: INE, Contas nacionais

**Tabela 109 – Rendimento disponível bruto (RNDB), Rendimento disponível bruto *per capita* e Poupança Nacional (2015-2019)**

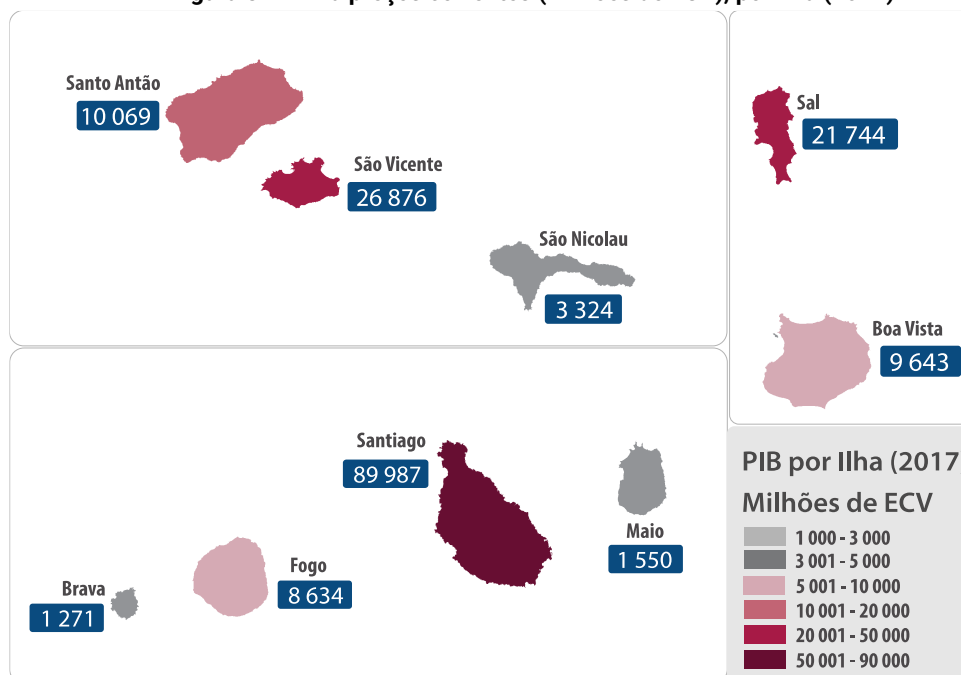
	RNDB (Milhões de ECV)	RNDB <i>per</i> <i>Capita</i> em US\$	Poupança nacional	
			Valor (Milhões de ECV)	(%)
2015	178 174	3 416	44 664	25,1
2016	186 172	3 515	52 757	28,3
2017	196 813	3 740	52 720	26,8
2018 <sup>P</sup>	209 100	4 115	63 231	30,2
<b>2019<sup>P</sup></b>	<b>223 029</b>	<b>4 113</b>	<b>68 449</b>	<b>30,7</b>

Fonte: INE, Contas nacionais

## **Produto Interno Bruto por Ilha**

De 2013 a 2017, o PIB apresentou uma taxa de variação média anual positiva nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Santiago e Fogo e negativa no Maio. A ilha do Sal apresentou uma taxa de variação média anual de 7,9%. Em termos de participação relativa, nota-se que a ilha de Santiago contribuiu com 52,0% para o PIB de 2017, seguida de São Vicente, com 15,5%, e do Sal com 12,6%, o que corresponde a uma contribuição conjunta dessas três ilhas em cerca de 80,1%.

**Figura 8 – PIB a preços correntes (Milhões de ECV), por Ilha (2017)**



**Tabela 110 – PIB nominal por Ilha (em milhões de ECV) (2013-2017)**

	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Cabo Verde</b>	<b>153 723</b>	<b>154 436</b>	<b>158 699</b>	<b>165 782</b>	<b>173 097</b>
Santo Antão	9 241	9 342	8 963	9 440	10 069
S. Vicente	23 622	24 648	25 308	24 612	26 876
S. Nicolau	3 174	3 305	3 115	2 992	3 324
Sal	16 059	16 057	16 733	24 308	21 744
Boa Vista	7 854	7 693	6 766	7 549	9 643
Maio	1 798	1 621	1 421	1 471	1 550
Santiago	83 238	83 021	87 129	86 312	89 987
Fogo	7 517	7 446	7 961	7 934	8 634
Brava	1 220	1 303	1 303	1 165	1 271

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 111, o PIB *per capita* de Cabo Verde passou de 300.139, em 2013, para 321.945 escudos, em 2017, representando um crescimento médio anual de 1,8%. Nesse período, todas as ilhas apresentaram taxas de variação médias anuais positivas do seu PIB *per capita*, com exceção das ilhas da Boa Vista e do Maio que tiveram taxas negativas de (-2,3%) e (-4,3%) respetivamente. Entre as que tiveram evolução positiva, o destaque vai para Santo Antão com (3,8%) e Fogo (4,2%).

Em 2016, a ilha do Sal detinha o maior PIB *per capita* do país, seguida da Boa Vista, situação que se manteve em 2017. Porém, é de destacar que, em 2017, se verificou um aumento expressivo do PIB *per capita* na Boa Vista de 19,4% e uma redução do PIB *per capita* no Sal de 14,2%.

Efetivamente, são duas ilhas em que o turismo tem maior dinamismo. O PIB *per capita* de 591.369 escudos, obtido no Sal, em 2017, é mais de duas vezes e meia o valor registado no Maio (217.988 escudos) nesse mesmo ano. Esta constatação indica nitidamente a existência de fortes assimetrias regionais, em termos de crescimento económico no país.

**Tabela 111 – PIB per capita (em ECV), por ilha (2013-2017)**

	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Cabo Verde</b>	<b>300 139</b>	<b>297 870</b>	<b>302 381</b>	<b>312 067</b>	<b>321 945</b>
Santo Antão	220 754	226 790	221 060	236 453	256 046
S. Vicente	298 107	307 561	312 391	300 644	325 054
S. Nicolau	251 850	264 177	250 749	242 455	271 167
Sal	523 864	498 558	495 827	689 219	591 369
Boa Vista	637 904	575 090	468 225	485 980	580 162
Maio	259 378	233 294	203 553	209 168	217 988
Santiago	290 601	286 019	296 222	289 619	298 066
Fogo	207 005	206 444	222 146	222 736	243 789
Brava	209 532	226 168	228 598	206 622	227 817

Fonte: INE, Contas nacionais

## **Empresas**

A dinâmica do sector empresarial é um indicador importante na economia. Nota-se na tabela 112 que de 2014 a 2018, o número de empresas aumentou passando de 9.185 para 10.390, representando um acréscimo médio anual de 3,1% e no mesmo período, o Volume de Negócios e o número de pessoal ao serviço cresceram, anualmente em média, 4,8% e 7,8% respetivamente.

Em 2018 a maior parte das empresas estava localizada nas ilhas de Santiago (43,1%) e de São Vicente (19,9%).

**Tabela 112 – Número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por ilha (2014 e 2018)**

	Empresas		
	Número de Empresas	Número de pessoal ao Serviço	Volume de negócios (Milhões ECV)
2014	9 185	52 524	246 763 310
2015	9 357	52 783	251 561 774
2016	9 442	55 892	262 236 350
2017	9 932	71 890	276 254 394
<b>2018</b>			
<b>Cabo Verde</b>	<b>10 390</b>	<b>70 864</b>	<b>297 108 195</b>
Santo Antão	829	3 077	4 803 653
S. Vicente	2 071	17 073	88 386 165
S. Nicolau	139	550	1 096 771
Sal	1 247	14 595	62 600 194



Boa Vista	591	3 169	9 930 217
Maio	137	239	302 183
Santiago	4 476	29 828	126 565 677
Fogo	725	2 018	3 032 698
Brava	176	317	390 637

Fonte: INE, IAE2014; IAE2015; IAE2016; V°RE2017; IAE2018

Em 2018, existiam em Cabo Verde, 10.390 empresas ativas, mais 4,6% face ao ano de 2017. O Volume de Negócios gerado, foi de 297.108.195 mil escudos, representando um acréscimo de 7,5%, face a 2017.

Registou-se uma diminuição de 1,4% do Número de pessoas ao serviço, comparativamente ao ano 2017.

Em termos relativos a ilha do Fogo registou a maior taxa de variação do Volume de Negócios, registando um aumento de 31,8%, comparativamente ao ano de 2017.

### Preços

A estrutura atual do consumo para a série do IPC (2018 = 100), assim como os bens e serviços que constituem o cabaz desde indicador (IPC) foram inferidos do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 2015. Os índices de 2017 e 2016 foram recalculados considerando 2018 igual a 100.

A variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é interpretada como um indicador da inflação e permite aferir sobre a evolução do custo de vida no país. O IPC foi de 101,1 em 2020, e 101,7 em 2019, apresentando uma variação média anual de 0,6%, o que indica que o país teve, em 2020, uma subida nos preços das classes de produtos com maior peso no cabaz do consumidor.

**Tabela 113 – Índice de Preços no consumidor, taxa de inflação – Base 2018=100, (2016-2020)**

	Índice (IPC)	Taxa de Inflação
2016	98,0	-1,4
2017	98,8	0,8
2018	100,0	1,3
2019	101,1	1,1
<b>2020</b>		
<b>Cabo Verde</b>	<b>101,7</b>	<b>0,6</b>
01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	103,0	1,6
02 - Bebidas alcoólicas e tabaco	110,5	4,7
03 - Vestuário e calçado	97,8	-3,5
04 - Rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	100,3	-0,1
05 - Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	101,4	1,4
06 - Saúde	107,3	5,0
07 - Transportes	100,3	0,2
08 - Comunicações	99,0	-0,8
09 - Lazer, recreação e cultura	101,6	0,8
10 - Ensino	99,8	-0,3
11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares	110,4	3,5
12 - Bens e serviços diversos	102,0	0,2

Fonte: INE, Estatísticas de preços

### **Setor Monetário e Financeiro**

Em 2019, os depósitos bancários inverteram a tendência de abrandamento do crescimento que vinham registando desde 2017. Apresentaram um aumento de 9,6%, 7,8 pontos percentuais acima do valor registado em 2018. Esta evolução resultou dos acréscimos registados nos depósitos à vista (13,0%), nos depósitos de emigrantes (5,5%) assim como nos depósitos de residentes a prazo (8,2%) e de poupança (12,5%)<sup>4</sup>.

**Tabela 114 – Depósitos bancários em milhões de ECV (2015-2019)**

	Depósitos			
	Total	Depósitos de Emigrantes e a prazo em Moeda Nacional dos quais:		Outros Depósitos
		Emigrantes	a prazo em Moeda Nacional	
2015	140 659	49 754	36 010	54 896
2016	154 062	52 160	39 023	62 879
2017	165 460	51 747	37 747	75 965
2018	168 423	51 103	38 178	79 142
<b>2019</b>	<b>184 653</b>	<b>53 930</b>	<b>41 306</b>	<b>89 417</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito interno líquido registou um decréscimo de 2,1%, (em contraparte com os 2,9% de crescimento observado em 2018). O comportamento do crédito interno líquido é resultado da redução, em 22,4%, do crédito ao sector público administrativo, reflexo, por sua vez, da liquidação do stock de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira detidos por um dos bancos comerciais e do aumento dos seus depósitos, na ordem dos 11,8%. Por seu turno, o crédito à economia e ao sector privado cresceram, ambos, 3,9%, (em 2018 cresceram 2,8% e 1,9% respetivamente).

**Tabela 115 – Crédito bancário em milhões de ECV (2015-2019)**

	Crédito Interno Líquido		
	Total	Crédito Líquido SPA	Crédito à Economia
2015	126 413	29 494	96 919
2016	131 083	30 685	100 398
2017	139 328	31 431	107 897
2018	143 299	32 342	110 957
<b>2019</b>	<b>140 349</b>	<b>25 097</b>	<b>115 252</b>

SPA – Setor Público Administrativo

Fonte: Banco de Cabo verde

<sup>4</sup> Outros depósitos incluem os depósitos à ordem em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e outros quase depósitos.

As taxas de juro<sup>5</sup> das operações bancárias apresentaram ligeiras oscilações nos últimos anos. Em 2019, as taxas com maturidades de 181 dias a 1 ano e 1 ano a 2 anos das operações de crédito aumentaram em 0,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Por sua vez, as taxas das operações de depósitos com maturidade de 181 dias a 1 ano, 1 a 2 anos e de emigrantes reduziram em 0,3, 0,3 e 0,6 pontos percentuais, respetivamente.

**Tabela 116 – Taxas de juro, médias ponderadas em % (2015-2019)**

	Taxa de Juros				
	Crédito		Depósitos		
	181 dias - 1 ano	1 - 2 anos	Residentes (181 dias - 1 ano)	Residentes (1 - 2 anos)	Emigrantes (181 dias - 1 ano)
2015	8,7	10,4	4,3	4,6	4,2
2016	8,7	9,8	3,9	4,2	4,0
2017	7,4	10,0	3,4	3,7	3,6
2018	8,2	8,7	2,6	3,0	2,8
<b>2019</b>	<b>8,7</b>	<b>9,2</b>	<b>2,2</b>	<b>2,8</b>	<b>2,3</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

A expansão das disponibilidades líquidas sobre o exterior impulsionou a oferta monetária em 2019.

Em 2019, o agregado monetário M2 cresceu 8,1% em termos homólogos, o que compara ao crescimento de 1,7% registado em 2018. A evolução da oferta monetária foi determinada pelo aumento em 24,8% das disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX), porquanto o crédito interno líquido decresceu 2,1%.

**Tabela 117 – Síntese Monetária (2015-2019)**

	Ativos Externos Líquidos			Ativo Interno Líquido	Outros Ativos Líquidos	Massa Monetária
	Total	Banco de Cabo Verde	Bancos Comerciais			Total
2015	49 950	50 018	-69	104 637	-21 776	154 586
2016	59 264	59 717	-453	108 245	-22 838	167 510
2017	60 600	56 992	3 608	117 968	-21 361	178 568
2018	56 649	58 242	-1 592	124 945	-18 354	181 594
<b>2019</b>	<b>70 714</b>	<b>72 814</b>	<b>-2 100</b>	<b>125 568</b>	<b>-14 781</b>	<b>196 282</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

#### **Atividade da rede vinte4**

A evolução dos meios e instrumentos de pagamentos em Cabo Verde tem sido marcada por uma alteração contínua no comportamento associado a pagamentos, facto evidente na mudança do

<sup>5</sup> A partir de 5 de fevereiro de 1996, as taxas de juro foram completamente liberalizadas. Antes da liberalização, as taxas praticadas nas contas de emigrantes (em ECV) eram iguais às taxas dos residentes, acrescidas de uma margem de 0,5%

padrão de utilização destes instrumentos nos últimos 10 anos, com uma clara preferência pelos instrumentos eletrónicos.

O rácio de caixas automáticas por 10.000 habitantes aumentou ligeiramente em 2019, tendo-se situado nos 3,7. O número de cartões da rede vinti4 emitidos aumentou 9,2%, passando de 121.729, em 2018, para 132.868 unidades, em 2019.

**Tabela 118 – Caixas automáticas por 10 000 habitantes e cartões produzidos, (2015-2019)**

	Caixas automáticas por 10.000 hab.	Nº de cartões Vint4 emitidos*
2015	3,2	93073
2016	3,2	105754
2017	3,3	124328
2018	<b>3,5</b>	121 729
<b>2019</b>	<b>3,7</b>	<b>132 868</b>

\* Vint4 e Internacionais

**Fonte:** Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Em 2019, o ritmo de crescimento das transações com cartão vinti4 registou um crescimento em quantidade (11,5%) e em valor (10,4%), face a 2018 (quando cresceu 13,9% e 12,4%, respetivamente)

Por sua vez, as transações, com cartão internacional (Visa e Mastercard), cresceram cerca de 30,2% e 19,7% em quantidade e valor em 2019.

**Tabela 119 – Transações com cartão de débito nos terminais de caixa automática (ATM) e dos terminais de pagamento automático (POS) em Milhões de ECV, (2015-2019)**

	2015		2016		2017		2018		2019	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>Com Cartão Vinti4</b>	14 450 183	56 200	17 286 476	64 493	20 313 629	72 845	23 137 455	81 890	25 809 213	90 440
Levantamentos	5 559 633	29 141	5 950 881	30 974	6 390 768	33 135	6 876 073	35 897	7 340 233	38 258
Transferências	36 135	1 086	44 931	1 328	55 919	1 609	74 188	2 342	103 437	3 156
Carregamento móvel	765 262	323	675 425	259	631 447	278	486 978	276	514 386	314
Pagamentos de serviços	27 733	814	65 190	1 388	78 244	1 731	105 266	1 847	125 242	2 347
Pagamento nos POS	8 061 363	24 836	10 550 049	30 543	13 157 251	36 092	15 594 950	41 528	17 725 915	46 365
<b>Com Cartão Internacional</b>	510 013	6 313	620 521	7 382	770 552	9 086	934 520	11 057	1 216 531	13 234
Levantamentos	307 288	3 705	357 650	4 261	404 793	4 961	442 242	5 511	489 007	6 109
Pagamento nos POS	202 725	2 608	262 871	3 121	365 759	4 125	492 278	5 546	727 524	7 125

**Fonte:** SISP

Em 2019, a rede bancária contou com 7 instituições, 121 agências/balcões (mais 3 agências face a 2018), 204 Caixas Automáticas (ATM - mais 13 face a 2018) e 8.080 Terminais Pagamento Automático (POS - mais 959 face a 2018).

Por sua vez as transações com cartão de pagamento nos POS aumentaram 15,6% face a 2018 e as com ATM 7,4%.

**Tabela 120 – Estatísticas financeiras, (2015-2019)**

Ano	Rede Vinti4					
	Instituições de Crédito	Balcões/Agências	Caixa ATM	Terminal POS	Transações com Cartão de Débito (milhões de ECV) *	
	Nº	Nº	Nº	Nº	POS	ATM
2015	8	116	169	5 167	28 852	30 866
2016	8	117	171	6 395	30 569	33 413
2017	7	112	179	8 233	36 352	36 094
2018	7	118	191	7 121	47 822	45 013
<b>2019</b>	<b>7</b>	<b>121</b>	<b>204</b>	<b>8 080</b>	<b>55 268</b>	<b>48 327</b>

**Notas:** inclui levantamento (ATM), transferências, pagamentos de serviços, carregamento telemóvel e outras operações.

**Fonte:** Banco de Cabo Verde

## **Setor Externo**

As contas externas registaram um comportamento favorável em 2019. A redução do défice da balança corrente, na ordem dos 94%, foi determinante para o comportamento positivo das contas externas. Por seu turno, a redução do défice da balança comercial (de bens e serviços) em 18,8% em 2019 (depois de ter diminuído 6,1% por cento em 2018) explica, em larga medida, a melhoria da balança corrente.

O défice da balança de rendimentos primários, também, diminuiu, cerca de 3,5%, em resultado, por um lado, da redução dos juros pagos pelos bancos por passivos constituídos junto a não residentes, entre os quais os depósitos dos emigrantes, em cerca de 20%, e por outro, do aumento das remunerações de empregado em 10% e dos Juros de Trust Fund em mais 48,3 milhões de escudos que em 2018.

O aumento da balança de rendimento secundário em 7,6% também contribuiu para o desempenho da balança corrente. O excedente da balança de capital, por seu turno, conheceu uma redução de 1.436 para 991 milhões de escudos.

A redução das necessidades de financiamento da economia foi acompanhada por um agravamento do défice da balança financeira em 2,9 por cento, determinado, sobretudo pelo aumento dos desembolsos líquidos da dívida externa pública (em 3.550 milhões de escudos), não obstante o aumento dos ativos externos líquidos dos bancos (em 4.742 milhões de escudos).

**Tabela 121 – Balança de Pagamentos, (2015-2019)**

	Balança Corrente			Balança de Capital e Financeira		Erros e Omissões	Balança Global	
	Total	Bens e Serviços	Rendimento Primário	Rendimento Secundário	Balança de Capital			Balança Financeira
<b>2015</b>	-5 317	-24 692	-5 870	25 244	1 884	-11 676	-4 720	3 524
<b>2016</b>	-6 345	-28 359	-5 909	27 923	1 263	-14 393	-168	9 143
<b>2017</b>	-13 577	-37 277	-5 972	29 672	1 576	-9 114	1 695	-1 192
<b>2018</b>	-9 595	-34 987	-4 328	29 720	1 436	-15 016	-5 936	921
<b>2019</b>	<b>-580</b>	<b>-28 396</b>	<b>-4 175</b>	<b>31 992</b>	<b>991</b>	<b>-15 452</b>	<b>-1 359</b>	<b>14 504</b>

**Nota:** Estatísticas da Balança de Pagamentos, compiladas de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI; Dados sujeitos a revisão.

**Fonte:** Banco de Cabo Verde

As remessas de emigrantes cresceram a um ritmo mais acelerado, tendo crescido 8,1% em 2019 face aos 1,9% em 2018. A maior parte das remessas recebidas (cerca de 75% do total) foram provenientes de Portugal, da França e dos EUA.

**Tabela 122 – Remessa de emigrantes em divisas por país de residência em milhões de ECV (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>17 260</b>	<b>17 260</b>	<b>18 059</b>	<b>18 405</b>	<b>19 900</b>
Alemanha	209	1 304	147	141	155
Angola	74	84	134	90	101
Espanha	280	486	397	408	400
EUA	2 581	2 120	3 618	3 792	4 496
França	3 735	3 317	4 327	4 371	4 831
Itália	1 095	1 263	923	906	881
Luxemburgo	578	528	766	761	752
Países Baixos	1 426	1 051	1 076	1 071	1 018
Portugal	5 537	5 723	5 142	5 325	5 679
Reino Unido	353	207	212	204	238
Suíça	651	581	554	540	504
Outros	742	596	763	796	845

**Fonte:** Banco de Cabo Verde

Relativamente aos países europeus, no período em análise, as remessas provenientes da Área do Euro ascenderam a 73% do total.

**Tabela 123 – Remessa dos emigrantes provenientes dos países Europeus (2015-2019)**

	Países Europeus	
	Valor (Milhões ECV)	Peso no total (%)
2015	13 863	80%
2016	14 460	84%
2017	13 544	75%
2018	13 727	75%
<b>2019</b>	<b>14 459</b>	<b>73%</b>

**Fonte:** Banco de Cabo Verde

## Finanças Públicas

De um modo geral, a receita total (incluindo a ajuda alimentar e donativos) aumentou 14,6%, de 2018 a 2019 justificada, essencialmente, pelo acréscimo das transferências (158,0%), de outras receitas (22,1%) e dos impostos (4,0%). De realçar ainda que, no período de 2015 a 2018, a receita total registou um crescimento médio anual de 8,3%.

**Tabela 124 – Receitas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Impostos</b>	<b>30 516,4</b>	<b>32 275,0</b>	<b>35 842,2</b>	<b>40 522,8</b>	<b>42 141,2</b>
Impostos sobre o rendimento	9 669,3	10 049,0	11 292,1	12 300,2	12 806,3
Impostos sobre bens e serviços	14 047,0	14 940,5	16 785,5	19 707,7	20 652,0
Impostos sobre transações internacionais	6 081,6	6 813,0	7 223,6	7 733,1	8 011,0
Outros impostos	718,6	472,1	541,0	781,9	671,9
<b>Segurança Social</b>	<b>45,7</b>	<b>55,7</b>	<b>60,4</b>	<b>77,8</b>	<b>76,6</b>
<b>Transferências</b>	<b>3 958,3</b>	<b>4 507,2</b>	<b>6 389,3</b>	<b>2 567,4</b>	<b>6 624,9</b>
<b>Outras Receitas</b>	<b>8 157,1</b>	<b>7 269,7</b>	<b>7 212,7</b>	<b>8 102,4</b>	<b>9 889,1</b>
Rendimentos de propriedade	1 021,8	1 082,7	976,0	1 792,7	2 631,6
Venda de bens e serviços	4 651,8	5 041,6	5 189,2	5 509,4	5 987,0
Multas e outras penalidades	404,2	678,8	497,7	369,0	432,9
Outras transferências	36,0	34,9	28,3	24,0	242,4
Outras receitas diversas e não especificadas	2 043,3	431,8	521,5	407,3	595,2
<b>Receitas totais</b>	<b>42 677,7</b>	<b>44 107,5</b>	<b>49 504,6</b>	<b>51 270,4</b>	<b>58 731,8</b>

Fonte: Ministério das Finanças

No que diz respeito a despesas (correntes de funcionamento e de investimento), verificou-se um agravamento de 14,1% em 2019, face ao período anterior, provocado pela subida das seguintes rubricas, outras despesas correntes (5,7%), aquisição de bens e serviços (23,2%) e despesas com pessoal (8,2%). De frisar ainda que, no período em análise, se registou um crescimento médio anual de 7,5%.

**Tabela 125 – Despesas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>17 529,9</b>	<b>18 364,7</b>	<b>18 890,9</b>	<b>19 580,4</b>	<b>21 176,6</b>
Remunerações Certas e Permanente	16 345,4	17 133,5	17 609,2	18 276,0	19 222,0
Segurança Social	1 184,6	1 231,2	1 281,7	1 304,4	1 954,6
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>7 433,3</b>	<b>7 562,7</b>	<b>6 960,6</b>	<b>7 505,0</b>	<b>9 248,3</b>
<b>Juros correntes</b>	<b>4 134,2</b>	<b>4 223,1</b>	<b>4 523,5</b>	<b>4 733,4</b>	<b>4 991,3</b>
Dívida externa	1 723,5	1 747,7	1 789,9	1 827,8	1 866,8
Dívida interna	2 374,0	2 455,4	2 683,6	2 863,3	3 083,3
Outros Encargos	36,7	20,0	49,9	42,3	41,1
<b>Subsídios</b>	<b>161,3</b>	<b>167,0</b>	<b>124,1</b>	<b>152,5</b>	<b>160,1</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>4 754,7</b>	<b>4 895,4</b>	<b>6 001,3</b>	<b>6 344,8</b>	<b>6 041,1</b>
Para Governos estrangeiros	142,4	220,5	68,4	163,9	168,9
Organismos Internacionais	153,3	110,3	234,6	206,6	152,7

Administração pública	4 459,0	4 564,7	5 698,4	5 974,3	5 719,4
<b>Benefícios Sociais</b>	<b>4 735,1</b>	<b>5 165,0</b>	<b>5 541,2</b>	<b>6 237,0</b>	<b>7 272,2</b>
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>2 319,6</b>	<b>3 189,1</b>	<b>2 718,2</b>	<b>3 518,7</b>	<b>5 961,0</b>
<b>Despesas</b>	<b>41 068,1</b>	<b>43 566,9</b>	<b>44 759,7</b>	<b>48 071,9</b>	<b>54 850,5</b>
Valor a regularizar					
Pagamento por conta dos Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Despesas totais</b>	<b>41 068,1</b>	<b>43 566,9</b>	<b>44 759,7</b>	<b>48 071,9</b>	<b>54 850,5</b>

Fonte: Ministério das Finanças

A execução orçamental relativa a 2019 apontou para um saldo global negativo de 4.679,5 milhões CVE (cerca de 2,4%) do PIB, registando uma melhoria da performance comparativamente ao ano anterior que assinalou um saldo negativo de 4.812,5 milhões CVE cerca de 2,6% do PIB. A 31 de dezembro de 2019, os ativos não financeiros registaram uma execução de 8.560,8 milhões de CVE, o que representa cerca de 4,4% do PIB e um crescimento de 6,9%, comparativamente ao executado em 2018.

**Tabela 126 – Resumo das Operações Financeiras do Estado - Valores acumulados em milhões de ECV (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Receitas totais</b>	<b>42 677,7</b>	<b>44 107,5</b>	<b>49 504,6</b>	<b>51 270,4</b>	<b>58 731,8</b>
Receitas Correntes	39 348,6	40 193,6	43 590,1	49 856,0	53 138,2
Receitas De Capital	3 329,1	3 913,9	5 914,5	1 414,5	5 593,6
<b>Despesas totais</b>	<b>41 068,1</b>	<b>43 566,9</b>	<b>44 759,7</b>	<b>48 071,9</b>	<b>54 850,5</b>
Despesas de funcionamento	34 333,5	36 353,8	38 013,9	40 719,8	45 072,1
Despesas correntes de investimento	6 734,6	7 213,1	6 745,8	7 352,1	9 778,4
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>1 609,6</b>	<b>540,6</b>	<b>4 744,9</b>	<b>3 198,5</b>	<b>3 881,3</b>
<b>Ativos não Financeiros</b>	<b>8 838,6</b>	<b>5 571,8</b>	<b>9 890,1</b>	<b>8 011,0</b>	<b>8 560,8</b>
Compra de ativos não financeiros	9 122,5	5 610,0	10 058,6	8 065,2	8 900,1
Venda de ativos não financeiros	283,8	38,2	168,5	54,1	339,4
<b>Saldo Global</b>	<b>-7 229,1</b>	<b>-5 031,3</b>	<b>-5 145,2</b>	<b>-4 812,5</b>	<b>-4 679,5</b>
<b>Financiamento</b>	<b>7 359,2</b>	<b>3 530,3</b>	<b>6 582,3</b>	<b>4 423,3</b>	<b>4 179,8</b>
Ativos Financeiros	-5 091,6	-5 694,1	-615,1	-4 308,6	-5 747,2
Passivos Financeiros	12 450,9	9 224,4	7 197,4	8 731,9	9 927,1
Interno líquido	1 872,0	4 770,1	273,4	5 254,1	2 389,8
Externo líquido	10 578,9	4 454,4	6 924,0	3 477,9	7 537,2
<b>Diferencial de financiamento/ discrepância</b>	<b>130,2</b>	<b>-1 500,9</b>	<b>1 437,1</b>	<b>-389,2</b>	<b>-499,6</b>

Fonte: Ministério das Finanças





## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

Neste tema, para além dos indicadores referentes ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9), são também incorporadas as estatísticas relacionadas com os subtemas indústria e comércio interno, por forma a permitir uma análise mais profunda das características de cada setor e, ao mesmo tempo, conhecer a evolução dos indicadores mais pertinentes.

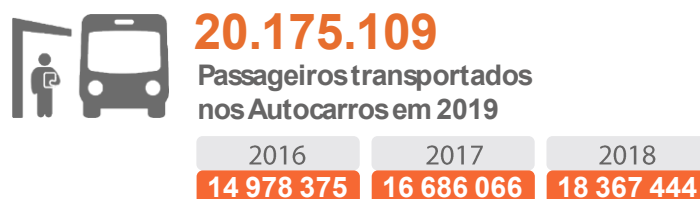
O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) aborda, principalmente, o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm um papel central neste objetivo, uma vez que possibilitam o ganho de eficiência na produção.

### Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

#### Transporte Terrestre

Em termos absolutos, em 2019, registaram-se 20.175.109 passageiros transportados nos autocarros em Cabo Verde, portanto, 1.807.665 passageiros transportados a mais do que em 2018.

Figura 9 – Movimento de passageiros transportados nos autocarros (2016-2019)



Fonte: Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária

#### Transporte Marítimo

O movimento de passageiros nos portos nacionais aumentou em 8,0%, passando de 917 305, em 2018, para 990 850, em 2019. No mesmo período, verificaram-se aumentos de passageiros, tanto no embarque (8,8%) como no desembarque (7,3%).

Tabela 127 – Movimento de passageiros nos portos nacionais

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>756 915</b>	<b>813 687</b>	<b>839 797</b>	<b>917 305</b>	<b>990 850</b>
Desembarcados	377 866	408 768	420 479	458 058	491 274
Embarcados	379 049	404 919	419 318	459 247	499 576

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

O movimento de mercadorias nos portos nacionais manteve o registo de crescimento verificado nos últimos anos, atingindo 2.667.228 toneladas em 2019 (+2,7%). Verificou-se que a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (75,9%), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. O movimento de desembarque registou um decréscimo (-1,2%) e o do embarque aumentou 17,7% no período em análise.

**Tabela 128 – Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>1 674 783</b>	<b>1 802 647</b>	<b>2 015 667</b>	<b>2 595 935</b>	<b>2 667 228</b>
Carregamento	338 268	386 312	446 349	545 268	641 531
Descarregamento	1 336 515	1 416 335	1 569 318	2 050 667	2 025 697

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

### Transporte Aéreos

Foram registados 2.771.931 passageiros movimentados nos aeroportos e aeródromos nacionais em 2019, refletindo um aumento de 2,6% relativamente a 2018. O movimento de passageiros nos voos internacionais aumentou 7,3% e nos domésticos registou um decréscimo (-7,2%), passando dos 884.784, em 2018, para 821.227, em 2019.

**Tabela 129 – Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos**

	Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>Doméstico</b>	<b>698 785</b>	<b>764 285</b>	<b>929 595</b>	<b>884 784</b>	<b>821 227</b>
	<b>Internacional</b>	<b>1 288 097</b>	<b>1 451 607</b>	<b>1 719 636</b>	<b>1 817 448</b>	<b>1 950 704</b>
	<b>Total</b>	<b>1 986 882</b>	<b>2 215 892</b>	<b>2 649 231</b>	<b>2 702 232</b>	<b>2 771 931</b>
AIAC - Sal	Doméstico	163 061	161 116	181 670	183 405	176 892
	Internacional	617 677	753 580	911 119	1 001 231	1 015 936
	<b>Total</b>	<b>780 738</b>	<b>914 696</b>	<b>1 092 789</b>	<b>1 184 636</b>	<b>1 192 828</b>
AIPNM - Praia	Doméstico	250 726	286 083	370 425	367 897	328 450
	Internacional	246 511	236 501	291 931	269 443	320 520
	<b>Total</b>	<b>497 237</b>	<b>522 584</b>	<b>662 356</b>	<b>637 340</b>	<b>648 970</b>
AIAP - Boa Vista	Doméstico	56 955	65 382	79 084	69 387	63 430
	Internacional	365 068	399 667	433 694	456 393	511 452
	<b>Total</b>	<b>422 023</b>	<b>465 049</b>	<b>512 778</b>	<b>525 780</b>	<b>574 882</b>
AICE - S. Vicente	Doméstico	149 769	157 563	183 329	159 903	150 281
	Internacional	58 841	61 859	82 892	90 381	102 796
	<b>Total</b>	<b>208 610</b>	<b>219 422</b>	<b>266 221</b>	<b>250 284</b>	<b>253 077</b>
AD - Fogo	Doméstico	46 921	55 168	72 949	66 810	66 464
AD - S. Nicolau	Doméstico	21 570	26 476	27 038	23 536	21 977
AD - Maio	Doméstico	9 783	12 497	15 100	13 846	13 733

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Em 2019, no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, observou-se 43,0% dos movimentos de passageiros (1.192.828) e 41,4% dos de aeronaves. O aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela registou o movimento de 10.007 aeronaves e 648.970 passageiros, mais 0,6% e mais 1,8%, respetivamente, do que no ano anterior.

O tráfego aéreo internacional concentrou 70,4% dos movimentos de passageiros e 54,3% dos de aeronaves. O movimento de aeronaves nos aeroportos e aeródromos nacionais aumentou relativamente ao ano anterior, tendo sido registados 35.202 movimentos (+3,3%).

**Tabela 130 – Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos**

	Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>Doméstico</b>	<b>14 901</b>	<b>15 920</b>	<b>20 483</b>	<b>16 824</b>	<b>16 083</b>
	<b>Internacional</b>	<b>12 789</b>	<b>14 289</b>	<b>15 729</b>	<b>17 253</b>	<b>19 119</b>
	<b>Total</b>	<b>27 690</b>	<b>30 209</b>	<b>36 212</b>	<b>34 077</b>	<b>35 202</b>
AIAC - Sal	Doméstico	3 692	3 655	4 240	3 455	3 523
	Internacional	6 333	7 509	8 239	9 974	11 053
	<b>Total</b>	<b>10 025</b>	<b>11 164</b>	<b>12 479</b>	<b>13 429</b>	<b>14 576</b>
AIPNM - Praia	Doméstico	4 858	5 576	7 926	6 990	6 426
	Internacional	3 030	3 065	3 310	2 959	3 581
	<b>Total</b>	<b>7 888</b>	<b>8 641</b>	<b>11 236</b>	<b>9 949</b>	<b>10 007</b>
AIAP - Boa Vista	Doméstico	1 509	1 508	1 608	1 240	1 185
	Internacional	2 803	3 092	3 400	3 494	3 550
	<b>Total</b>	<b>4 312</b>	<b>4 600</b>	<b>5 008</b>	<b>4 734</b>	<b>4 735</b>
AICE - S. Vicente	Doméstico	2 914	3 273	4 366	3 068	2 853
	Internacional	623	623	780	826	935
	<b>Total</b>	<b>3 537</b>	<b>3 896</b>	<b>5 146</b>	<b>3 894</b>	<b>3 788</b>
AD - Fogo	Doméstico	1 184	1 052	1 418	1 269	1 336
AD - S. Nicolau	Doméstico	492	604	574	482	460
AD - Maio	Doméstico	252	252	351	320	300

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Foram registados 1.390.234 kg de cargas movimentadas nos aeroportos e aeródromos nacionais em 2019, refletindo um aumento de 6,0% relativamente a 2018. O Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela assegurou 46,8% do total de cargas movimentadas, enquanto o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral – Sal 31,9%.

No tocante ao movimento de correios, registou-se, em 2019, um incremento na ordem dos 13%. Notou-se ainda, no mesmo período, uma variação positiva nos movimentos dos correios, tanto nos voos internacionais (13,2%) como nos domésticos (12,2%).

**Tabela 131 – Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos**

	Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>Doméstico</b>	<b>1 617 087</b>	<b>1 339 505</b>	<b>920 984</b>	<b>445 297</b>	<b>380 341</b>
	<b>Internacional</b>	<b>1 214 666</b>	<b>1 398 489</b>	<b>1 206 124</b>	<b>865 719</b>	<b>1 009 893</b>
	<b>Total</b>	<b>2 831 753</b>	<b>2 737 994</b>	<b>2 127 108</b>	<b>1 311 016</b>	<b>1 390 234</b>
AIAC - Sal	Doméstico	481 252	393 360	291 338	139 877	103 815
	Internacional	316 961	422 941	326 387	289 462	339 526
	<b>Total</b>	<b>798 213</b>	<b>816 301</b>	<b>617 725</b>	<b>429 339</b>	<b>443 341</b>
AIPNM - Praia	Doméstico	620 031	486 278	352 007	216 836	169 153
	Internacional	597 281	623 569	606 692	396 538	481 497
	<b>Total</b>	<b>1 217 312</b>	<b>1 109 847</b>	<b>958 699</b>	<b>613 374</b>	<b>650 650</b>
AIAP - Boa Vista	Doméstico	172 757	153 927	86 329	15 956	20 529
	Internacional	44 916	54 793	45 846	51 995	46 429
	<b>Total</b>	<b>217 673</b>	<b>208 720</b>	<b>132 175</b>	<b>67 951</b>	<b>66 958</b>
AICE - S. Vicente	Doméstico	273 982	242 857	149 777	61 782	71 675
	Internacional	255 508	297 186	227 199	127 724	142 441
	<b>Total</b>	<b>529 490</b>	<b>540 043</b>	<b>376 976</b>	<b>189 506</b>	<b>214 116</b>
AD - Fogo	Doméstico	34 342	25 562	20 595	6 410	5 631
AD - S. Nicolau	Doméstico	21 744	23 570	13 755	2 482	6 504
AD - Maio	Doméstico	12 979	13 951	7 183	1 954	3 034

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)



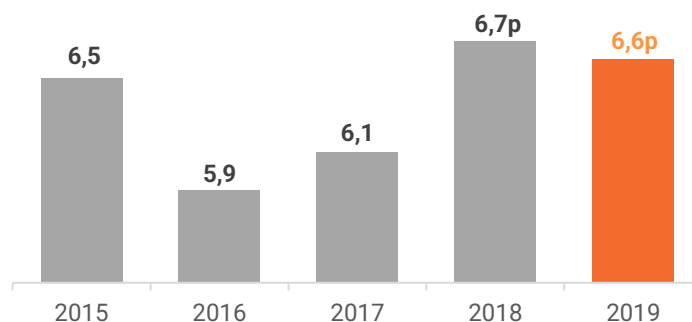
**Tabela 132 – Movimento de correios (em Kg), por aeroportos**

	Natureza	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>Doméstico</b>	<b>181 250</b>	<b>174 409</b>	<b>231 770</b>	<b>228 731</b>	<b>256 665</b>
	<b>Internacional</b>	<b>136 787</b>	<b>143 055</b>	<b>159 571</b>	<b>176 632</b>	<b>199 947</b>
	<b>Total</b>	<b>318 037</b>	<b>317 464</b>	<b>391 341</b>	<b>405 363</b>	<b>456 612</b>
AIAC - Sal	Doméstico	50 078	35 734	53 521	37 993	47 368
	Internacional	47 118	33 080	48 915	32 754	29 497
	<b>Total</b>	<b>97 196</b>	<b>68 814</b>	<b>102 436</b>	<b>70 747</b>	<b>76 865</b>
AIPNM - Praia	Doméstico	72 506	73 342	100 101	104 466	115 916
	Internacional	70 728	83 498	85 549	110 030	131 065
	<b>Total</b>	<b>143 234</b>	<b>156 840</b>	<b>185 650</b>	<b>214 496</b>	<b>246 981</b>
AIAP - Boa Vista	Doméstico	8 524	9 686	11 481	13 947	13 852
	Internacional	106	8	501	105	0
	<b>Total</b>	<b>8 630</b>	<b>9 694</b>	<b>11 982</b>	<b>14 052</b>	<b>13 852</b>
AICE - S. Vicente	Doméstico	38 311	42 115	48 179	49 742	55 078
	Internacional	18 835	26 469	24 606	33 743	39 385
	<b>Total</b>	<b>57 146</b>	<b>68 584</b>	<b>72 785</b>	<b>83 485</b>	<b>94 463</b>
AD - S. Filipe	Doméstico	4 409	4 876	7 678	9 158	10 174
AD - S. Nicolau	Doméstico	4 815	5 380	7 236	9 815	10 195
AD - Maio	Doméstico	2 607	3 276	3 574	3 610	4 082

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

#### Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram uma desaceleração em 0,1 p.p. (pontos percentuais) do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, passando de 6,7%, em 2018, para 6,6%, em 2019 (dados provisórios).



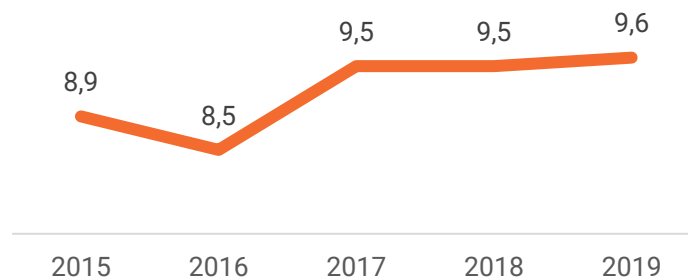
p - Provisórios

Fonte: INE, Contas Nacionais

#### Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Constata-se que o emprego no setor da indústria transformadora em percentagem do emprego total aumentou ligeiramente, em 2019, comparativamente ao ano de 2018.

**Gráfico 43– Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total (2015-2019)**

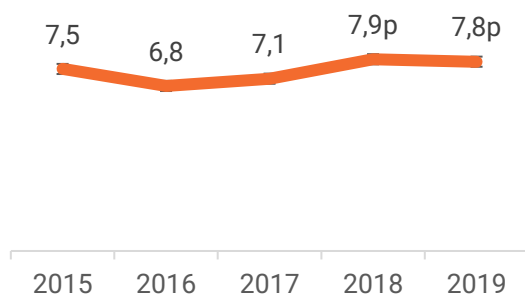


Fonte: INE, Estatísticas de emprego e mercado de trabalho

**Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total**

Dados do INE demonstram que o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total, tem registado uma evolução crescente entre 2016 e 2018. Em 2019, decresceu 0,1 pp, situando-se nos 7,8% (dados provisórios).

**Indicador 9.b.1. Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)**



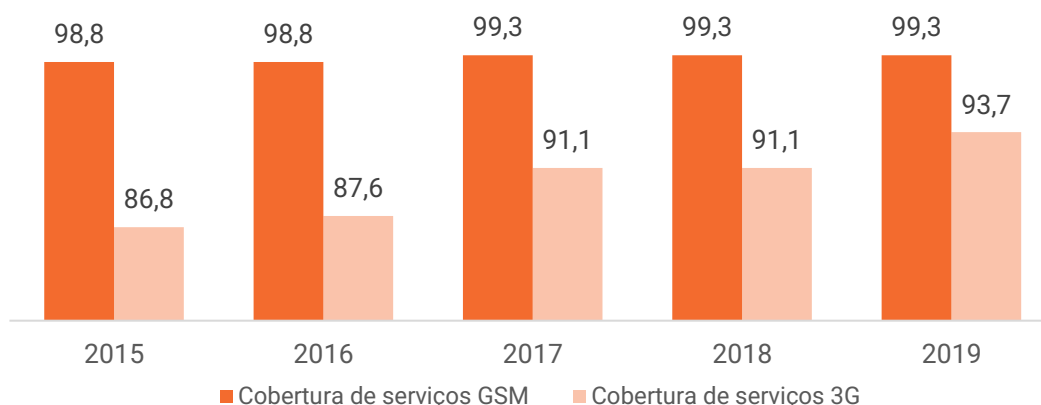
Fonte: INE, Contas Nacionais

**Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia**

Segundo a Agência Reguladora Multissetorial da Economia, de 2015 a 2019, o acesso às tecnologias de informação e comunicação, através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, quer pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM), quer pelos serviços 3G, manteve-se constante nos últimos anos com exceção da “cobertura dos serviços 3G” que conheceu um ligeiro aumento em 2019 face aos anos de 2018 e 2017. De acordo com o gráfico abaixo, em 2019, 99,3 % da população esteve coberta com serviços GSM, valor idêntico verificado nos anos de 2017 e 2018, enquanto 93,7% com serviços 3G (+2,6 p.p. do que o verificado em 2018).



**Gráfico 44– Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia (2015-2019)**



Fonte: Agência Reguladora Multissetorial da Economia

## OUTROS INDICADORES

### Indústria

Em 2018, existiam 927 empresas do setor de indústria em atividade, representando uma variação de 1,9% face ao ano anterior (um aumento de 17 empresas). Das 927 empresas de indústria, 20,1% trabalhavam no ramo de indústrias alimentares, 16,4% na fabricação de mobiliário e de colchões, e 12,9% na fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos.

O número de pessoas ao serviço nas empresas do setor de indústria atingiu os 9.836, mais 2.115 do que em 2017. Em termos absolutos, o aumento mais expressivo do pessoal ao serviço foi registado na indústria alimentar (+ 1.273 pessoas ao serviço), na indústria das bebidas (+ 519 pessoas ao serviço) e na reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamento (+ 263 pessoas ao serviço). Em 2018, as indústrias alimentares empregaram cerca de 31% do pessoal ao serviço que labora no setor da indústria.

Em 2018, volume de negócios registou uma variação positiva na ordem dos 16% face a 2017. O ramo de indústrias alimentares foi o que mais faturou (47,3% do volume de negócios total do setor de indústria).

### Comércio Interno

Em 2018, as empresas de comércio mantiveram a tendência de crescimento de alguns dos seus indicadores: o volume de negócios cresceu 14,2% e o número de efetivos 5,5%; exceção feita no número do pessoal ao serviço que registou um decréscimo na ordem dos 12%, face ao ano de 2017.

O volume de negócios, gerado pelas empresas do ramo comércio, situou-se em 127.343 milhões de escudos cabo-verdianos. Por divisão, o destaque vai para o comércio por grosso (CAE 46), que concentrou 66,1% do volume de negócios do ramo, seguindo-se o comércio a retalho (CAE 47) 29,6% e, com menor expressão, o comércio, manutenção e reparação de automóveis e motociclos (CAE 45) 4,3%.

**Tabela 133 – Estrutura do tecido empresarial do setor do comércio (2018)**

	Efetivo		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
	N.º	%	N.º	%	Valor (Milhões de CVE)	%
<b>Cabo Verde</b>	<b>4 631</b>	<b>100,0</b>	<b>16 119</b>	<b>100,0</b>	<b>127 343</b>	<b>100,0</b>
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	389	8,4	1 559	9,7	5 438	4,3
46 - Comércio por Grosso	271	5,9	3 046	18,9	84 199	66,1
47 - Comércio a Retalho	3 971	85,7	11 514	71,4	37 706	29,6

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Em termos de dimensão das unidades comerciais, verificou-se que 77,8% das empresas de comércio foram consideradas microempresas, 8,8%, pequenas empresas e 13,4%, médias e grandes empresas. Verifica-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) representava cerca de 90% das microempresas, 83,2% das pequenas empresas e 65,6% das médias e grandes empresas.

**Tabela 134 – Unidades comerciais segundo a dimensão das empresas (2018)**

	Dimensão das unidades comerciais		
	Micro	Pequena	Média & Grande
<b>Cabo Verde</b>	<b>3 604</b>	<b>407</b>	<b>619</b>
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	294	38	57
Comércio por Grosso, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	84	31	155
Comércio a Retalho, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	3 227	338	406

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Quanto à forma jurídica, 80,9% das empresas do setor do comércio eram Empresas em Nome Individual (ENI) & Sociedade Unipessoal por Quota (SU). Nota-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) albergava 89,5% das ENI & SU, 71,7% das empresas de Sociedade Por Quotas (SPQ) e 53,7% das empresas de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL).

**Tabela 135 – Empresas do setor do comércio, segundo a forma jurídica (2018)**

	Forma jurídica		
	ENI & SU	SPQ	SARL e Outras
<b>Cabo Verde</b>	<b>3 748</b>	<b>801</b>	<b>82</b>
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	297	84	8
Comércio por Grosso	98	142	30
Comércio a Retalho	3 353	575	44

ENI – Empresas em Nome Individual  
 SU – Sociedade Unipessoal por Quotas  
 SPQ – Sociedade por Quota  
 SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



O número de pessoas ao serviço nas empresas do ramo comércio registou um decréscimo de 12,4% face a 2017, situando-se nos 16.119 em 2018. O comércio a retalho empregou a maioria dos trabalhadores (71,4%), seguindo-se o comércio por grosso (18,9%) e, por fim, o comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos (9,7%).

Constatou-se, em 2018, que 90,0% das empresas que se dedicam ao comércio têm até 5 pessoas ao serviço. Destas empresas, a maioria (87,7%) pertencia ao ramo de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos.

Tal como nos anos anteriores, as empresas de comércio a retalho com predominância alimentar mantiveram-se em maioria (58,2%, -1,9 p.p. face a 2017). Foram responsáveis por 41,0% de pessoal ao serviço no ramo comércio (-5,3 p.p. face ao ano anterior) e geraram 15,5% do total do volume de negócios do ramo (-2,3 p.p. face a 2017).

**Tabela 136 – Empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2014-2018)**

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Cabo Verde</b>	<b>4 329</b>	<b>4 379</b>	<b>4 389</b>	<b>4 388</b>	<b>4 631</b>
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	2 815	2 743	2 785	2 637	2 696
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	109	125	132	142	127
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	74	68	74	107	85
Restantes Empresas do Comércio	1 331	1 443	1 398	1 502	1 723

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

**Tabela 137 – Pessoal ao serviço das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2014-2018)**

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Cabo Verde</b>	<b>11 926</b>	<b>12 296</b>	<b>13 086</b>	<b>18 406</b>	<b>16 119</b>
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	4 876	5 356	5 467	8 528	6 610
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	1 236	1 168	1 462	1 590	1 495
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	208	132	162	849	511
Restantes Empresas do Comércio	5 606	5 640	5 995	7 439	7 503

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

**Tabela 138 – Volume de negócios (em milhões CVE) das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2014-2018)**

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Cabo Verde</b>	<b>96 259</b>	<b>95 316</b>	<b>96 595</b>	<b>111 557</b>	<b>127 343</b>
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	13 331	17 539	17 700	19 812	19 744
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	27 256	25 896	29 146	33 066	35 076
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	450	476	434	2 917	2 795
Restantes empresas do Comércio	55 223	51 405	49 315	55 762	69 729

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

No período de 2014 a 2018, registou-se um aumento de 7,0% no número de empresas comerciais (+302 empresas), isto é, um crescimento médio anual de 1,7%. Em termos de variação anual, na ilha da Brava, verificou-se um maior crescimento (145,2% face a 2017), passando de 42 empresas para 103.

**Tabela 139 – Empresas do setor do comércio, por ilhas (2014-2018)**

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Cabo Verde</b>	<b>4 329</b>	<b>4 379</b>	<b>4 389</b>	<b>4 388</b>	<b>4 631</b>
Santo Antão	453	454	449	445	531
S. Vicente	891	888	900	911	987
S. Nicolau	175	200	257	171	62
Sal	323	316	331	365	427
Boa Vista	161	87	67	194	157
Maio	25	167	98	61	20
Santiago	1 940	1 962	1 949	1 909	1 926
Fogo	304	230	287	290	418
Brava	57	75	51	42	103

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

O número de pessoas, ao serviço nas empresas do setor do comércio, decresceu 12,4% face a 2017. Das 16.119 pessoas ao serviço no setor do comércio em 2018, 46,8% estavam na ilha de Santiago, que também albergava 41,6% das empresas comerciais do país.

**Tabela 140 – Pessoal ao serviço nas empresas do setor do comércio, por ilhas (2014-2018)**

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Cabo Verde</b>	<b>11 926</b>	<b>12 296</b>	<b>13 086</b>	<b>18 406</b>	<b>16 119</b>
Santo Antão	732	842	917	1 159	994
S. Vicente	2 813	3 056	3 352	4 852	4 255
S. Nicolau	240	329	397	470	179
Sal	942	998	1 083	1 521	1 428
Boa Vista	446	342	209	808	545
Maio	75	245	169	172	48
Santiago	6 046	5 810	6 255	8 362	7 548
Fogo	496	525	579	901	959
Brava	136	148	125	161	164

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Quanto ao volume de negócios, cresceu 14,2% face a 2017. As empresas comerciais, situadas na ilha de Santiago, foram as que mais faturaram (41,4% do volume de negócios total), seguidas das de S. Vicente com 40,5% do volume de negócios total.

**Tabela 141 – Volume de negócios (em milhões de CVE) das empresas de comércio, por ilhas (2014-2018)**

	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Cabo Verde</b>	<b>96 259</b>	<b>95 316</b>	<b>96 595</b>	<b>111 557</b>	<b>127 343</b>
Santo Antão	2 132	2 103	2 623	2 641	2 978
S. Vicente	39 719	37 018	34 820	43 341	51 603
S. Nicolau	549	465	473	619	664
Sal	7 395	8 663	10 157	13 720	14 777
Boa Vista	1 240	1 086	1 266	2 203	2 538
Maio	166	271	357	206	144
Santiago	43 555	44 013	45 217	46 915	52 675
Fogo	1 217	1 245	1 306	1 583	1 713
Brava	286	454	376	328	253

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

**Tabela 142 – Empresas do setor do comércio, por concelhos (2018)**

	Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	Comércio por Grosso	Comércio a Retalho
<b>Cabo Verde</b>	<b>389</b>	<b>271</b>	<b>3 971</b>
Ribeira Grande	14	3	301
Paul	0	3	158
Porto Novo	12	3	37
S. Vicente	79	48	860
Ribeira Brava	14	4	30
Tarrafal de S. Nicolau	1	1	12
Sal	29	52	346
Boa Vista	20	9	128
Maio	2	1	17
Tarrafal	6	1	167
Santa Catarina	17	3	122
Santa Cruz	4	1	168
Praia	170	133	955
S. Domingos	4	0	161
S. Miguel	0	2	6
S. Salvador do Mundo	0	0	1
S. Lourenço dos Órgãos	0	0	1
Ribeira Grande de Santiago	0	1	3
Mosteiros	0	0	10
S. Filipe	8	6	306
Santa Catarina do Fogo	0	0	89
Brava	10	0	93

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019



## ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

O ODS 10 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10) tem como tema central a redução da desigualdade dentro dos países e entre eles. Para tanto, é necessário assegurar o rendimento às populações mais pobres, promover a inclusão social e adotar políticas de proteção salarial. Medidas institucionais, como a eliminação das leis discriminatórias e a promoção das leis adequadas, fazem parte do caminho para a redução das desigualdades. Nesta edição do Anuário Estatístico de Cabo Verde, não foram apresentados os indicadores 10.1.1. e 10.2.1., podendo os mesmos serem consultados na edição de 2018.

**Indicador 10.3.1. Proporção da população que diz ter sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação, proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.**

Em 2016, segundo os dados do módulo da Governança, Paz e Segurança, a percentagem da população de 18 anos ou mais que reportou ter sido discriminada foi de 31,7%.

**Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira**

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 16,2%, em 2018, com uma redução face a 2017, na ordem de 1,1 pontos percentuais.

**Tabela 143 – Indicadores de solidez financeira (%) (2014-2018)**

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018
Rácio de Solvabilidade	15,6	16,1	15,5	17,3	16,2
Imparidade	67,4	63,5	63,2	64,7	65,9
Ativos Ponderados pelo Risco	14,4	14,8	15,5	16,4	16,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

**10.a.1 Proporção de linhas tarifárias aplicadas às importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento com tarifa zero.**

**Tabela 144 – Importações de países menos desenvolvidos e países em desenvolvimento (Fluxos em milhões de CVE) (2015-2019)**

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019
Ajuda pública ao Desenvolvimento	19 872	12 002	17 213	13 059	17 411
Investimento Direto Estrangeiro no País.	11 507	12 559	10 867	10 048	10 375
Remessas de emigrantes (correntes e capitais)	19 819	19 717	19 433	20 067	21 562

Fonte: Banco de Cabo Verde



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO

### CABO VERDE 2019



## ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier II” (existe metodologia, mas não há disponibilidade de dados) e “Tier III” (indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída). Portanto, para o AECV-2019, apresenta-se o *proxy* para o indicador disponível para Cabo Verde.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), conhecido como ODS das cidades, tem como metas cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres ou a eventos incomuns.

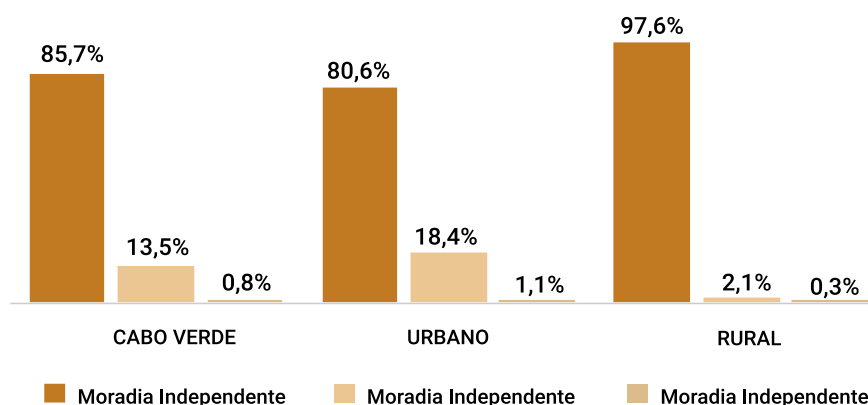
### OUTROS INDICADORES

As famílias cabo-verdianas habitavam, em 2019, na sua grande maioria, em alojamentos clássicos (99,2%), sendo (86%) do tipo moradias independentes e (13,5%) em apartmanetos. De notar ainda, que aproximadamente (1%) das famílias viviam em moradias do tipo não clássicos.

Da análise por meio de residência, constatou-se que os agregados familiares do meio rural habitavam, maioritariamente, nas moradias independentes (97,6%). No meio urbano, verificou-se que 80,6% dos agregados familiares habitavam em moradias independentes e 18,4% em apartamentos.

Nesta análise pode-se constatar que, em 2019, a percentagem de agregados familiares que habitavam em alojamento do tipo não clássico (barracas, casa de bidão, contentores e outros), foi superior no meio urbano (1,1%) que no meio rural (0,3%).

**Gráfico 45– Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a tipologia do alojamento que habita por meio residência. (2019)**

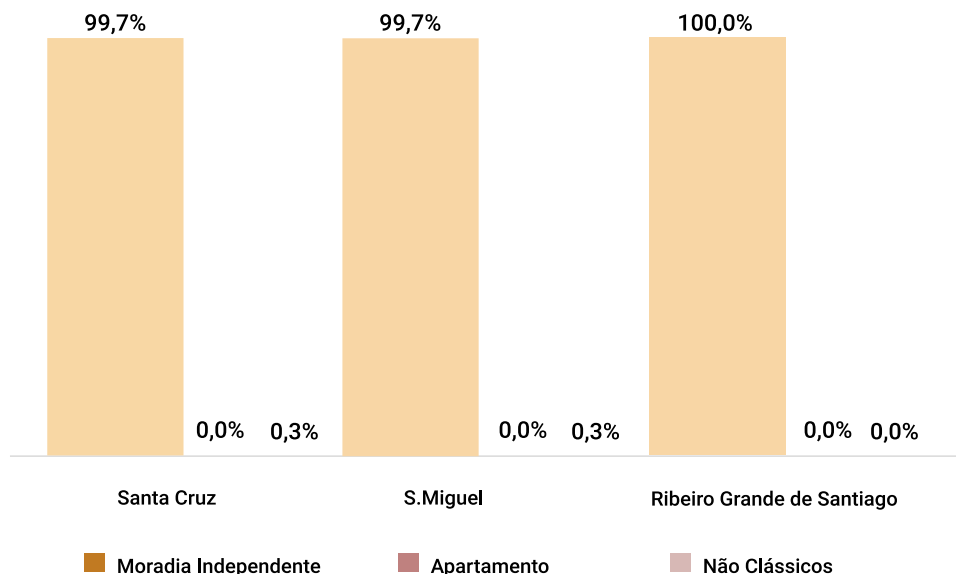


Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

**Observação:** Os alojamentos clássicos compreendem a moradia independente e o apartamento.

Analisando especificamente os dados, optou-se por fazer uma análise isolada dos seguintes concelhos: (I) Santa Cruz, (II) S. Miguel e (III) Ribeira Grande de Santiago, por serem os concelhos com as taxas de moradias independentes mais elevadas, em 2019.

Pode-se constatar que em Ribeira Grande de Santiago, em 2019, 100% dos agregados familiares habitavam em moradia do tipo independente. Os concelhos de Santa Cruz e São Miguel são idênticos.

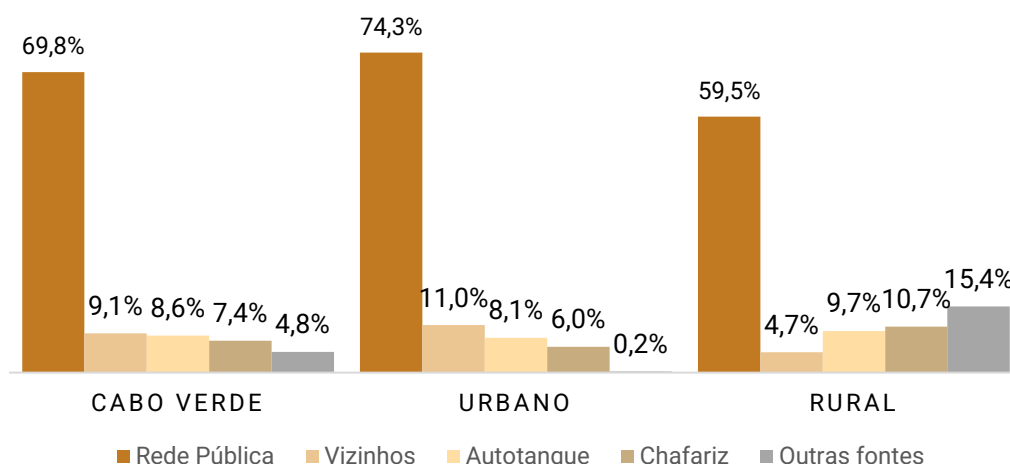


Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, a nível nacional, aproximadamente 70% dos agregados familiares residiam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água, ou seja, com acesso à água canalizada, 9% abastecem na casa dos vizinhos, 7,4% nos chafarizes, 8,6% recorrem a auto tanques e 4,8% a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc).

Comparativamente ao meio de residência, Urbano e Rural, pode-se notar uma semelhança no que tange ao meio mais utilizado como fonte de abastecimento de água, que é a rede publica.

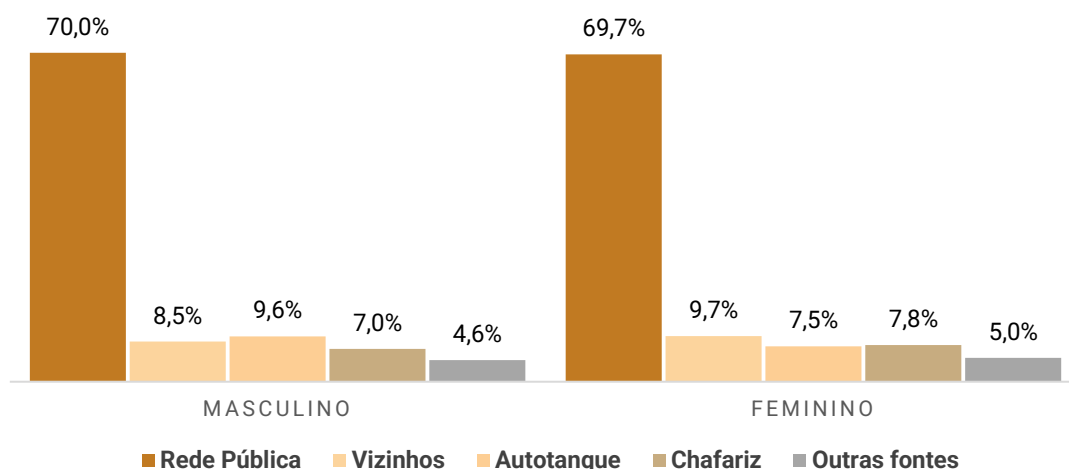
Gráfico 46 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água por meio de residência. (2019)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



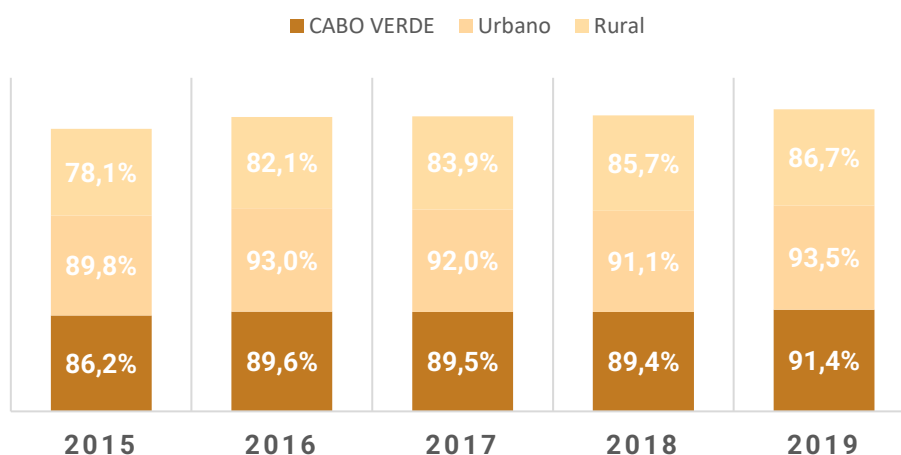
**Gráfico 47 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água por sexo do representante. (2019)**



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, a percentagem de agregados familiares que habitam em alojamentos com eletricidade fixava-se em 91,4%. O acesso à eletricidade continua ainda a mostrar algumas discrepâncias entre o meio urbano e o rural, sendo que este indicador é mais favorável no meio urbano com 93,5%, contra 86,7% no meio rural. No entanto, vale ressaltar que o meio rural vem reduzindo sistematicamente o “gap” com o meio urbano, se em 2015 essa defasagem era de 12,0%, em 2019 foi 7%. De realçar que em 2018 este “gap” foi o menor entre anos analisados, tendo situado em apenas 5%.

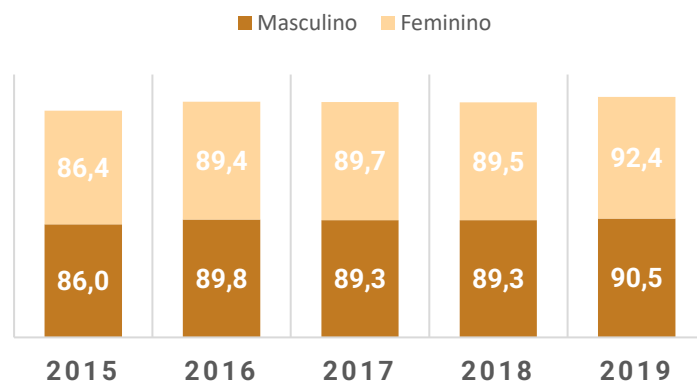
**Gráfico 48 – Evolução (%) do acesso dos agregados familiares à eletricidade por meio de residência (2015 – 2019)**



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



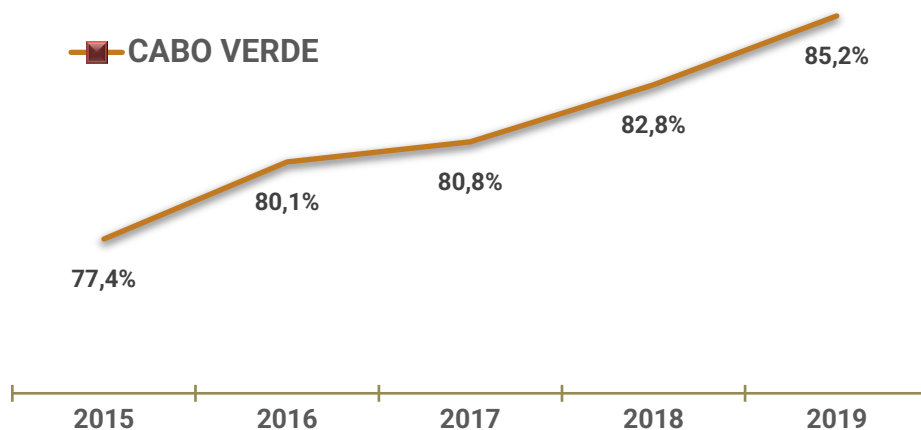
Gráfico 49– Evolução (%) do acesso dos agregados familiares à eletricidade por sexo do representante. (2015-2019)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

No que se refere ao saneamento, em 2019, constatou-se que 85,2% dos agregados familiares dispunham de sanitas/retretes no alojamento. Comparativamente ao ano de 2018, tivemos um acréscimo de 2,4 p.p. nos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias.

Gráfico 50 – Evolução da percentagem dos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias (sanita/retrete). (2015-2019)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier III”, ou seja, indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída. Portanto, para o AECV-2019, ainda não se tem indicadores deste objetivo disponíveis para Cabo Verde. Neste tema, apresentam-se dados e informações relevantes ao setor do turismo, uma vez que este se afigura como uma meta em três dos 17 objetivos da Agenda 2030, nomeadamente o ODS 8, o 12 e o 14.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) visa a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas-chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

### OUTROS INDICADORES

#### Oferta Turística

Em 2019, havia 284 estabelecimentos em funcionamento, com uma capacidade de 21 059 camas (+0,1% face a 2018).

**Tabela 145 – Número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
N.º Estabelecimentos	226	233	275	284	284
N.º de Quartos	10 626	11 435	12 463	13 187	13 092
N.º de Camas	18 055	18 382	20 421	21 046	21 059
Capacidade de Alojamento	22 954	24 376	26 987	27 860	27 911
Pessoal ao Serviço	6 426	7 742	8 825	9 417	9 050

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hotel

As residenciais, em número de 98, representaram 34,5% do número de estabelecimentos, seguindo-se-lhes as pensões com 27,1%, os hotéis com 25,7%, os hotéis-apartamentos com 7,7% e, por fim, as pousadas e os aldeamentos turísticos, com 3,5% e 1,4%, respetivamente.. O aumento mais significativo ocorreu no número das residenciais (+19,5%). Em sentido contrário, as pensões e os aldeamentos turísticos em funcionamento decresceram acentuadamente (-12,5% e -60,0%, respetivamente).

**Tabela 146 – Número de Estabelecimentos por tipo de estabelecimento de alojamento (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>233</b>	<b>275</b>	<b>284</b>	<b>284</b>
Hotéis	59	64	69	73	73
Pensões	64	59	62	88	77
Pousadas	6	8	9	10	10
Hotéis-apartamentos	19	17	20	21	22
Aldeamentos turísticos	7	8	10	10	4
Residenciais	71	77	105	82	98

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

O setor empregou 9.050 pessoas (-3,9% face a 2018). Os hotéis continuaram a empregar o maior número de pessoas, representando, em 2019, cerca de 85% do total do pessoal ao serviço, seguindo as pensões com 5,3% e os hotéis-apartamentos e as residências, com 4,0% cada.

**Tabela 147 – Pessoal ao serviço por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>6 426</b>	<b>7 742</b>	<b>8 825</b>	<b>9 417</b>	<b>9 050</b>
Hotéis	5 266	6 517	7 443	7 941	7 715
Pensões	384	357	354	526	484
Pousadas	48	57	66	67	62
Hotéis-apartamentos	193	183	256	263	363
Aldeamentos turísticos	245	304	300	323	66
Residenciais	290	324	406	297	360

**Fonte:** INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Os dados da tabela 148 mostram, em termos gerais, que não houve variação do número total de estabelecimentos turísticos. Em termos absolutos, a ilha de Santo Antão registou maior aumento do número de estabelecimentos turísticos (+4), enquanto as de Boa Vista, Santiago e Fogo foram as únicas a registar diminuição no número de estabelecimentos turísticos.

**Tabela 148 – Número de estabelecimentos turísticos por Ilha (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>226</b>	<b>233</b>	<b>275</b>	<b>284</b>	<b>284</b>
Santo Antão	42	42	68	71	75
S. Vicente	40	41	45	48	49
S. Nicolau	9	9	9	8	10
Sal	28	29	31	30	30
Boa Vista	20	22	22	26	24
Maio	9	9	9	8	8
Santiago	49	50	50	53	49
Fogo	22	22	32	31	30
Brava	7	9	9	9	9

**Fonte:** INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Em 2019, o aumento mais expressivo, em termos absolutos, do pessoal ao serviço foi registado na ilha do Fogo (+25 quando comparado com 2018). Registou-se uma diminuição no pessoal ao serviço, bastante acentuado, nas ilhas de Sal (-281) e Boa Vista (-102).

**Tabela 149 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento turístico por ilha (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>6 426</b>	<b>7 742</b>	<b>8 825</b>	<b>9 417</b>	<b>9 050</b>
Santo Antão	227	230	396	412	410
S. Vicente	473	515	511	549	549
S. Nicolau	38	37	36	33	34
Sal	2 914	4 070	4 936	5 068	4 787
Boa Vista	1 794	1 910	1 918	2 339	2 237
Maio	25	25	28	26	26
Santiago	818	819	844	827	822
Fogo	116	110	132	134	159
Brava	21	26	24	29	26

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

### **Procura Turística**

Os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 819.308 hóspedes que proporcionaram 5.117.403 dormidas, resultando em aumentos de 7,0% e 3,7%, respetivamente.

Em 2019, os hotéis continuaram a ser os estabelecimentos de alojamento turístico mais procurados, representando 86,8% do total das entradas. Seguem-se-lhes as pensões e as residenciais, com cerca de 4,5% e 3,8%, respetivamente.

**Tabela 150 – Hóspedes por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>569 387</b>	<b>644 429</b>	<b>716 775</b>	<b>765 696</b>	<b>819 308</b>
Hotéis	497 743	543 128	618 774	665 659	711 546
Pensões	18 977	20 051	22 950	25 191	36 867
Pousadas	4 394	4 743	4 618	5 179	5 388
Hotéis-apartamentos	10 054	13 482	17 734	17 085	12 532
Aldeamentos turísticos	11 921	35 672	21 821	23 131	21 901
Residenciais	26 298	27 353	30 878	29 451	31 074

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Do total dos hóspedes, 61.326 são do mercado interno (Cabo Verde), valor que representou um aumento de 9,4%. Este aumento reflete uma desaceleração face à evolução de 14,2% em 2018.

Os hóspedes que visitaram Cabo Verde, em 2019, provieram, essencialmente, do Reino Unido (24,0%), Alemanha (11,3%), França (10,4%) e Bélgica + Holanda e Portugal com 9,8% cada. Nota-se ainda uma certa diversificação dos hóspedes, pelo facto de os “outros países” terem contribuído com 18,3% do total das entradas de turistas, embora essa contribuição decresceu ligeiramente, comparativamente ao registado em 2018.

**Tabela 151 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>569 387</b>	<b>644 429</b>	<b>716 775</b>	<b>765 696</b>	<b>819 308</b>
<b>Cabo Verde</b>					
Cabo-verdianos	47 999	44 942	47 383	54 550	57 370
Estrangeiros	1 666	1 455	1 699	1 493	3 956
<b>Estrangeiros</b>					
África do Sul	232	611	564	841	820
Alemanha	76 451	71 448	80 071	90 157	92 320
Áustria	2 351	1 562	1 924	3 234	7 240
Bélgica + Holanda	60 473	62 391	69 680	76 798	80 030
Espanha	9 412	10 732	11 952	13 916	18 301
Estados Unidos	4 282	4 874	5 958	6 886	8 662
França	56 458	64 861	69 717	77 127	85 325
Reino Unido	126 685	131 793	168 896	174 078	196 557
Itália	27 086	48 824	39 557	30 969	25 521
Portugal	61 979	64 899	67 882	70 974	80 012
Suíça	5 450	6 767	11 407	10 292	13 516
Outros países	88 863	129 270	140 085	154 381	149 678

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

**Tabela 152 – Hóspedes por habitante, proporção de hóspedes estrangeiras/os, e proporção de dormidas nos principais estabelecimentos de alojamento (2015 – 2019)**

	Hóspedes por habitante	Hóspedes estrangeiras/os (%)	Dormidas nos hotéis (%)
2015	1,08	91,28	93,47
2016	1,21	92,80	91,09
2017	1,33	93,15	90,71
2018	1,41	92,68	91,05
2019	1,49	92,51	96,18

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

As dormidas apresentaram uma tendência semelhante à do número de hóspedes. Os residentes geraram 195.738 dormidas (+11,0%), correspondendo a 3,8% do total das dormidas. Os estrangeiros que visitaram Cabo Verde apresentaram um crescimento de 3,4% e atingiram 4.921.655 dormidas, correspondendo a 96,2% do total.

O Reino Unido também permaneceu em primeiro lugar, com 31,6% do total, seguido da Alemanha, Países Baixos (Bélgica + Holanda), Portugal e França, com 12,2%, 10,5%, 8,1% e 7,9%, respetivamente.

Os mercados austríaco, suíço, sul africano e dos estados unidos apresentaram um expressivo crescimento de 160,2%, 33,6%, 31,1% e 29,6%, respetivamente.

**Tabela 153 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por país de residência habitual dos hóspedes (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>3 710 000</b>	<b>4 092 551</b>	<b>4 597 477</b>	<b>4 935 891</b>	<b>5 117 403</b>
<b>Cabo Verde</b>					
Cabo-verdianos	130 069	122 423	130 504	171 564	185 789
Estrangeiros	7 053	5 835	7 655	4 783	9 949
<b>Estrangeiros</b>					
África do Sul	658	1 082	1 090	1 494	1 959
Alemanha	575 541	529 586	526 985	596 115	621 923
Áustria	13 227	7 489	8 618	16 306	42 428
Bélgica + Holanda	458 957	478 660	529 271	551 543	538 035
Espanha	42 311	43 356	47 605	65 393	73 576
Estados Unidos	11 380	14 174	16 782	18 510	23 982
França	279 617	325 497	353 888	401 530	403 394
Reino Unido	1 148 335	1 225 913	1 440 460	1 492 958	1 617 149
Itália	189 959	259 806	277 231	219 723	162 569
Portugal	322 948	318 095	356 868	364 059	413 932
Suíça	27 559	35 989	59 521	57 943	77 407
Outros países	502 386	724 646	840 999	973 970	945 311

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Relativamente às dormidas por tipo de estabelecimento, os hotéis continuaram a acolher mais hóspedes (93,0% do total), registando um crescimento de 5,9%. Seguiram-se os aldeamentos turísticos (2,6% do total) com um crescimento negativo (-16,3%) face a 2018 (Tabela 153). Através da tabela 154, pode constatar-se que a ilha do Sal continua a ser o principal destino (51,9% das dormidas totais), seguida da Boa Vista, (38,0%) e de Santiago (4,8%).

**Tabela 154 – Dormidas por tipo de estabelecimentos de alojamento turístico (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>3 710 000</b>	<b>4 092 551</b>	<b>4 597 477</b>	<b>4 935 891</b>	<b>5 117 403</b>
Hotéis	3 467 877	3 728 012	4 170 355	4 494 250	4 757 203
Pensões	51 524	57 767	72 141	83 951	92 141
Pousadas	12 215	12 719	14 484	12 248	11 813
Hotéis-apartamentos	36 097	62 864	95 655	90 009	44 297
Aldeamentos turísticos	69 423	144 159	143 233	156 609	131 135
Residenciais	72 864	87 030	101 609	98 824	80 814

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

**Tabela 155 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por ilha (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>3 710 000</b>	<b>4 092 551</b>	<b>4 597 477</b>	<b>4 935 891</b>	<b>5 117 403</b>
S. Vicente	102 095	109 526	132 000	132 490	120 836
Sal	1 823 603	2 062 034	2 519 487	2 765 727	2 656 435
Boa Vista	1 544 378	1 664 983	1 656 430	1 671 127	1 943 871
Santiago	143 786	150 830	163 061	221 125	243 229
Restantes Ilhas	96 138	105 178	126 499	145 422	153 032

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes



Tabela 156 – Taxa de variação anual de hóspedes e dormidas (2015 – 2019)

	Hóspedes	Dormidas
2015	5,5	8,6
2016	13,2	10,3
2017	11,2	12,3
2018	6,8	7,4
2019	7	3,7
<b>Total</b>		
Hotéis	6,9	5,9
Pensões	46,3	9,8
Pousadas	4,0	-3,6
Hotéis-apartamentos	-26,6	-50,8
Aldeamentos turísticos	-5,3	-16,3
Residenciais	5,5	-18,2

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Em 2019, a estada média de hóspedes evidenciou um ligeiro crescimento (+1,7%), passando de 5,9 para 6,0 noites. Os turistas do Reino Unido foram os que tiveram maior permanência média em Cabo Verde no período em análise (8,1 noites).

Tabela 157 – Estadia média de hóspedes por país de residência habitual (2015 – 2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>6,3</b>	<b>6,1</b>	<b>6,2</b>	<b>5,9</b>	<b>6,0</b>
<b>Cabo Verde</b>					
Cabo-verdianos	2,6	2,6	2,6	2,9	3,0
Estrangeiros	3,8	3,7	4,2	2,7	2,4
<b>Estrangeiros</b>					
África do Sul	2,7	1,7	1,9	1,8	2,3
Alemanha	7,3	7,1	6,4	6,3	6,6
Áustria	5,4	4,4	4,2	4,8	5,8
Bélgica + Holanda	7,4	7,4	7,3	6,7	6,5
Espanha	4,3	3,9	3,8	4,5	3,9
Estados Unidos	2,5	2,8	2,7	2,6	2,7
França	4,7	4,8	4,8	4,3	4,5
Reino Unido	8,9	9,1	8,4	8,3	8,1
Itália	6,6	5,2	6,7	6	6,2
Portugal	4,9	4,7	4,9	4,8	4,9
Suíça	4,8	5	4,9	5	5,4
Outros países	5,4	5,4	5,7	5,5	6,0

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

**Tabela 158 – Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>6,3</b>	<b>6,1</b>	<b>6,2</b>	<b>5,9</b>	<b>6,0</b>
Hotéis	6,7	6,6	6,5	6,2	6,5
Pensões	2,6	2,7	2,9	3,0	2,3
Pousadas	2,6	2,5	2,9	2,2	2,0
Hotéis-apartamentos	3,3	4,3	4,7	4,6	3,2
Aldeamentos turísticos	5,7	4,0	6,4	6,5	5,7
Residenciais	2,6	2,9	3,0	3,0	2,4

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

A taxa de ocupação-cama foi de 55%, a mesma verificada em 2018. Os hotéis foram os estabelecimentos de alojamento turístico com maior taxa de ocupação-cama 65%. Seguem-se os aldeamentos turísticos e as pousadas com 35% e 19%, respetivamente.

As ilhas da Boa Vista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação-cama com 78% e 62%, respetivamente.

**Tabela 159 – Taxa de ocupação-cama (%) por tipo de estabelecimento de alojamento turístico, (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>55</b>	<b>58</b>	<b>55</b>	<b>55</b>
Hotéis	57	64	69	64	65
Pensões	11	14	16	17	16
Pousadas	21	24	25	22	19
Hotéis-apartamentos	15	21	21	20	12
Aldeamentos turísticos	19	36	37	40	35
Residenciais	17	18	19	18	15

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

**Tabela 160 – Taxa de ocupação-cama (%) por Ilha (2015 – 2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>49</b>	<b>55</b>	<b>58</b>	<b>55</b>	<b>55</b>
S. Vicente	24	23	23	24	20
Sal	49	58	66	61	62
Boa Vista	76	82	85	80	78
Santiago	21	20	19	24	27
Restantes Ilhas	...	...	...	...	...

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspede



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA (ATUALIZADO RELATÓRIO ODS 2019)

**Indicador 13.2.1. Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumente a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa baixas de maneira que não ameacem a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada a nível nacional, uma comunicação nacional, um relatório de actualização bienal ou outro)**

Em 29 de março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC). Na condição de Parte da Convenção, assumiu nesta data o compromisso de formular uma Comunicação Nacional à Conferência das Partes (CdP).

As cronologias dos marcos históricos apresentadas na tabela 59, demonstram de forma clara que o país tem vindo, desde a primeira a hora, a engajar esforços internos no sentido de dar respostas exigidas, em tempo oportuno, no plano global e decorrentes da ratificação da CQNUMC.

De destacar que se encontram também em curso o processo de atualização da NDC – Contribuição Nacionalmente Determinada, a qual será submetida em inícios de 2021.

**Tabela 161 - Cumprimento Obrigações no âmbito da Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC) Cronologia dos Marcos Históricos**

Documento/Marco Histórico	Ano
Ratificação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)	1995
Primeira Comunicação Nacional à CQNUMC	2000
Primeiro Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2000
Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas	2000
Ratificação do Protocolo de Quioto	2005
Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas- NAPA (2008-2012)	2007
Segundo Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2010
Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas	2011
Primeira Contribuição Intencional Nacionalmente Determinada (2015-2030)	2015
Ratificação do Acordo de Paris	2017
Terceira Comunicação sobre as Mudanças Climáticas	2018

**Fonte:** Direção Nacional do Ambiente



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO

### CABO VERDE 2019

## **ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA**

A atividade pesqueira em Cabo Verde se caracteriza como sendo uma das potencialidades da economia do país, com forte impacto a nível social e económico na medida em que é uma atividade geradora emprego e rendimento para a população rural a nível económico, tem uma forte exploração o que faz com que os produtos da pesca, sejam um dos maiores que geradores de divisas e permitem que o saldo da balança comercial a nível dos produtos da se mantenha superavitária, não obstante, o fato de que as nossas importações a nível global sejam maiores que as nossas exportações.

Assim, destacamos a importância da atividade da pesca, dentro do objetivo de desenvolvimento sustentável 14 (ODS 14), que visa a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos. Para os indicadores do objetivo de desenvolvimento sustentável, referentes a este tema, os mesmos constam da edição do anuário estatístico de 2018, podendo assim, serem consultados nesta edição.

### **OUTROS INDICADORES**

A zona no interior das 3 milhas náuticas é reservada exclusivamente à pesca artesanal, que ocupa 5.078 pescadores segundo a DNEM (2016), distribuídos por 73 comunidades e um total de 1.588 embarcações de boca aberta, com reduzida autonomia de mar, incluindo 224 que se encontravam inativas. Tratam-se de unidades de 3,5 a 8 metros comprimento, motorizadas ou não. Essa frota dedica-se, maioritariamente, à pesca à linha de mão dirigida à espécies demersais e grandes pelágicos. A frota inclui, também, unidades que se dedicam ao mergulho, dirigido à espécies demersais, lagostas costeiras, outros crustáceos e moluscos, tais como búzio, polvo e choco. Regra geral, os desembarques da pesca artesanal são feitos em portos dentro ou próximo das comunidades piscatórias. Estima-se, ao todo, um total 97 pontos de desembarque de pesca artesanal em todo o país.

De acordo com os dados da tabela 162 o número de licenças de botes em Cabo Verde passou de 540 em 2015, para 518 em 2019, com uma taxa de variação média anual negativa de 1,0%. No período em análise, as ilhas de São Vicente, Maio e do Fogo apresentaram taxas de variação médias positivas do número de licenças de botes. As ilhas de São Nicolau, Boa Vista e Santiago apresentaram taxas de variação médias negativas. De salientar que em 2019 as ilhas com maior proporção do número de botes foram São Vicente, Sal e Fogo.

**Tabela 162 - Número licença de botes por ilha (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Cabo Verde</b>	<b>540</b>	<b>467</b>	<b>484</b>	<b>523</b>	<b>518</b>
Santo Antão	46	24	20	60	46
São Vicente	50	63	69	64	63
São Nicolau	67	50	36	48	50
Sal	83	74	84	76	83
Boa Vista	55	50	42	50	50
Maio	51	56	54	49	52
Santiago	45	22	17	18	22
Fogo	71	63	90	80	80
Brava	72	65	72	78	72

Fonte: Inspeção Geral de Pesca

Relativamente à pesca industrial, em 2018, registaram-se 119 embarcações que empregavam 1.209 pescadores. Do total das embarcações, 37,8% encontravam-se registadas na Ilha de São Vicente e 37,8% na ilha de Santiago.

**Tabela 163 – Número de embarcações, número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca industrial/semi-industrial, por ilha (2018)**

	Número de Embarcação	Número de Pescadores	N.º Médio de pescadores por embarcação
<b>Cabo Verde</b>	<b>119</b>	<b>1209</b>	<b>10,2</b>
Santo Antão	6	72	12
S. Vicente (1)	45	491	10,9
S. Nicolau	5	58	11,6
Sal	7	63	9
Boa Vista	6	25	4,2
Maio	0	0	0
Santiago	45	456	10,1
Fogo	4	35	8,8
Brava	1	9	9

(1) Inclui 1 Navio estrangeiro de pesca industrial embandeirado ou que arvora temporariamente a bandeira cabo-verdiana.

Fonte: Direção Nacional de Economia Marítima e Instituto do Mar

De modo geral, nota-se que, globalmente o número de licenças atribuídas a embarcações nacionais e estrangeiras diminuíram 4,0% entre 2018 e 2019. Do total das licenças, 41,1% são de

embarcações nacionais seguido de 23,8% e 20,2 % de embarcações da União Europeia e do Japão, respetivamente. De realçar que, no período de 2015 a 2019, registrou-se uma taxa de variação média anual de 3,2% em termos globais. Para as embarcações Senegalesas e outros contratos, o número de licenças emitidas ronda a volta dos 7,0% aproximadamente.

**Tabela 164 - Número de licenças da pesca industrial de embarcações nacionais e estrangeiras (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
Nacionais	79	74	65	68	69
União europeia	38	44	45	42	40
Japão	19	20	23	42	34
Senegalesas	5	8	10	11	13
Outros Contratos	7	10	10	12	12
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>156</b>	<b>153</b>	<b>175</b>	<b>168</b>

Fonte: Direção Geral dos Recursos Marinhos

No que se refere aos desembarques nominais de pescado (em toneladas), verificou-se, de modo global uma diminuição das capturas em 34,8%, entre 2018 e 2019. Se analisarmos as capturas, na pesca artesanal, semi e industrial e dos navios de bandeira, nota-se que apresentaram quedas de 8,7%, 48,1% e 33,0% respetivamente. Relativamente a aquacultura que é um tipo de pesca recente, verifica-se que esta apresenta uma taxa de variação positiva de 66,7% entre 2018 e 2019. De referir que, em 2019, as capturas na pesca semi e industrial, concentraram-se nos tunídeos (61,9%) e pequenos pelágicos (30,9%) e na pesca artesanal, nos tunídeos (43,3%), demersais (35,5%) e pequenos pelágicos (13,0%) e dos navios de bandeira exclusivamente em tunídeos (100%).

**Tabela 165 – Desembarques nominais de pescado (em toneladas), segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2015-2019)**

	Artesanal	Semi e Industrial	Navios embandeirados(1)	Aquacultura	Total
2015	4 286,00	9 694,00	27 109,82		41 089,82
2016	4 155,87	5 338,57	16 491,28		25 985,72
2017	3 774,67	6 101,46	8 783,74		18 659,87
2018	4 173,81	9 973,46	12 437,61	3,00	26 584,88
<b>2019</b>					
<b>Total</b>	<b>3 812,56</b>	<b>5 179,43</b>	<b>8 337,95</b>	<b>5,00</b>	<b>17 334,93</b>
Tunídeos	1 651,44	3 206,08	8 337,95		13 195,46
Pequenos Pelágicos	496,32	1 601,43			2 097,75
Demersais	1 352,89	362,13			1 715,02
Diversos	286,11	8,39			294,50
Crustáceos e Moluscos	23,04	1,40		5,00	29,44
Tubarões	2,76	0,00			2,76

(1). Os desembarques dessa frota são aqui reportados, por força do direito marítimo internacional.

Nota: Foram corrigidos os dados das capturas totais, com a introdução das informações dos navios de bandeira, para a serie de (2015 a 2019) que sendo estrangeiros, operam sob a bandeira de Cabo Verde dentro e fora da nossa ZEE.

Fonte: Instituto do Mar



Os indicadores referentes à importação de pescado, referente ao período de 2015 a 2019, indicam uma taxa de crescimento médio anual positiva, tanto em termos de peso (11,7%), como de valores monetários (21,6%). De destacar que em 2019, a maioria do pescado importado continuou a ser basicamente filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados, que representaram 36,99% do total importado em termos de peso (toneladas) e 24,78% em valores monetários (milhões ECV).

**Tabela 166 – Importação de pescado - peso e valor (2015-2019)**

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2015	668,25	319,41
2016	821,05	469,96
2017	1079,14	567,7
2018	981,75	641,57
<b>2019</b>		
<b>Total</b>	<b>1 039,15</b>	<b>697,53</b>
Peixes vivos	0,36	0,90
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	8,03	4,88
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	120,76	62,12
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	384,39	257,54
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	91,47	93,29
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	177,72	144,88
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	256,41	133,92

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Para os indicadores da exportação de pescado constatou-se que, de 2015 à 2019, estes apresentaram uma taxa de variação média negativa de 19,3% tanto em termos de peso (toneladas) 24,0%, como em termos de valor monetário (Milhões de ECV). Nota-se ainda que entre 2018 e 2019 houve uma diminuição do pescado exportado de 10,4 % e 22,8% em peso e valor respetivamente. Em 2019 o pescado exportado (em toneladas) era composto quase que exclusivamente (94,75%) por peixes congelados, exceto filetes de peixes e outra carne de peixe.

**Tabela 167 – Exportação de pescado - peso e valor (2015-2019)**

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2015	24 975,90	2 945,60
2016	17 141,80	2 280,01
2017	7 461,20	973,49
2018	11 837,73	1 275,83
<b>2019</b>		
<b>Total</b>	<b>10 607,47</b>	<b>985,08</b>
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	0,00	0,00

Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	10 051,04	920,12
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	346,95	21,45
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	0,48	0,73
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	0,16	0,79
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	208,85	41,99

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Relativamente às importações, verifica-se que a proporção das importações de produtos de pescado sobre o total das importações apresenta uma tendência ascendente, bem como as importações de produto de pescado em termos absoluto (valor) que apresentam uma taxa de variação média anual de 21,6%. No caso das exportações, nota-se que a proporção das exportações dos produtos de pescado apresentam uma tendência descendente, tendo em 2017 apresentado uma queda acentuada de 57,3% face ao ano precedente.

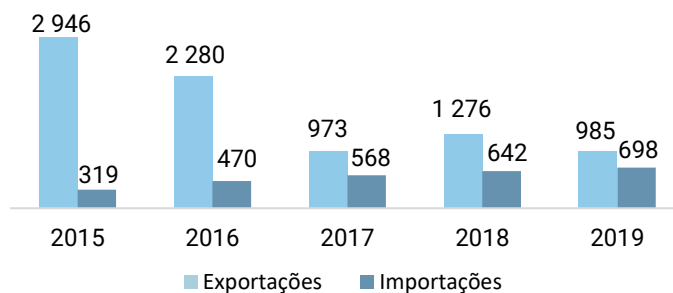
**Tabela 168 - Proporção (%) das importações e exportações dos produtos do pescado no total das importações e exportações (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
Importação de produtos de pescado (em milhões de ECV)	319	470	568	642	698
Importação total (em milhões de ECV)	60 059	66 384	77 211	76 254	78 301
Exportação de produtos de pescado (em milhões de ECV)	2 946	2 280	973	1 276	985
Exportação total (em milhões de ECV)	6 644	5 973	4 892	7 060	6 071
Peso da importação dos produtos de pescado no total das importações(%)	<b>0,53</b>	<b>0,71</b>	<b>0,74</b>	<b>0,84</b>	<b>0,89</b>
Peso da exportação dos produtos de pescado no total das exportações(%)	<b>44,33</b>	<b>38,17</b>	<b>19,90</b>	<b>18,07</b>	<b>16,23</b>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Apesar do crescimento das importações e diminuição das exportações de pescado, a balança comercial, em relação aos produtos do pescado mantém-se superavitária, isto é, o país exporta muito mais do que importa, sendo os produtos do pescado, os que mais geram divisas para o país.

**Gráfico 51- Valor (milhões de ECV) das importações e exportações dos produtos de pescado (2015-2019)**



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Este tema compreende os indicadores ligados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) produzidos no país. De um modo geral, o ODS 15 volta-se para a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) tem como foco a preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade. A preocupação não se dá só com a preservação e/ou conservação do que já existe, mas também com a reversão de danos já causados ao ambiente.

### Indicador 15.1.1 Proporção do território que é área florestal

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva, desde os primórdios da independência nacional, pelos sucessivos governos, mas com o forte apoio da cooperação internacional, tem exercido, num primeiro plano, um papel crucial na luta contra a desertificação e, num segundo, tem permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

Entre os anos de 2012 e 2019, Cabo Verde registou um aumento expressivo em área florestal, evoluindo de 13,6% (percentagem de área florestal nacional) para 22,29%.

**Tabela 169 – Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções, por ilha (2019)**

	Área florestal (ha)	% área florestal/ ilha	% Área florestal nacional
<b>Cabo Verde</b>	<b>89 903,11</b>		<b>22,29</b>
Santo Antão	5 389,27	6,9	1,34
S. Vicente	2 745,38	12,1	0,68
S. Nicolau	5 530,48	16,2	1,37
Sal	1 714,28	8	0,43
Boa Vista	5 485,55	9	1,36
Maio	7 176,88	26,7	1,78
Santiago	50 532,33	51,1	12,53
Fogo	9 929,38	21	2,46
Brava	1 399,58	21,9	0,35

**Fonte:** Ministério da Agricultura e Ambiente – Direção Geral de Agricultura, Sicultura e Pecuária



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019

## ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) aborda temas relacionados com o acesso à justiça, à segurança pública e à promoção de uma sociedade mais pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável. Visa também proporcionar o acesso a justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

### Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por grupo etário

Entre os anos de 2017 e 2019, Cabo Verde registou uma ligeira diminuição no número de homicídios, por 100 000 habitantes, passando de 7,1 para 6,2.

Tabela 170 - Vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por sexo e grupo etário

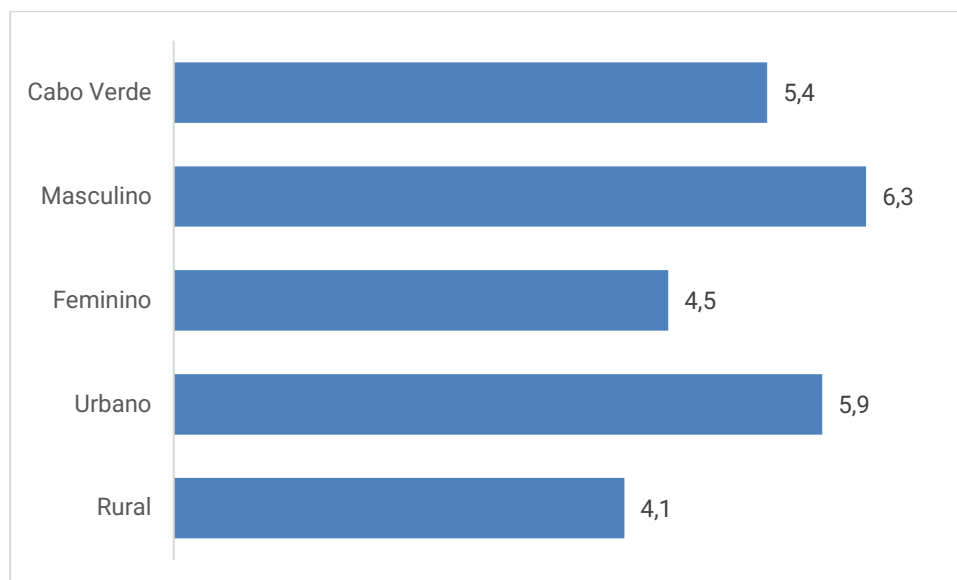
	Vítimas de Homicídio por 100.000 habitantes								
	2017			2018			2019		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
<b>CABO VERDE</b>	<b>6,0</b>	<b>1,1</b>	<b>7,1</b>	<b>4,8</b>	<b>1,8</b>	<b>6,6</b>	<b>5,1</b>	<b>1,1</b>	<b>6,2</b>
<b>IDADE</b>									
Menor 12			0			0,2			0,2
[12-16]			0			0			0,0
[17-21]			0,9			1,1			1,1
[22-30]			2,4			1,8			1,3
[31-45]			2,6			1,8			2,2
Maior 45			1,1			1,8			1,5

Fonte: Ministério da Administração Interna

### Indicador 16.1.3. Proporção (em %) da população objeto de violência física, psicológica ou sexual nos últimos 12 meses

Para este indicador apresenta-se a proporção da população de 18 anos ou mais, vítima de violência física nos últimos 12 meses precedentes à entrevista observada no âmbito do módulo sobre Governança Paz e Segurança, realizada pelo INE, em 2016, onde 5,4% da população de 18 anos ou mais foram vítimas de violência física.

**Gráfico 52 - Proporção (em %) da população de 18 anos ou mais objeto de violência física nos últimos 12 meses por sexo e meio de residência (2016)**



Fonte: INE – IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

**Indicador 16.1.4. Proporção (em %) de pessoas que se sentem seguras quando caminham sozinhas na área onde vivem**

Para este indicador, dispõe-se de dados desagregados por período: dia e noite. A insegurança é maior no período da noite, ou seja, as pessoas (população de 18 anos ou mais) sentem-se mais seguras caminhando sozinhas durante o dia.

**Tabela 171 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que se sentem seguras quando caminham sozinhas, no período diurno e noturno, por sexo e meio de residência (2016)**

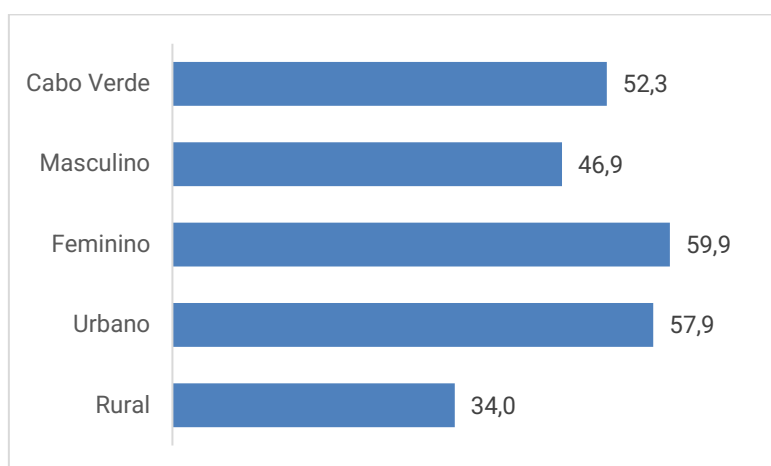
	Dia	Noite
<b>CABO VERDE</b>	<b>81,4</b>	<b>51,7</b>
<b>SEXO</b>		
Masculino	85,4	59,7
Feminino	77,6	43,8
<b>MEIO DE RESIDÊNCIA</b>		
Urbano	77	45,3
Rural	91,2	66,2

Fonte: INE - IMC - Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

**Indicador 16.3.1. Proporção de vítimas de violência nos últimos 12 meses que reportaram às autoridades competentes ou a outros organismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos.**

Em 2016, a nível nacional, a proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes foi de 52,3%. Em relação ao sexo, 46,9% das pessoas do sexo masculino reportaram essa ocorrência contra 59,9% das do sexo feminino.

**Gráfico 53 - Proporção de pessoas de 18 anos ou mais, vítimas de violência física e que reportaram às autoridades competentes por sexo e meio de residência (2016)**

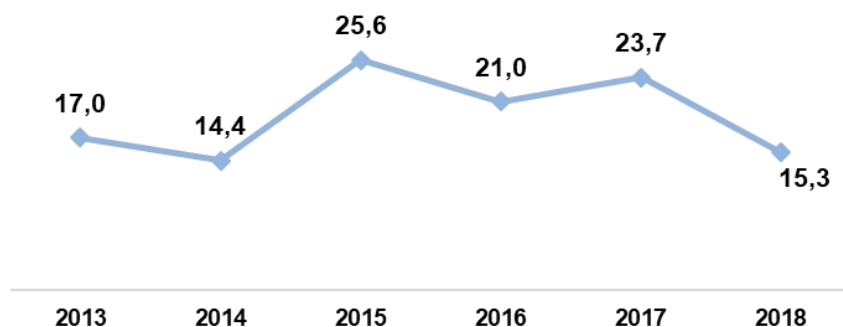


Fonte: INE - IMC- Inquérito sobre Governança Paz e Segurança

#### **Indicador 16.3.2 Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos**

A proporção de reclusos em prisão preventiva tem vindo a oscilar ao longo dos anos, registando os maiores valores entre 2015 e 2017. Em abril de 2018 o Censo Prisional registou 15,3% de reclusos em prisão preventiva.

**Gráfico 54- Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos.**



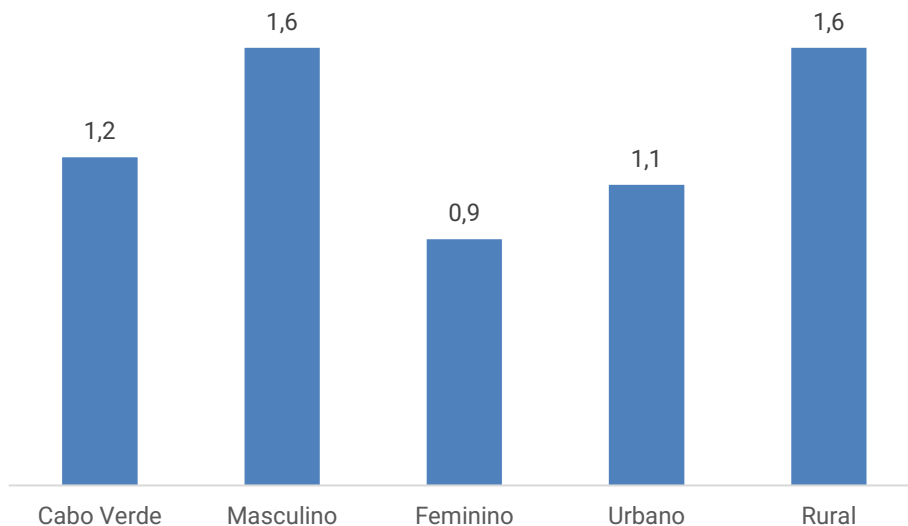
Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho (2013-2017) e INE (Recenseamento Prisional 2018)

#### **Indicador 16.5.1. Proporção de pessoas que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses.**

Em 2016, cerca de 1,2% da população de 18 anos ou mais declararam que, nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito, sentiram-se, pelo menos uma vez, obrigados a oferecer dinheiro, presente, ou favor a um funcionário público, em troca de um benefício.



**Gráfico 55- Proporção de pessoas de 18 anos ou mais que tiveram pelo menos um contacto com um funcionário público e que pagaram um suborno ou a quem foi pedido um suborno por funcionários públicos, nos últimos 12 meses por sexo e meio de residência (2016)**

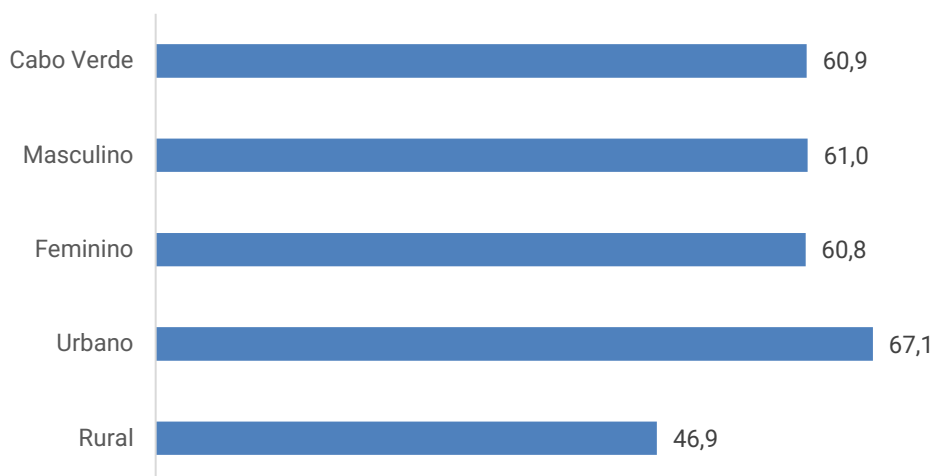


**Fonte:** INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

**Indicador 16.6.2. Proporção da população satisfeita com a última experiência com serviços públicos.**

Em 2016, cerca de 60,9% da população de 18 anos ou mais declararam estar satisfeita com a última experiência com serviços públicos.

**Gráfico 56- Proporção da população de 18 anos ou mais satisfeita com a última experiência com serviços públicos por sexo e meio de residência (2016)**



**Fonte:** INE - IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

**Indicador 16.7.2. Proporção da população que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo, grupo etário, incapacidade e grupo populacional.**

Em 2016, cerca de 15,7% da população de 18 anos ou mais declararam acreditar que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados. No que se refere ao sexo, nota-se uma ligeira diferença (15,6% e 15,7%) entre o masculino e o feminino.

**Tabela 172 - Proporção da população de 18 anos ou mais que considera que os processos de tomada de decisão são inclusivos e adequados, por sexo e grupo etário (2016)**

	2016
<b>CABO VERDE</b>	<b>15,7</b>
<b>SEXO</b>	
Masculino	15,6
Feminino	15,7
<b>Grupo Etário</b>	
[18-24 anos]	5,6
[25-34 anos]	12,7
[35-44 anos]	19,3
[45-54 anos]	17,4
>= 55 anos	22,3

Fonte: INE, IMC - Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança

**Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.**

Com a obrigatoriedade do registo à nascença nos serviços de saúde, a proporção de crianças registadas tem vindo a ser quase que universal. Com base nas projeções demográficas, pode-se aferir que mais de 93% das crianças menores de 5 anos estão registadas.

**Tabela 173 - Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos por sexo e idade**

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018
<b>CABO VERDE</b>	<b>101,3</b>	<b>98,4</b>	<b>95,6</b>	<b>94,5</b>	<b>93,0</b>
<b>Sexo</b>					
Masculino	101,6	98,0	94,7	93,5	<b>91,5</b>
Feminino	100,9	98,7	96,5	95,6	<b>94,6</b>
<b>Grupo Etário</b>					
0 anos	95,5	93,0	94,1	93,6	88,2
1 anos	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6
2 anos	99,2	95,8	95,5	93,0	94,2
3 anos	108,4	99,3	96,0	95,5	93,1
4 anos	108,0	108,8	99,6	96,3	96,0

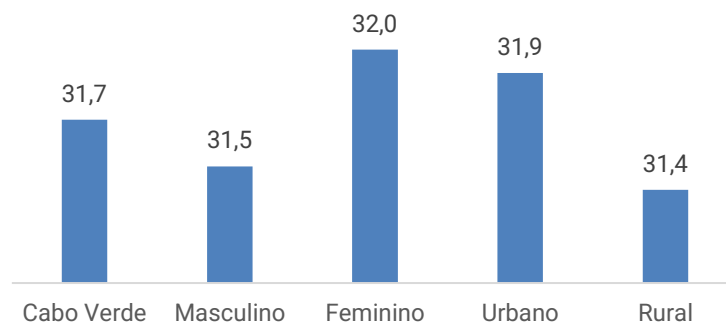
**Nota:** A proporção por vezes é superior a 100 porque nesses anos temos uma subestimação na projeção, tendo assim mais crianças registadas do que na projeção.

Fonte: INE, 2014– 2018

**Indicador 16.b.1. Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.**

Em 2016, cerca de 31,7% da população de 18 anos ou mais reportaram terem-se sentido pessoalmente discriminadas ou assediadas nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

**Gráfico 57- Proporção da população de 18 anos ou mais que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos por sexo e meio de residência. (2016)**



**Fonte:** INE, IMC – Inquérito sobre Governança, Paz e Segurança



## ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2019



## ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO

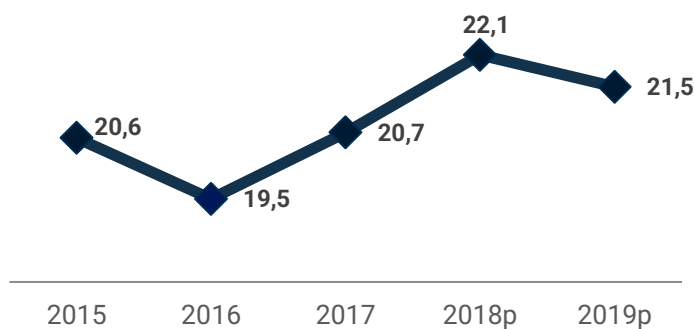
Este tema visa apresentar os indicadores disponíveis do ODS 17, tendo como principais fontes de informação o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Cabo Verde e a Agência Nacional de Comunicações. São apresentados ainda os dados do Comércio Externo.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) é o que tem mais metas e aborda diferentes fontes associadas ao desenvolvimento sustentável. Trata de temas ligados à finança, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias multisectoriais, dados, monitoramento e prestações de contas.

### Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

A receita fiscal, em 2019, foi de 21,5% do Produto Interno Bruto, tendo sido, em 2018, de cerca de 22,1%. Constatase que, entre 2016 a 2018, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm tido uma tendência ascendente.

**Gráfico 58 – Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (2015-2019)**

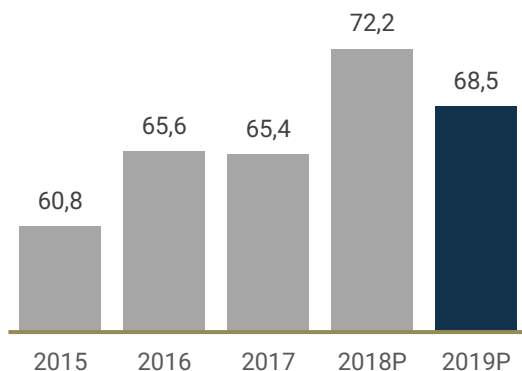


Fonte: INE e Ministério de Finanças

### Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

De acordo com dados do gráfico 59, a percentagem do orçamento do Estado financiado por impostos cobrados internamente foi de 68,5%, em 2019, representando uma diminuição de 3,7 pp relativamente a 2018, situada em 72,2%.

**Gráfico 59 – Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente**



Fonte: Ministério de Finanças



## Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 8,9% em 2019, face aos 7,1% registados em 2018.

**Tabela 174 – Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB (2015-2019)**

Ano	%
2015	12,5
2016	7,2
2017	9,9
2018	7,1
<b>2019</b>	<b>8,9</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro em função do PIB foi de 5,3%, valor inferior ao registado em 2018 (5,5%). Nota-se uma tendência decrescente deste indicador a partir de 2016.

**Tabela 175 - Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB**

Ano	%
2015	7,3
2016	7,6
2017	6,3
2018	5,5
<b>2019</b>	<b>5,3</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde

## Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

As remessas de emigrantes estabilizaram-se em torno de 11% do PIB nos últimos três anos.

**Tabela 176 - Remessas de Emigrantes em % do PIB**

Ano	%
2015	12,5
2016	11,9
2017	11,2
2018	10,9
<b>2019</b>	<b>11,0</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde



## Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, oscilou entre 6,0% e 6,4% no período, 2015 a 2019. Entretanto, nota-se um ligeiro aumento em 2019 relativamente ao ano anterior.

**Tabela 177 - Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços**

Ano	%
2015	6,3
2016	6,1
2017	6,4
2018	6,0
<b>2019</b>	<b>6,1</b>

Fonte: Ministério das Finanças

## Indicador 17.6.2. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).

As informações disponíveis mostram que as subscrições da Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes passaram de 2,9%, em 2015, para 3,2% em 2019, tendo registado o mesmo aumento ( 0,3 p.p ) em 2019 face a 2018.

**Tabela 178 – Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (2015-2019)**

Ano	%
2015	2,9
2016	2,7
2017	2,7
2018	2,9
<b>2019</b>	<b>3,2</b>

Fonte: Agência Reguladora Multissetorial da Economia

## Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Mais de metade da população de 10 anos ou mais declarou, em 2019, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista.

**Tabela 179 – Proporção de indivíduos de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses (2019)**

	Grupo etário em análise (em anos)						
	Total	10-14	15-24	25-34	35-64	65-74	75 ou mais
<b>Cabo Verde</b>	61,9	31,5	79,9	83,7	57,0	25,7	7,9
<b>Sexo</b>							
Masculino	62,9	31,8	76,5	81,7	58,9	40,0	13,5
Feminino	61,0	31,1	83,5	86,0	55,2	14,2	4,5

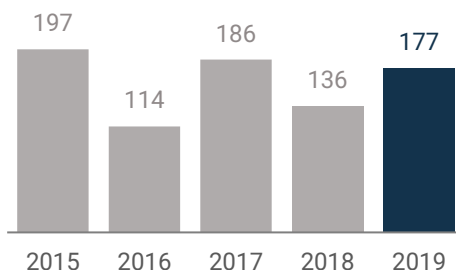
Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo Contínuo



## Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento passou de 197 milhões de dólares, em 2015, para 177 milhões de dólares, em 2019, traduzindo numa diminuição de 10,2%. No entanto essa ajuda tem tido oscilações consideráveis nos últimos cinco anos

Gráfico 60– Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões) (2015-2019)



Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

## Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Apesar de ser um indicador global para análise comparativa entre os países, apresentam-se, de seguida, os dados relativos às exportações de bens e serviços para o caso de Cabo Verde.

Tabela 180 - Exportação de mercadorias (em milhões ECV)

Ano	Valor em milhões ECV
2015	6 644
2016	5 973
2017	4 892
2018	7 060
<b>2019</b>	<b>6 071</b>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 181 - Exportação de serviços (em milhões de escudos ECV)

Ano	Valor em milhões de ECV
2015	49878
2016	55897
2017	59152
2018	64352
<b>2019</b>	<b>72710</b>

Fonte: Banco de Cabo Verde





## Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos

Tabela 182 - Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Contas Nacionais, Preços e Emprego</b>						
Produto Interno Bruto <sup>1</sup>	taxa de crescimento real em %	1,0	4,7	3,7	4,5	5,7
Inflação Media Anual	Taxa de variação em %	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1
Inflação Homóloga	Taxa de variação de dezembro em %	-0,5	-0,3	0,3	0,9	1,9
Taxa de Desemprego	Em % da população ativa	12,4	15,0	12,2	12,2	11,3
<b>Setor Monetário e Financeiro</b>						
Massa Monetária	taxa variação em %	5,9	8,4	6,6	1,7	8,1
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	13,4	18,6	2,3	-6,5	24,8
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	2,2	3,7	6,3	2,8	-1,8
Crédito à Economia <sup>2</sup>	em % do PIB	61,1	60,6	62,3	60,4	59,0
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras <sup>3</sup>	em % do PIB	88,6	92,9	95,3	91,7	94,5
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	31,4	31,5	29,9	27,8	27,6
<b>Taxas de Câmbio</b>						
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	102,4	102,7	103,0	103,5	102,9
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	131,8	129,7	128,7	128,6	127,4
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	99,4	99,7	97,9	93,4	98,5
<b>Setor Externo</b>						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-2,2	-3,1	-6,9	-4,2	0,3
Balança Corrente	em % do PIB	-3,4	-3,8	-7,8	-5,0	-0,2
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	12,5	11,8	11,3	10,9	11,1
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	20,6	22,0	24,0	25,1	25,6
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	6,0	7,5	6,8	5,5	5,0
Reservas/Importações	meses	6,7	7,2	6,0	5,6	6,9
<b>Finanças Públicas</b>						
Saldo Global <sup>4</sup>	em % do PIB	-3,8	-3,5	-3,1	-2,7	-1,8
Saldo Global Primário	em % do PIB	-1,2	-1,0	-0,5	-0,1	0,7
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	97,0	95,7	94,1	91,4	90,6
Stock da Dívida Interna <sup>5</sup>	em % do PIB	29,0	32,0	32,7	33,4	34,1

**Notas:**

<sup>1</sup> O valor do PIB para 2018 e 2019 corresponde a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas.

<sup>2</sup> Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

<sup>3</sup> Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.

<sup>4</sup> Resultado Global, incluindo Donativos

<sup>5</sup> Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

**Fontes:** Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.



## OUTROS INDICADORES

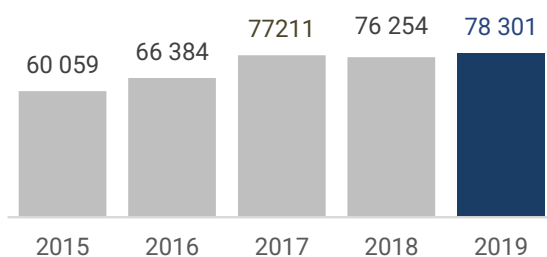
### Importações

#### Importação de bens

De um modo geral, as importações aumentaram 30,4%, de 2015 a 2019, em termos de valor, e apresentaram um aumento de 20,0%, no mesmo período, em termos de peso.

Em 2019, as importações de bens totalizaram 78.301 milhões de escudos cabo-verdianos, correspondendo a um aumento de 2,7%, face a 2018.

**Gráfico 61 – Importação de bens em milhões de ECV (2015-2019)**



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tendo em conta a Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), observou-se que, em 2019, as importações de bens de consumo representaram 47,6% do valor total importado e dos Bens Intermédios (29,2%). Estas categorias acumularam cerca de 77% do valor total das importações de bens, em 2019.

Em 2019, o continente europeu foi o principal fornecedor de Cabo Verde, com 79,6% do valor total importado e 81,6% do peso total importado. O continente africano é a zona económica com menor contribuição (2,0%) no valor total das importações.

Os principais países fornecedores de bens a Cabo Verde continuaram a ser Portugal (42,0%), Países Baixos (12,5%) e Espanha (10,5%) que, juntos, representaram 65,1% dos valores das importações, em 2019. Nota-se ainda que Portugal representa 52,2% do peso total importado. Destes dados, pode afirmar-se que Portugal continua a ser o maior fornecedor de bens a Cabo Verde.

**Tabela 183 – Proporção das importações, por categoria de fornecedores (2015-2019)**

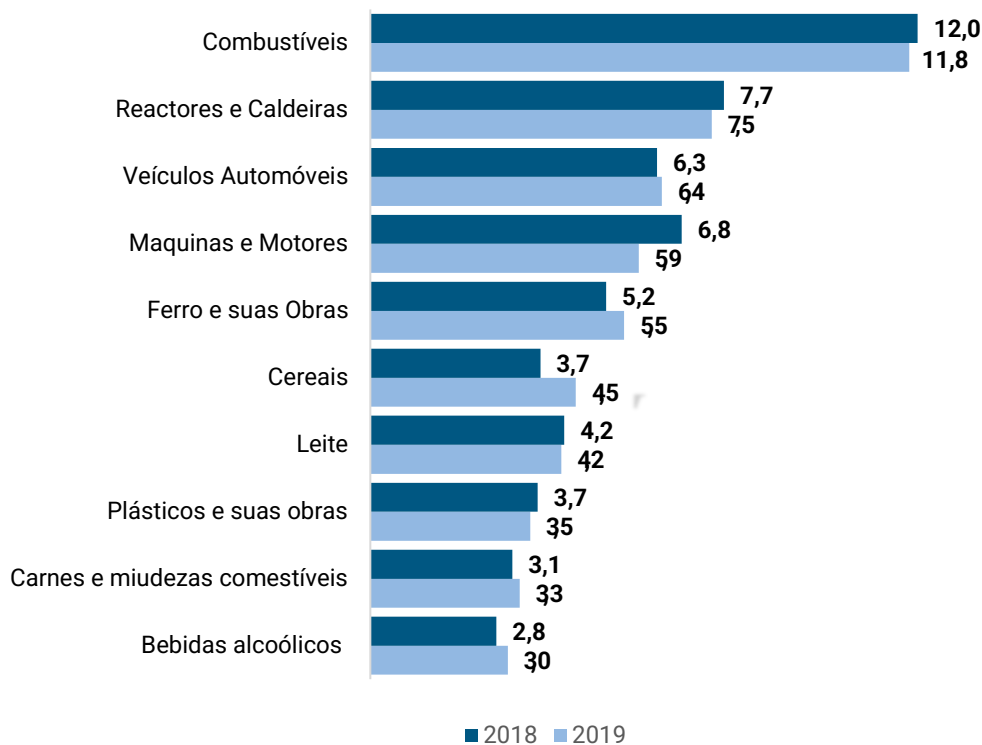
	Proporção das Importações			
	10 Principais Fornecedores	Principal país de origem	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2015	83,23	43,52	1,05	2,22
2016	83,69	46,51	3,24	1,85
2017	85,11	42,93	3,99	2,62
2018	83,51	40,60	2,59	1,68
<b>2019</b>	<b>85,75</b>	<b>42,04</b>	<b>1,99</b>	<b>0,69</b>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



A contribuição dos dez maiores produtos importados, em 2019, representa 44,5% do montante total das importações desse ano. A contribuição de cada um desses produtos no total das importações, de 2018 a 2019, está ilustrada no gráfico 63.

**Gráfico 62– Proporção dos 10 principais produtos importados em Cabo Verde (2018-2019)**



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

## **Importação de Serviços**

As importações de serviços mantiveram a tendência de crescimento em 2019 (2%), ainda que menos acelerado do que em 2018. Os serviços que mais contribuíram para o seu crescimento foram os outros serviços empresariais, viagens e serviços de construção.

Os principais serviços importados do país, nos últimos anos, foram: transportes, viagens, outros serviços empresariais e serviços informáticos e de informação.

**Tabela 184 – Importação (milhões de ECV), por tipo de serviços (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Serviços</b>	<b>27 478</b>	<b>31 199</b>	<b>32 191</b>	<b>35 191</b>	<b>35 843</b>
Transportes	6 783	8 411	10 773	14 719	11 671
Viagens	10 022	7 067	7 552	7 982	8 337
Serviços de comunicações	327	906	447	386	325
Serviços de construção e obras públicas	205	352	895	465	594
Serviços de seguros	1 201	284	315	262	312
Serviços financeiros (excluindo seguros)	192	523	706	444	521
Serviços de informática e de informação	1 256	1 923	1 214	1 317	1 217



Royalties e licenças	802	243	556	1 053	987
Outros serviços empresariais	5 822	9 612	7 529	6 264	9 664
Serviços pessoais, culturais e de lazer	21	31	76	82	93
Serviços governamentais, n.i. o. p.	583	1 235	1 144	1 370	1 385
Outros serviços	264	611	984	847	735

Fonte: Banco de Cabo Verde

Nota: Estatísticas da Balança de Pagamentos, de 2018 a 2019, compiladas de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional

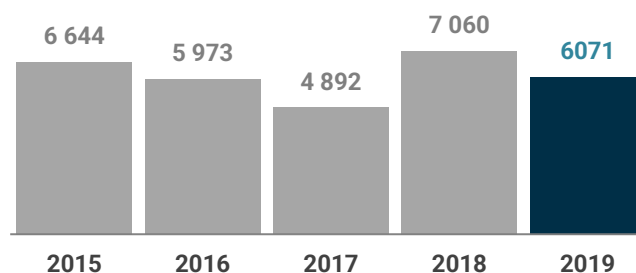
## Exportações

### Exportações de Bens

No período de 2015 a 2019, as exportações de bens diminuíram 8,6% em valor e 12,7% em termos de peso.

Em 2019, as exportações de bens para os mercados externos atingiram 6.071 milhões de escudos, o que representa uma diminuição de 14,0%, face a 2018 (- 989 milhões de escudos).

Gráfico 63– Exportação de bens (milhões de ECV) (2015-2019)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

As exportações de Cabo Verde estão concentradas nos Bens de Consumo, com um peso de 94,4% do valor exportado, e nos Bens Intermédios (peso de 5,6%). Estas categorias, conjuntamente, representaram as categorias de bens exportados em 2019.

O continente europeu continua a ser o principal cliente de Cabo Verde, com 96,4% do valor total exportado e 69,7%, em termos de peso total exportado. O continente asiático é a zona económica com menor peso na estrutura das exportações.

Em 2019, os principais destinos externos dos bens nacionais continuaram a ser Espanha e Portugal, tendo, no seu conjunto, concentrado 95,5% das exportações. Espanha continua na sua posição de principal cliente (com um peso de 77,5%) mais viu as suas exportações baixarem de cerca de 15% em relação a 2018. As exportações para Portugal baixaram 7,2% (-78 milhões de escudos) mas reforçou a sua posição com 18% das exportações).



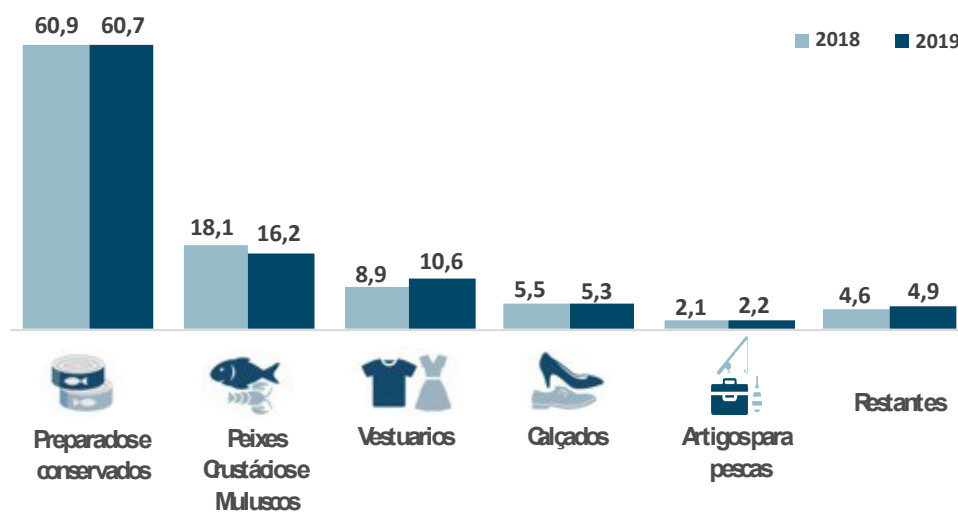
**Tabela 185 – Proporção das exportações para os principais tipos/classificação de clientes no total das exportações (2015-2019)**

	Proporção das Exportações			
	5 Principais clientes	Principal país de destino	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2015	92,07	68,99	3,95	0,31
2016	98,12	72,44	0,61	0,18
2017	98,73	70,79	0,63	0,08
2018	99,03	78,43	0,06	0,01
<b>2019</b>	<b>99,23</b>	<b>77,49</b>	<b>0,36</b>	<b>0,30</b>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Em 2019, os preparados e conservas, peixes, crustáceos e moluscos, bem como vestuários, constituem os principais grupos de produtos exportados. Estes grupos representaram, em conjunto, 87,6% do valor total das exportações de bens. Os preparados e conservas permaneceram como o principal grupo de produtos vendidos ao exterior (60,7%), muito embora tendo registado uma redução de 14,2% em termos de valor, em relação a 2018.

**Gráfico 64– Estrutura das exportações (em %), por principais bens (2018-2019)**



## Exportação de Serviços

As exportações de serviços têm vindo a crescer desde 2016, sendo que em 2019 cresceram 13%. Os serviços que mais contribuíram para esse aumento foram os serviços de transportes, viagens e outros serviços empresariais.

Os principais serviços exportados do país, nos últimos anos, foram: transportes, viagens e outros serviços empresariais.



**Tabela 186– Exportação (milhões de ECV), por tipo de Serviços (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Serviços</b>	<b>49 878</b>	<b>55 897</b>	<b>59 152</b>	<b>64 352</b>	<b>72 710</b>
Transportes	8 518	9 533	9 024	11 074	15 211
Viagens	34 498	36 405	41 504	45 563	49 428
Serviços de comunicações	2 276	2 690	1 185	973	798
Serviços de construção e obras públicas	46	76	131	263	341
Serviços de seguros	372	200	239	199	179
Serviços financeiros (excluindo seguros)	208	341	223	236	246
Serviços de informática e de informação	95	176	241	236	162
Royalties e licenças	0	3	4	4	4
Outros serviços empresariais	1 456	4 239	3 928	2 736	3 045
Serviços pessoais, culturais e de lazer	27	66	82	87	96
Serviços governamentais, n.i. o. p.	2 054	1 966	2 349	2 706	2 915
Outros serviços	328	203	241	275	284

Fonte: Banco de Cabo Verde

### Saldo da balança comercial

Em 2019, o défice das transações comerciais de bens com o exterior fixou-se em 72.230,4 milhões de escudos, evidenciando um agravamento face ao ano anterior (69.194,6 milhões de escudos).

A taxa de cobertura das importações pela exportação de bens sofreu uma diminuição de 1,5 pontos percentuais, de 2018 a 2019. De um modo global, de 2015 a 2019, a taxa de cobertura teve uma diminuição de 3,3 pontos percentuais, passando de 11,1, em 2015, para 7,8%, em 2019.

As exportações são de longe superiores às importações nos serviços, ainda assim insuficientes para cobrir o défice verificado na parte dos bens.

**Tabela 187 – Saldo da balança comercial de bens e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2015-2019)**

	2015	2016	2017	2018	2019
Importação	60 059,0	66 383,9	77 211,2	76 254,4	78 300,9
Exportação	6 644,3	5 973,1	4 892,2	7 059,8	6 070,5
Reexportação	14 657,7	11 960,5	20 906,7	23 768,7	28 138,3
Balança Comercial	-53 414,7	-60 410,8	-72 319,0	-69 194,6	-72 230,4
Taxa de Cobertura	11,1	9,0	6,3	9,3	7,8

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

**Tabela 188 – Saldo da balança comercial de serviços (2015-2019)**

	2015 <sup>P</sup>	2016 <sup>P</sup>	2017 <sup>P</sup>	2018 <sup>P</sup>	2019 <sup>P</sup>
Balança Comercial	22 400	24 698	26 962	29 161	36 867
Importação	<b>27 478</b>	<b>31 199</b>	<b>32 191</b>	<b>35 191</b>	<b>35 843</b>
Exportação	<b>49 878</b>	<b>55 897</b>	<b>59 152</b>	<b>64 352</b>	<b>72 710</b>

Apresentação normalizada de acordo com o 6º Manual do FMI

